SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MARABÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIEDADE NA AMAZÔNIA

JEAN BEZERRA DA SILVA

CULTURA QUILOMBOLA:
COMUNIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ILHA SÃO VICENTE

MARABÁ-PA
2018

JEAN BEZERRA DA SILVA

CULTURA QUILOMBOLA:
COMUNIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ILHA SÃO VICENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pelo discente Jean Bezerra da Silva, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho

Marabá-PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Campus do Tauarizinho da UNIFESSPA. Marabá, PA

Silva, Jean Bezerra da
Cultura quilombola: comunidade e assistência social na Ilha São Vicente / Jean Bezerra da Silva ; orientador, Alexandre Silva dos Santos Filho. — Marabá : [s. n.], 2018.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, Marabá, 2018.

1. Negros – Ilha de São Vicente (PA) – Condições sociais. 2. Negros - Ilha de São Vicente (PA) – Identidade Racial. 3. Quilombolas - Ilha de São Vicente (PA). 4. Quilombolas – Política social. I. Santos Filho, Alexandre Silva dos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia. III. Título.

CDD: 22. ed.: 305.896098115

Elaboração: Adriana Barbosa da Costa
Bibliotecária-Documentalista CRB2/391

JEAN BEZERRA DA SILVA

CULTURA QUILOMBOLA:
COMUNIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL NA ILHA SÃO VICENTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, pelo discente Jean Bezerra da Silva, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 08/03/2018

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dr. Alexandre Silva dos Santos Filho
UNIFESSPA

_____
Prof. Dr. José Walter Nunes
UnB

_____
Profa. Dra. Nilsa Brito Ribeiro
UNIFESSPA

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre estar ao meu lado e direcionar meu passos;

À Santa Teresinha do Menino Jesus e da Sagrada Face por me manter perseverante na fé e acolher as minhas intenções;

Aos meus pais, Joarez Pereira da Silva e Iolanda Bezerra da Silva, pelo dom da vida e pelo incentivo à minha educação;

Aos quilombolas da Ilha São Vicente, em especial a Fátima, mulher que luta a cada dia pela defesa de sua cultura, de seu território e de suas identidades;

De forma muito especial, ao Sr. Salvador, o Patriarca da Comunidade, homem sábio e de coragem; e, que no decorrer desta pesquisa veio a óbito em 20/10/2017.

Ao Prof. Alexandre Silva dos Santos Filho, meu orientador, pela credibilidade no direcionamento deste trabalho;

A todos os professores do Programa de Mestrado que incentivam a pesquisa e produzem conhecimento no Sul e Sudeste do Pará;

À Cintia Valéria Sousa Silva, amiga de longas datas que sempre ouviu e ouve meus desabafos.

“Será que já raiou a liberdade ou se foi tudo ilusão
Será que a lei Áurea tão sonhada
Há tanto tempo assinada não foi o fim da escravidão
Hoje dentro da realidade onde está a liberdade
Onde está que ninguém viu
Moço não se esqueça que o negro também construiu
As riquezas do nosso Brasil”

(Hélio Turco, Jurandir e Alvinho)

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema a Cultura Quilombola mediada pela política pública de Assistência Social e busca compreender a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente a partir da seguinte formulação: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola. Para tanto, objetiva-se compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o atendimento das Comunidades Quilombolas, levando-se em conta os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Dessa forma, toma-se como categorias centrais nesta pesquisa: cultura; quilombo; identidade e territorialidade e a Política de Assistência Social. Sendo assim, temos que a cultura possui uma forte relação com as comunidades quilombolas na medida em que as mesmas possuem modos de vida específicos e é no dia-a-dia que a sua identidade é construída, ou seja, é dentro do território que utilizam que os quilombolas constroem suas simbologias, seus meios de permanência e as suas subjetividades a fim de que a cultura quilombola seja reafirmada e visibilizada dentro de uma contexto macrossocial. Por conseguinte, uma política pública a fim de obter resultados significativos a um público que busca direcionar deve-se levar em consideração as particularidades dos mais diversos grupos humanos a fim de não se tornar um obstáculo para a garantia de cidadania e de democracia. Nosso estudo é de fundamental importância para os quilombolas da Ilha São Vicente uma vez que a aproximação com a academia e com debate crítico propicia a produção de conhecimento com os próprios moradores da Comunidade e a problematização dos aspectos da realidade social é pressuposto para uma possível transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Quilombola; Identidade Quilombola, Territorialidade Quilombola e a Política de Assistência Social.

ABSTRACT

This research has as a theme the Quilombola Culture mediated by the public policy of Social Assistance, seeks to understand the Quilombola Community São Vicente Island from the following formulation: Considering the sociocultural and territorial aspects of the Quilombola Community São Vicente Island, we try to understand to what extent the Public Policy of Social Assistance refers to the Quilombola culture. In order to do so, it aims to understand the ideological intentions that underlie the Social Assistance Policy for Quilombola Communities, taking into account the socio-cultural and territorial aspects of the Quilombola Community São Vicente Island. In this way, it is taken as central categories in this research: culture; quilombo; identity and territoriality and the Social Assistance Policy. Thus, we have that culture has a strong relationship with quilombola communities in that they have specific ways of life and it is in everyday life that their identity is built, that is, it is within the territory that they use that the quilombolas construct their symbologies, their means of permanence and their subjectivities so that quilombola culture is reaffirmed and visibilizada within a macrossocial context. Therefore, a public policy in order to obtain significant results for a target audience should take into account the particularities of the most diverse human groups in order not to become an obstacle to the guarantee of citizenship and democracy. Our study is of fundamental importance for the quilombolas of the São Vicente Island since the approach with the academy and with critical debate propitiates the production of knowledge with the own residents of the Community and the problematization of the aspects of the social reality is presupposed for a possible transformation.

KEY WORDS: Quilombola Culture; Quilombola Identity, Quilombola Territoriality and the Social Assistance Policy.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO **8**

2 CULTURA QUILOMBOLA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE **13**

2.1 A Cultura Quilombola 14

2.2 Identidade e Territorialidade Quilombola 25

2.3 Estado e a Política de Assistência Social 36

3 “SOMOS QUILOMBOLAS E SOMOS SUJEITOS DE DIREITOS” **46**

3.1 Histórico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente 47

3.2 Procedimentos Metodológicos 57

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS **64**

4.1 II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) 64

4.2 Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate è Fome 72

4.3 Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social 76

5 AS FALAS DOS SUJEITOS QUILOMBOLAS **83**

5.1 A Cultura Quilombola para os Quilombolas da Ilha São Vicente 83

5.2 Desafios e Perspectivas no Cotidiano da Ilha São Vicente 95

CONSIDERAÇÕES FINAIS **111**

REFERÊNCIAS **115**

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a Cultura Quilombola mediada pela política pública de Assistência Social e busca compreender a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente a partir da seguinte formulação: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola.

Para tanto, temos como objetivo geral compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o atendimento das Comunidades Quilombolas considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

O meu interesse pela temática de estudo e pesquisa que se apresenta nesta Dissertação junto ao Programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia iniciou-se através de meu vínculo profissional. Desde o ano de 2013, sou assistente social e exerço as minhas funções na Defensoria Pública do Estado do Tocantins, em Araguatins- TO.

Realizei a minha graduação na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Miracema- TO, e sempre tive o interesse em desenvolver estudos e pesquisas que se assetassem sobre aspectos da realidade social tendo-se em vista a afirmação de valores democráticos, de liberdade e de emancipação humana.

Como dito, através de meu vínculo profissional, já no ano de 2015, ocorreu a realização de uma visita à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente com o intuito de identificar as demandas locais e garantir o acesso à justiça e assistência multidisciplinar. Neste lócus, identifiquei que esta população quilombola é uma fonte de pesquisa de excelência por se tratarem de sujeitos que lutavam pelos seus direitos e contra todas as inflexões desta sociedade que procura nos alienar e a restringir nossas liberdades e possibilidades de escolhas concretas.

Dentro desse contexto, ao me aproximar de alguns quilombolas da Ilha São Vicente pude observar que os mesmos necessitavam ser visibilizados tanto no cenário regional e nacional e frente a isso laços de amizade e de confiança foram se consolidando. No mesmo ano, 2015, tomei conhecimento Programa de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, ofertado pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e dentre as linhas de pesquisa tinha uma que tratava da questão quilombola.

Observei uma grande oportunidade da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente ser o meu objeto de estudo neste Programa de Mestrado. Como sempre trabalhei com a Política de Assistência Social pensei em discutir a referida política juntamente com os aspectos culturais e

territoriais da respectiva comunidade. E, aprovado na seleção, ingressei no Mestrado na turma 2016.

Frente a isso, fui observando que os desafios cotidianos de uma comunidade quilombola vão além de estruturas econômicas, pois a visibilidade destes sujeitos não acontece de forma pacífica no contexto societário. A questão social, política e cultural deve ser evidenciada no contexto de vida dos membros de uma comunidade quilombola a fim de que as relações territoriais específicas sejam respeitadas e que essa postulada cidadania seja materializada no plano das relações concretas.

No andamento da respectiva pesquisa fui tomando conhecimento dos documentos da Política de Assistência Social que subjazem atendimento às Comunidades Quilombolas e identificando e registrando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Por conseguinte, pude perceber que os quilombolas são sujeitos que vem sendo reconhecidos pela referida Política, mas que no entanto merecem terem as suas particularidades respeitadas através de seus laços culturais e identitários.

Partimos do pressuposto de que as Comunidades Quilombolas lutam por reconhecimento de direitos em todos os níveis e que possuem uma forte historicidade; além de um ideário de identidade coletiva entre seus membros que lutam a cada dia por visibilidade e respeito.

Os quilombolas são grupos étnico-raciais que possuem uma trajetória própria e se definem a partir de um sentimento de identificação coletiva. Em vista disso, há importância de reconhecer uma Comunidade Quilombola, uma vez que parte da intencionalidade de que os membros ali constituem a sua reprodução física, social, econômica e cultural; sendo assim, o espaço físico, geográfico e simbólico representa o lócus de transmissão de valores e de saberes herdados ao longo do tempo.

Foram oito escravos que chegaram nesta cidade de Araguatins, que na época de 1865, se chama de Arraial de São Vicente. Estes escravos foram o pagamento de uma dívida que um fazendeiro da região de Carolina- MA tinha com o Sr. Vicente Bernardino, este último foi o fundador de Araguatins- TO e quem recebeu os escravos em 1866. E, com a abolição da escravatura no Brasil, estes ex-escravos se instalaram na Ilha São Vicente e lá construíram suas histórias de vida.

Dentro desse contexto salientamos que a referida Comunidade se localiza na região conhecida por Bico do Papagaio, de forma mais específica no Munícipio de Araguatins- TO. Historicamente, esta respectiva região foi e ainda continua sendo alvo de disputa de posses de terra onde muitos cidadãos tiveram suas vidas perdidas; e, a Comunidade Quilombola Ilha São

Vicente ainda não é uma Comunidade titulada. Estes quilombolas sofrem cotidianamente pelo medo da perda do território que utilizam e o processo para a titulação ainda não teve desfecho.

Então discutir a cultura quilombola mediada pela política de Assistência Social é um desafio constante nesta Dissertação uma vez que a temática se relaciona com as dinâmicas territoriais e socioculturais, pois o lócus de análise é propicio e motivador de debates sobre o acolhimento de uma demanda invisibilizada pela sociedade e por parte do Estado. Uma Comunidade Quilombola deve ser preservada a fim de manter viva sua cultura e as formas de sociabilidade construídas com o decorrer do tempo.

Nesse contexto, temos que a Política de Assistência social visa garantir cidadania, através de seus benefícios e serviços, a todos os segmentos sociais. As suas ações, em especial, se dedicam aos sujeitos que sofrem com as incontingências sociais e que necessitam de amparo por parte do Estado.

Na discussão sobre quilombo, identidade e territorialidade remetemo-nos aos escritos de Leite (2008); Leite (1999) e Almeida (2011). Também, no que se refere a quilombo, pautamo-nos nos dados constantes no Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, com Lopes (2014). Discutimos a concepção de Estado adotando por referência os ensinamentos de Marx e Engels (1988), em A Ideologia Alemã.

Apresentamos o histórico da Política de Assistência Social com Raichellis (2000) e Sposati (2008). O diálogo sobre cultura tem por referencial teórico os estudos de Eagleton (2005), Coll (2002); Cunha (1987) e Thompson (2002). A discussão sobre cotidiano, junto aos aspectos de realidade na comunidade quilombola, com Heller (1977).

A presente Dissertação está dividida em quatro seções com os seguintes títulos: 1- Cultura Quilombola, Identidade e Territorialidade; 2- “Somos Quilombolas e Somos Sujeitos De Direitos”; 3- A Política de Assistência Social e as Comunidades Quilombolas; e, 4- As Falas dos Sujeitos Quilombolas.

Na primeira seção, Cultura Quilombola, Identidade e Territorialidade, temos por objetivo apresentar o que vem a ser cultura e a sua relação com a temática quilombola. Também, discutimos identidade e territorialidade tendo por referência a questão quilombola. Nesta primeira seção, temos três subseções: A Cultura Quilombola; Identidade e Territorialidade Quilombola; e, Estado e a Política de Assistência, respectivamente.

Na primeira subseção problematizamos que a cultura não se limita a manifestações artísticas e nem a aspectos reducionistas frente a heterogeneidade da vida social. Entendemos que a cultura é um modo de vida e de aprendizado construído coletivamente. Na segunda

subseção, temos que o território para eles é a forma como eles gerem as suas vidas e o mesmo revela os aspectos de sua identidade.

E, na terceira subseção, discutimos sobre a ação do Estado no domínio da vida social e a caracterizá-lo de forma crítica a fim de descortinar como a sua ideologia pode mistificar a realidade social e tentar legitimar práticas que venham na contramão dos interesses de grupos sociais minoritários, como é o caso dos quilombolas. Também, tratamos de apresentar sobre a Política de Assistência fazendo um resgate histórico e sobre a sua atual configuração na sociedade.

Na segunda seção, "Somos Quilombolas e Somos Sujeitos de Direitos", nosso objetivo é apresentar a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente tendo por referência o Laudo Antropológico (2014) da respectiva Comunidade. Esta seção apresenta duas subseções: Histórico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente; e, os Procedimentos Metodológicos, respectivamente. Como dito, a primeira subseção dedica-se a apresentar a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e a organização política e identitária desta. A outra, trata dos procedimentos metodológicos, das análises documentais e das entrevistas.

Na terceira seção, A Política de Assistência Social e as Comunidades Quilombolas. Nesta, o nosso objetivo é apresentar como a Política de Assistência Social vem direcionando e contemplando as comunidades quilombolas. Analisamos três documentos e estes compõem as três subseções desta seção: II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026); Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e, Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social.

Na quarta seção, As Falas dos Sujeitos Quilombolas. Temos por objetivo apresentar o que é ser quilombola para os quilombolas da Ilha São Vicente. As entrevistas foram realizadas com dois sujeitos, Fátima e o Sr. Salvador. Os critérios de escolha desses sujeitos basearam-se na militância política dos mesmos e no conhecimento que os mesmos tem de sua comunidade. Reiteramos que os mesmos foram bem acessíveis e se prontificaram integralmente na condução desta pesquisa.

A riqueza desta pesquisa vai de encontro dos interesses de se visibilizar sujeitos que lutam por seus direitos e que buscam se autoafirmar junto ao contexto geral da sociedade. Os quilombolas da Ilha São Vicente são o retrato fiel de luta por direitos e de sujeitos politizados e esclarecidos quanto às suas reivindicações.

Acreditamos que este estudo irá contribuir de forma real e efetiva com a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente uma vez que estes necessitam terem as suas particularidades

respeitadas e visibilizadas. Sabemos que o processo de conhecimento é amplo, não é fixo e que nossos estudos podem vir a se complementar e a favorecer a temática ora apresentada.

2 CULTURA QUILOMBOLA, IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

A cultura é mais do que um conceito em si. A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, ela diz respeito às vivências concretas na vida dos sujeitos, às particularidades e semelhanças construídas ao longo do processo histórico e social em que somos partícipes. Trata-se de uma representação abstrata que se materializa no plano de nossas vivências concretas e que a colocamos em prática em nosso dia-a-dia.

O econômico, político, simbólico, relacional, religioso, corporal, imaginário e a linguagem são elementos que fazem parte da cultura de qualquer grupo humano. E, neste sentido, corroboramos com Geertz (1978, p. 15) quando diz que a cultura é um conceito

> essencialmente semiótico, o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, daí afirmar que assume a cultura como sendo teias e a sua análise, portanto, não como uma ciência experimental, em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

Quando os conhecimento e saberes são compartilhados de alguma forma por um grupo social estabelece-se os sentidos e significados das relações construídas para a sobrevivência de tal grupo e, mediante a isso, cria-se a cultura. No caso da temática quilombola, a teia de significados tecida no conhecimento é uma construção dinâmica e integradora, e é na vivência cotidiana que o conhecimento é construído, experimentado, interpretado e significado. (GEERTZ 1978).

Também, Cunha (1987) reflete sobre a cultura no campo da existência social que é atravessada por processos econômicos, históricos e simbólicos entre os indivíduos e os grupos humanos e está em constante transformação. A cultura é uma fonte de identificação e os mais diversos grupos humanos remetem-se aos seus traços culturais a fim de se manterem vivos dentro de um contexto de muitas adversidades. Demonstra a autora:

> a cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna cultura de contraste: este novo princípio que a subentende, a do contraste, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos. (CUNHA, 1987, p. 99).

Conforme pode-se notar no excerto acima, a cultura é uma dimensão fundamental da vida humana. A cultura faz parte da reprodução da vida social dos sujeitos sociais e atribui características singulares e identitárias aos mais variados grupos humanos. É por esse tramite que esta seção discutirá a cultura quilombola e a sua relação com os modos de vida desses sujeitos. Para os quilombolas da Ilha São Vicente, a cultura está em seu dia-a-dia, no fazer cotidiano e nas trocas simbólicas que se estabelecem entre os que ali vivem.

Esta seção está estruturada em três subseções: Cultura Quilombola; Identidade e Territorialidade Quilombola; e, Estado e a Política de Assistência Social, respetivamente. Na primeira subseção tratamos do conceito de cultura e a relacionamos com o modo de vida quilombola. Para isso, dados da observação das visitas *in loco* constar-se-á neste meio. Na subseção seguinte, tratamos de problematizar acerca da ideia de identidade e de territorialidade quilombola uma vez que estes dois conceitos são indissociáveis do modo de vida quilombola.

Na terceira subseção iniciamos tecendo algumas considerações acerca do debate de Estado uma vez que este deve garantir condições de cidadania e de democracia a todos os segmentos sociais, mas que muitas vezes a realidade pode ser outra. A cultura quilombola deve ser um ponto de partida para que os direitos destes sujeitos possam a ser a base de implementação de políticas públicas frente a ação do Estado. Neste sentido, o debate acerca de como o Estado é concebido é elemento primordial a fim de tecermos de forma crítica e propositiva o nosso objeto de estudo.

No entanto, nossa intenção aqui não é de problematizar os mais diversos conceitos acerca de Estado, seja ele liberal, neoliberal, bem estar social e; sim, propiciar o entendimento de como a atuação do Estado polariza as relações sociais e a divisão de classes. Para isso, aportamos o nosso estudo em Marx e Engels (1988), em A Ideologia Alemã.

Também, trazemos a discussão acerca dos marcos históricos da Política de Assistência Social uma vez que essa garante direitos sociais aos mais diversos segmentos sociais e, em nosso objeto de estudo, trata-se de situar e entender a referida Política de encontro aos interesses e necessidades das demandas quilombolas. Relacionamos ainda a cultura quilombola com a discussão em torno da ação do Estado e no tocante à Política de Assistência Social.

Esta pesquisa expõe a territorialidade quilombola e versa sobre ao sentido coletivo do uso da terra bem como o significado que esta possui enquanto valor simbólico e não simplesmente material e/ou geográfico. A subjetividade em torno da territorialidade e da identidade é construída coletivamente e em prol do bem comum de todos os sujeitos que ali residem. A compreensão da cultura, da identidade e da territorialidade quilombola permitirá em nossos dados empíricos uma maior riqueza de análise, uma vez que a nossa proposição é compreender como uma política pública direciona atendimento às comunidades quilombolas.

2.1 A CULTURA QUILOMBOLA

Iniciamos nossa discussão acerca do surgimento da ideia de cultura para podermos avançar o entendimento sobre a perspectiva de cultura quilombola que é o foco de nosso estudo.

Cultura, conforme Eagleton (2005), em busca de encontrar as origens semânticas do termo, remete aos cuidados da lavoura e com o manejo da natureza e o sentido e o significado da cultura depende da relação que se estabelece entre esta e outros elementos comparativos como a natureza, a arte, a religião, correntes filosóficas, dentre outros, por isso o autor reflete que,

> inicialmente, cultura designava um minucioso processo material, o qual veio a ser metaforicamente transposto para os assuntos do espírito. A palavra cartografia, assim, no âmbito do seu desdobramento semântico, a própria transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana, da suinicultura para Picasso, da lavoura do solo para a divisão do átomo. No jargão marxista, a palavra reúne estrutura e superestrutura numa única noção. (EAGLETON, 2005, p. 12).

Eagleton (2005) contextualiza que a cultura se correlaciona com as mais diversas áreas, por exemplo: a atuação do homem com a natureza; a categoria trabalho na criação de habilidades e desenvolvimento de técnicas de criação de objetos; o caráter místico e religioso que implica e rebate na cultura. Esses exemplos permitem expressar que a cultura está em uma relação dialética em constante (des)construção e que adquire significado a depender do momento histórico e dos agentes envolvidos. Para tanto,

> a própria palavra cultura contém uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desagregado do Iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de tanto do pensamento contemporâneo. Insinua até o contraste político entre evolução e revolução –aquela orgânica e espontânea, esta artificial e querida- e sugere como poderemos avançar para além desta outra velha antítese. A palavra combina estranhamente crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projecto consciente mas também de um adicional insusceptível de planejamento. (EAGLETON, 2005, p. 16).

Da citação acima, podemos apreender que a cultura não se limita à esfera do racionalmente pensado e planejado, ela é livre e é na esfera do cotidiano de cada grupo social que ela é (re)inventada. A cultura quilombola é uma característica muito peculiar deste grupo tradicional e a relação que os quilombolas possuem como o meio social é uma relação diferenciada na medida em que busca a valorização do místico, do simbólico e dos que os seus ancestrais procuravam repassar para estes.

A cultura é uma forma de subjetividade em que cada indivíduo carrega consigo e que tal subjetividade é adquirida em um grupo social. O exercício da cultura implica no campo da liberdade humana e na autorealização do homem em se constituir e ser constituído. Nas palavras de Eagleton (2005, p. 16), "a cultura é assim, uma questão de autodomínio tanto quanto de autorealização".

Para os quilombolas, o reconhecimento enquanto pessoas que possuem uma trajetória específica, perpassa pelo campo da subjetividade e esta é posta em prática em suas interações cotidianas. A cultura é constituída e tecida diariamente nas atividades realizadas pelos quilombolas e isto é elemento que os diferencia de alguns grupos humanos.

Cunha (1986) trata da cultura como algo constantemente reinventado, recomposto e investido de novos significados. Temos que perceber a dinâmica e a produção cultural a fim de que o entendimento sobre os mais diversos grupos humanos não seja minimizado e que as suas particularidades sejam respeitadas.

A cultura quilombola se insere no campo da linguagem e da produção de símbolos e de signos que passam a ser a característica de um grupo e legitima-se um determinado modo de vida. Os valores e as crenças são desenvolvidos e assimilados no cotidiano do grupo e nesse contexto a cultura é construída coletivamente.

Dialogando com Campomori (2008) a cultura é a própria identidade nascida na história e que nos singulariza e nos torna eternos. A cultura é o passo para o reconhecimento da diversidade e é o terreno de onde se emanam resistências, enfrentamentos, críticas, diálogo e entendimento. O alargamento do entendimento sobre o conceito de cultura permite compreendê-la de forma mais abrangente e não limitada a uma ciência, conforme expõe o autor:

> no século XX a cultura passa a ser tratada como um sistema ou sistemas de significação, mediante os quais, uma dada ordem social é comunicada, vivida, reproduzida, transformada e estudada. Cultura torna-se então um vocabulário polissêmico, e mais que isso, em transformação, em um contínuo processo de ampliação e desdobramento de significados. Configura-se como palavra que *a priori* remete à nossa relação com o mundo, à civilização, ao conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes e etc. (CAMPOMORI, 2008, p. 75).

Ou seja, a cultura está em relação com o mundo, está no plano de nossas vivências concretas e atribui aos grupos humanos especificidades e semelhanças que são postas em práticas em nossas interações cotidianas. Como visto, cultura, é um vocabulário polissêmico pelo fato de não se limitar e nem rotular os sujeitos que compartilham de determinados modos de vida e por isso seus estudos devem se dar em uma perspectiva que abarque uma maior gama de significados.

Coll (2002) entende a cultura como um conjunto de crenças, mitos, conhecimentos e práticas onde uma sociedade afirma a sua presença no mundo e, por conseguinte, garante sua reprodução e permanência no tempo. A cultura passa a implicar em um modo de vida e não simplesmente em uma manifestação artística.

A cultura se situa no plano da realidade social de um grupo específico e conforme os ensinamentos de Coll (2002), a cultura se assenta em três níveis de realidade, a saber: os valores e as crenças; as instituições; e, as práticas concretas e cotidianas. O nível dos valores e crenças trata-se do horizonte de inteligibilidade em que determinado grupo social alicerça seus modos de vida, em suma os valores e as crenças apoiam a estrutura do grupo e estes indivíduos partem de uma perspectiva em comum que é um valor seja ele místico ou racional.

As Instituições são o nível que tratam da materialização dos valores e crenças e é onde as práticas concretas se desenvolvem. E, por fim, quanto ao nível das práticas concretas e cotidianas, estas são localizadas nos mais diversos âmbitos- político, econômico, religioso, dentre outros- e se apresentam nas interações dos sujeitos com o seu meio. (COLL, 2002).

A cultura em sua diversidade não pode ser limitada aos aspectos de racionalidade estrita, ou seja, através de um logos. A cultura também é alicerçada no âmbito do cósmico, do místico e que é construída de forma singular conforme o momento histórico e conforme os atores envolvidos no processo.

A dimensão cósmica e mística está presente no dia-a-dia da cultura quilombola. O subjetivo, o imaginário e os bens imateriais dizem muito sobre uma comunidade quilombola na medida em que a preservação destes imaginários garantem a visibilidade do grupo e remete às suas origens históricas.

Para Coll (2002), a cultura veicula uma concepção do humano, do cósmico e do divino e este fator permite entender a cultura no plano da sua diversidade e cada grupo com as suas especificidades. A diversidade cultural vem ao encontro de que não há um modelo único de cultura definido e que há diversos modelos, estes com suas "respectivas luzes e sombras", como nas palavras de Coll (2002, p. 38).

Há uma contraposição entre as ideias de diferença cultural e diversidade cultural. A diferença cultural remete ao caráter de comparação e de sobreposição de um modelo sobre o outro; ao passo que, a diversidade cultural expressa e visibiliza pessoas e comunidades humanas com seus modos únicos de se viver e de se relacionar com o seu meio com sentidos e significados que são incorporados cotidianamente. (COLL, 2002). Quer dizer:

> em outras palavras, a diversidade cultural é expressão real da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em determinado ponto do tempo e do espaço e sem a qual ser *pessoa* não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade. (COLL, 2002, p. 40).

A criatividade humana necessita ser defendida em sua plenitude e a cultura em sua diversidade é a expressão máxima da relação entre um sujeito e a coletividade. A diversidade cultural está e se situa no plano do real, da dinâmica das relações sociais e não admite visões redutoras e cerceadoras da liberdade humana. A diversidade cultural não significa tolerância para com o outro e sim o reconhecimento desse outro como realidade plena, como um sujeito de direitos e portador de um saber. Além do mais,

> a diversidade cultural prova que nenhum paradigma pode pretender-se único e explicativo de toda a realidade, pela mesma razão que cada cultura é uma realização no espaço e no tempo da grande aventura humana. Cada cultura é um ponto de vista quanto à realidade, condicionado e determinado pelo próprio contexto e pela própria

> história. De fato, cada cultura é uma perspectiva sobre a realidade que de modo algum pode se pretender global, já que a perspectiva sempre é, por definição, parcial. Isto é, podemos dizer que cada cultura vê toda a realidade, mas só parcialmente. (COLL, 2002, p. 46).

As Comunidades Quilombolas possuem uma forte historicidade e nesse contexto temos elementos de diversidade cultural que necessitam ser preservados, como a memória, os bens materiais e imateriais, as relações recíprocas; além de um ideário de identidade coletiva entre seus membros que lutam a cada dia por visibilidade e respeito.

As ideias de diversidade cultural como acima enfocado é a expressão de que cada cultura necessita ser valorizada e referenciada. Os quilombolas são grupos diferenciados e com uma historicidade própria e que estes sujeitos necessitam ser visibilizados e referenciados por nossa sociedade.

A respeito disso, o Decreto Federal nº 4.887/2003 regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, e, para tanto reconhece que:

> consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O Decreto acima mencionado expressa que estes sujeitos são resultantes de uma ancestralidade que sofreu em seus modos de vida no sistema escravocrata e que hoje necessitam ter os direitos resguardados. A importância de reconhecer uma Comunidade Quilombola parte da intencionalidade de que os membros ali constituem a sua reprodução física, social, econômica e cultural; sendo assim, o espaço é o lócus de transmissão de valores e de saberes herdados com o tempo.

A vida social é intercalada sobre diversos aspectos, sendo eles: sociais; econômicos; políticos; históricos e dentro desse processo a sistematização e o reconhecimento de uma Comunidade Quilombola os eleva a um patamar de cidadania e de visibilidade. A trajetória de vida e as experiências pessoais dos quilombolas expressam que estes sujeitos necessitam ter as suas particularidades respeitadas a fim de os mesmos tenham cidadania e vivam nesta sociedade que se afirma como democrática, mas muitas vezes os mecanismos desta postulada democracia deixa a desejar e os mesmos podem vir a sofrer violações de direitos em suas interações cotidianas. Por outro lado, importa ressaltar que,

> a cultura funciona como uma espécie de plano, no qual os indivíduos norteiam suas vidas, fazendo-os capaz de tomar suas próprias decisões. Dito de outro modo, o homem está atrelado a esta teia, pois são os símbolos e seus respectivos significados que imprimem sentido à sua própria existência. Assim, o que distingue o homem dos animais é a cultura, pois somente ele tem o poder de criar e assimilar os símbolos.

> Ademais, o que distingue os homens entre si não é a sua composição genética ou geográfica, mas a diferença da mútua interação entre os modelos "da" e "para" a realidade que cada povo percebeu e elaborou de maneira singular. Tal processo possibilitou, portanto, construções diversificadas de modelos simbólicos, o que se reflete nas diferentes visões de mundo que cada cultura possui e através das quais orienta seus indivíduos. (TRINDADE, 2016, p. 6).

Desta forma, a cultura implica em significados que atribuem sentidos à existência humana e tais sentidos é o que diferencia os seres humanos dos outros animais, ou seja, a capacidade teleológica permite ao homem a ampliação dos significados através dos laços culturais que são estabelecidos em cada grupo humano.

A fim de caracterizarmos de forma real e efetiva o debate sobre cultura quilombola, tomada esta em sua diversidade, necessitamos compreender o surgimento do termo quilombo ainda no Período Colonial. A cultura necessita ser entendida em sua base histórica e em uma perspectiva de totalidade na medida em que para os quilombolas tudo remete aos seus ancestrais e a forma como estes viveram em nosso País e como estes chegaram aqui.

No Período Colonial os escravos eram alvos de repressão e suas vidas e condições de existência sofriam ingerências por parte do Estado e da sociedade da época; sendo que, os dispositivos legais do Período, sejam em leis, decretos, códigos, versavam sobre as condutas e as formas de se constituir enquanto sujeitos no Período Colonial; contudo, no final do século XX e na entrada para o século XXI assiste-se à uma construção conceitual do que venha a ser quilombo. (ALMEIDA, 2011).

O uso dos recursos naturais e a territorialidade, ou seja, o local em que residem e que garantem a sua reprodução física e social, é o ponta pé inicial para se definir a concepção de quilombo. Os agentes e movimentos sociais partem dessa perspectiva do uso da terra e da criação de significados próprios no patrocínio e na defesa desses grupos que se auto intitulam de quilombolas.

Ainda no Período Colonial, o Conselho Ultramariano considerava juridicamente quilombo como "toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles". (ALMEIDA, 2011, p. 38). A título de exemplificação, o Conselho Ultramariano foi criado em 1642 com o intuito de se ocupar de todas as matérias e negócios, quaisquer que fossem, envolvendo a Índia, Brasil, Guiné, Ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as demais colônias ultramarinas. Neste Conselho havia previsões de sanções para negros, escravos e quilombos. (ALMEIDA, 2011).

Almeida (2011) em seu esforço contextualizador sobre a temática quilombola, seus estudos, vão desde o Período Colonial ao Período Imperial em nosso País; e, no início do Período Republicano, não havia qualquer menção a estes sujeitos quilombolas. Somente após

um século depois da abolição da escravatura que a figura do quilombo é introduzida no ordenamento jurídico brasileiro através da Constituição Federal de 1988. Quilombo em seu ideário originário, no período colonial, referia-se a uma unidade de apoio mútuo criada pelos rebeldes ao sistema escravagista da época e que a bandeira de luta dos grupos fugitivos era o fim da escravidão no País. Por isso,

> onde houve escravidão houve resistência. E de vários tipos, mesmo sob a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantação, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual ou coletivamente. Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão- e de outras formas de trabalho forçado. Trata-se da fuga e formação de grupos de escravos fugidos. A fuga nem sempre levava a formação desses grupos. Ela podia ser individual ou até grupal, mas os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres. (REIS; GOMES, 1996, p. 9).

A resistência ao termo quilombo, nas palavras de Almeida (2011), deve-se ao fato de que estes sujeitos não se encaixavam às leis do Período do Brasil Colônia. Utilizamos aqui a expressão "encaixava" no sentido da não aceitação da condição de pessoas exploradas e expropriadas de seus direitos e não de um ponto de vista em que se naturalizam as relações sociais. A resistência ao termo quilombo se dava ao fato de que estes grupos estavam em uma posição de resistência ao estado como as coisas eram postas pela Colônia Portuguesa.

Leite (1999) entende que os quilombos são a forma de resistência à ideologia racista no período da escravatura no Brasil. Um quilombo reverberava a organização do negro em prol de uma cidadania que estava sendo negada. Hoje, a ideia adotada pelo Estado Brasileiro gira em torno do debate de reparação histórica a estes sujeitos que se nuclearam em prol de refúgio e de respeito às suas identidades. Porém, há de se convir que

> o novo significado expressa a passagem de quilombo, enquanto categoria histórica e do discurso jurídico formal, para um plano conceitual construído a partir do sistema de representações dos agentes referidos às situações sociais assim classificadas hoje. Está-se diante de uma ruptura teórica. Além disto, observa-se que os agentes sociais que se autorepresentam ou são definidos, direta ou indiretamente, através da noção de quilombo, evidenciam que ela adquire sentido ao expressar o reconhecimento de suas formas intrínsecas de apossamento e uso dos recursos naturais e de sua territorialidade, descrevendo uma nova interlocução com os aparatos de poder. Os elementos de contraste envolucrados nesta relação explicitam o advento de uma identidade coletiva. (ALMEIDA, 2011, p. 47).

Assim, os quilombos estão no plano da realidade concreta em nossa sociedade e os mesmos ultrapassaram uma categoria abstrata e se situam de forma efetiva em luta de seus direitos e defendendo o espaço em que ocupam que é o lócus de onde afirmam seus traços culturais.

"No século XXI, as noções se ampliam e o quilombo ressurge como uma forma de denunciar a continuidade da ideologia do enbranquecimento e a exclusão dos negros do projeto

republicano de modernização do País". (LEITE, 2008, p. 968). Na década de 1970 e 1980 a demanda quilombola é levada para a Assembleia Nacional Constituinte e ganhou apoio do Movimento Negro Unificado. Tal intento organizado tornou-se notório e por isso que,

> a reivindicação pública do estigma "somos quilombolas" funciona como uma alavanca para institucionalizar o grupo produzido pelos efeitos de uma legislação colonialista e escravocrata. A identidade se fundamenta ai: no inverso, no que desdiz o que foi assentado em bases violentas. Nesta ordem, pode-se dizer que: o Art. 68 resulta por abolir realmente o estigma e não magicamente. Trata-se de uma inversão simbólica dos sinais, que conduz a uma redefinição do significado, a uma re-conceituação, que tem como ponto de partida a autodefinição e as práticas dos próprios interessados ou daqueles que potencialmente podem ser contemplados pela aplicação da lei reparadora de danos históricos. (ALMEIDA, 2011, p. 44).

A ruptura teórica que remetia os quilombos submetidos ao período colonial torna-se uma realidade ultrapassada com a mobilização política em torno do termo quilombo. E, com o Ato das Disposições Constitucionais no artigo 68, esse avanço significou muito para estes sujeitos. Vejamos o respectivo Ato: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

Leite (1999) constata que o reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos infere ao caráter coletivo de organização dos quilombolas em Comunidade e, por conseguinte, são um grupo que se utilizam do espaço e da terra para a manutenção da sua sobrevivência direito este amparado pela Constituição Federal de 1988.

Aliás, o Movimento Negro pautava sua luta em defesa do Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias tendo por retórica a ideia de reparação, a abolição da escravatura era considerada um processo "inacabado" e que havia uma dívida por parte da sociedade brasileira a estes sujeitos negros e escravos que muito contribuíram com a geração de riquezas no Brasil.

A expressão "comunidade remanescente de quilombos" no período da Constituinte era o termo utilizado para fazer referência às áreas territoriais em que os africanos e seus descendentes passaram a viver no período em que culminou com o fim da escravatura em 1888. Os setores progressistas da sociedade e os grupos de direitos humanos também entraram em cena reivindicando os direitos e ações por parte do Estado para os quilombolas. Em conformidade a isso, houve

> a ressemantização do termo "quilombo" pelos próprios movimentos sociais e como resultado de um longo processo de luta veio traduzir os princípios de liberdade e cidadania negados aos afrodescendentes, correspondendo, a cada um deles, os respectivos dispositivos legais.
> 1 - Quilombo como direito a terra, como suporte de residência e sustentabilidade há muito almejadas nas diversas unidades de agregação das famílias e dos núcleos

> populacionais compostos majoritariamente, mas não exclusivamente de afrodescendentes.
> 2- Quilombo como um conjunto de ações em políticas públicas e ampliação de cidadania, entendidas em suas várias dimensões
> 3- Quilombo como um conjunto de ações de proteção às manifestações culturais específicas. (LEITE, 2008, p. 970).

A ressemantização do termo "quilombo" garantiu a cidadania a estes sujeitos que se autoidentificavam enquanto quilombolas e que defendiam o uso da terra a fim da preservação da memória, dos laços culturais e da própria sobrevivência. O avanço com o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais foi significativo na medida em que visibilizou estes sujeitos no domínio da sociedade em geral.

A terra para o quilombola é o espaço que propicia condições de permanência e de herança cultural através das formas simbólicas a que construíram cotidianamente e coletivamente. O imaginário coletivo é construído neste espaço em que os sentidos e significados são postos em prática em suas interações cotidianas. (LEITE, 1999).

Leite (1999) revela que na década de 1970 os quilombos entram na pauta de luta do Movimento Negro e se adota uma perspectiva de crítica à sociedade brasileira que tentou apagar os sujeitos quilombolas da pauta e do ideário da sociedade brasileira através do mito da democracia racial e da ideologia do enbranquecimento. A autora contextualiza:

> É na década de 70 que tudo isto começa a mudar e "quilombo" passa a operar, como um novo signo na cultura, contribuindo para desestabilizar a ideia de País democrático, miscigenado, permissivo e mostrando um quadro onde a mulata é arrimo de família e o velho músico morre à mingua na mesa de um bar. (LEITE, 1999, p. 141).

Com o apoio dos movimentos sociais, os quilombolas tornaram-se sujeitos que buscavam o enfrentamento de um sistema que não os reconheciam como cidadãos legítimos, e, que necessitam de amparo do Estado para a viabilização de bens e serviços. É na década de 1970 que os quilombolas rompem com a falsa ideia de democracia racial e afirmam que possuem traços culturais a serem preservados e visibilizados na sociedade brasileira.

Os grupos quilombolas questionam o modo como se estruturou a dinâmica das relações étnico-raciais na sociedade brasileira a fim de que estes possam ter condições de cidadania no domínio da vida social e os seus direitos assegurados. Discutir a organização da sociedade brasileira e o modo como esta se gestiona é uma premissa a ser adotada a fim de se problematizar a inferioridade das relações étnico-raciais, os estigmas de exclusão social.

Quilombo, nas palavras de Leite (1999), vem a ser o mote principal para se discutir uma parte de cidadania negada a estes sujeitos que sofreram as marcas de um sistema colonial segregador e restringidor de direitos. O quilombo vem ao encontro de um passado com um

presente que ainda carrega as marcas do rebatimento da falta de reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

O Projeto Quilombola, nas palavras de Leite (2008) é a máxima afirmação de questionamento ao estado das coisas como estão postas, ou seja, desnaturalizar conceitos errôneos e mistificadores da realidade acerca do escravo até o quilombola é um movimento urgente para que haja a cidadania e liberdade para estes sujeitos.

Quilombo implica em resgate de cultura e em reconstrução de memória e, também, em reconhecimento de sujeitos com uma peculiaridade única e que a herança de seus antepassados necessita ser refletida e constantemente cultivado em seus meios. Cultura, diversidade cultural, são expressões que muito se aplicam no entendimento de imaginário da vida social de uma Comunidade Quilombola.

É dentro dessa perspectiva cultural que iremos conduzir a presente proposta de pesquisa tendo por referência que a cultura é uma dimensão fundamental da sociabilidade de uma Comunidade Quilombola. As políticas públicas necessitam reconhecer a particularidade deste grupo específico, que em sua historicidade, foram vítimas dos mais variados tipos de violência e de segregação. As Comunidades Quilombolas, em sua diversidade cultural, afirmam valores que foram repassados de seus ancestrais e que são atualizados no cotidiano prático de suas sociabilidades. Por esse motivo, que

> a cultura quilombola, enquanto esfera social, permite aos indivíduos expressarem seus valores e princípios e vincularem-se de forma simbólica e afetiva ao grupo. Por ser um espaço de trocas e compartilhamento de conteúdos simbólico-afetivos, permite aos sujeitos que se sintam pertencentes a esse universo particular e se apropriarem de valores e conteúdos inerentes à realidade em questão. (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2013, p. 106).

O espaço, ou seja, o domínio das terras, utilizadas pelos quilombolas cumprem uma função social precípua na medida em que o grupo, através de sua organização comunitária, administra os recursos favorecendo a sua reprodução física e cultural e recusando a integrar-se a uma lógica mercantil e oligárquica das propriedades fundiárias. A riqueza da cultura quilombola favorece os membros de suas famílias, a própria comunidade e assegura a materialização de uma vida própria e que não se submete aos ditames ideológicos do Estado e do capital.

Os quilombolas, nos termos de Almeida (2011), instituíram um "reinado de autonomia e liberdade" na medida em que dominam os recursos naturais, desenvolvem a sua cultura, se correlacionam com demais grupos humanos e tentam de todas as formas usar de suas territorialidades para se afirmarem enquanto sujeitos coletivos e portadores de direitos sociais.

A identidade coletiva quilombola é o status máximo de um grupo social que procura manter-se vivo e homogêneo em tempos de grandes impactos societários sobre a vida social.

Ainda, no tocante à territorialidade das comunidades quilombolas, temos que o uso comum da terra é uma característica que eleva esses grupos a um padrão de comunidade em que nenhum membro detém o controle exclusivo dos recursos presentes em uma determinada área. As condições materiais de existência de uma Comunidade Quilombola é acordada entre os membros de um grupo e sem a sobreposição de um membro sobre o outro. A identidade é coletiva e construída sociohistoricamente a fim de que tais moradores consigam a garantia de seus direitos sociais. Não é à toa que o

> uso comum significa, portanto, liberdade ou espaços sociais livres das restrições e exigências impostas pelos atos de compra e venda, que concretizam a transformação da terra em mercadoria. Uso comum pressupõe, em suma, "recursos abertos", usados segundo uma racionalidade econômica intrínseca que não coincide necessariamente com aquela propugnada pelos interesses atrelados ao mercado de terras. (ALMEIDA, 2011, p. 179).

Da citação acima permite-nos apreender o sentido do uso da terra é coletivo e não voltado precipuamente para fins mercantilistas. A prática do uso comum e o cuidado e a preservação do meio ambiente são elementos que atribuem aos quilombolas modos de vida próprios e que garantem aos mesmos a sua reprodução social. O manejo sustentável garante uma produção permanente a fim de que suas necessidades básicas sejam sanadas.

A cultura quilombola, como perceptível, é produto de toda uma historicidade em que buscamos situar neste tópico e que a relação dos quilombolas com o restante da sociedade é uma relação balizada por valores culturais que foram adquiridos com o tempo e que procuram ser mantidos em suas interações cotidianas.

A cultura quilombola é construída pelos sujeitos que partilham de um modo de vida específico. Neste sentido, reiteramos mais uma vez com Thompson (1981), que a cultura não é alheia aos aspectos objetivos e subjetivos da vida dos seres humanos. A cultura é desenhada constantemente e é uma forma de resistência e de luta em prol da garantia de direitos e da própria manutenção da vida. (THOMPSON, 1981).

Os ensinamentos de Thompson (1981) permitem entender que a cultura é atrelada ao movimento real da sociedade e o cotidiano é o espaço de onde ela deve ser interpretada e reinterpretada a fim de que não se torne uma categoria abstrata e sem materialidade histórica. É na esfera sociopolítica onde os costumes são construídos e compartilhados. O pensar, o viver, o ser e as tradições individuais e coletivas são os meios de uma a cultura florescer.

Em suma, a cultura é relacionada diretamente com o desenvolvimento histórico e com a sociedade, ou seja, o que é específico de cada grupo humano deve ser compreendido de forma

positiva e não mediante a um padrão de dominação e de exploração. (THOMPSON, 1981). E, é dentro desse perspectiva que buscamos contextualizar sobre a cultura quilombola na medida em que ela é vida, é um espaço de resistência, é produzida diariamente por seus pares; enfim, a cultura quilombola é a máxima afirmação de que estes sujeitos existem e defendem a toda custo as suas formas de vida e a sua relação com o meio social.

2.2 IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA

Os quilombos se constituem, nas palavras de Almeida (2011, p. 43), "numa forma mais que simbólica de negar o sistema escravista", ou seja, os quilombos carregam consigo uma herança histórica que se assenta em resistência e luta em favor da cidadania e da liberdade civil. E, dentro desse contexto, os estudos em torno da temática quilombola pressupõem a afirmação de valores identitários e a reprodução de um processo de autonomia, onde estes sujeitos procuram se autorepresentar e direcionar suas demandas a fim de que seus direitos possam ser garantidos. Por esse motivo que

> a questão dos quilombos é um elemento importante na história do Brasil e se constituíram/ constituem em espaços de resistência, antes a escravidão; contemporaneamente, como espaços de resistência cultural. Definidos como comunidade remanescente de quilombo, muitas dos descendentes dos antigos quilombolas ainda vivem nas mesmas localidades que residiram seus antepassados e mantém tradições, saberes e fazeres repassados de geração em geração contribuindo para a construção/reconstrução da identidade étnica. (SILVA; SILVA, 2014, p. 192).

Resistência, luta e defesa do território são expressões que conotam as bandeiras de luta dos quilombolas que buscam a cada dia a sua legitimação social e política. Resistência cultural que se reflete na (re)construção identitária desses sujeitos que buscam resguardar a história de seus antepassados e manter tradições e costumes para as gerações futuras. Para a Associação Brasileira de Antropologia (1997, p. 21), temos que quilombo remete a valores construídos com o tempo onde as vivências são partilhadas entre os respectivos membros, vejamos:

> Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados.

Conforme extraído acima, o termo quilombo não é alheio ao tempo e também não se trata de grupos isolados com uma formação única. E, sim, a identidade quilombola se apoia em uma identidade étnica e em sentimento de pertencimento que vem ao encontro de acontecimentos históricos construídos coletivamente. A identidade quilombola não se define

por padrões culturais previamente estabelecidos e nem por traços biológicos e sim nos imaginários das interações cotidianas.

Quilombo, que no Período Colonial, conotava um significado de desordem e de recusa ao trabalho; hoje, trata-se de um termo que faz alusão a um grupo que com suas bandeiras de luta e de resistência procuram afirmar a sua identidade e lutar por seus territórios a fim de que mantenham vivas as suas heranças e tradições construídas há muitos anos. Aqui, podemos citar por exemplo, a defesa do território para o quilombola na medida em que este é o meio de manutenção da vida, da cultura e da própria sobrevivência do grupo. Dado que,

> a autodefinição de um grupo, a reivindicação de uma identidade étnica, converge para uma territorialidade, que se materializa concretamente. Dessa forma a compreensão que um determinado grupo tem de seu território, resulta de processos sociais dinâmicos, tais como disputas e/ou acordos conciliatórios, entre outros processos diferenciados de territorialização. Dessa forma, poderemos delimitar empiricamente o grupo étnico. (JÚNIOR, 2013, p. 133).

Como visto, os processos sociais em um dado território são construídos na coletividade e tendo por horizonte uma afirmação étnica comum. Ou seja, o grupo é uma organização social dotada de saberes que possuem uma raiz comum e que é assimilado pelos membros que ali vivem; e, ao mesmo tempo é uma construção em movimento e dinâmica.

É notório que a autodefinição quilombo seja uma determinação que se aplica ao processo de diferenciação territorial, que implica em liberdade e reconhecimento, remete-se às lutas travadas contra o sistema colonialista como uma tarefa cotidiana dos grupos de fugitivos e que em sua maioria eram negros e não dispunham de condições próprias de subsistência. Leite (2008) argumenta que o quilombo associa-se ao enfrentamento do racismo na medida em que o mito da miscigenação e da ideologia da democracia racial tenta ocultar os sujeitos descendentes de africanos da história brasileira. Para tanto,

> o quilombo assume, portanto, um papel emblemático nas lutas dos negros e em suas reivindicações por cidadania nos diversos períodos da história, sendo este momento atual mais um deles. A sua dinâmica revela que o conjunto de transformações por ele engendrado transcende o que convencionalmente tem sido tratado como agenda política exclusiva do movimento social. As transformações que o quilombo instaura são muito mais amplas e, portanto, de cunho eminentemente identitário. (LEITE, 2008, p. 975).

O negros, como sabemos, sempre foram sujeitos que tiveram os seus direitos negados e suas liberdades limitadas. Ou seja, temos um passado marcado por um sistema que escravizava pessoas e negava o direito de ser cidadão a muitas pessoas. A organização dos negros tem no quilombo um ponto de partida que permite o enfrentamento das violações de direitos que muito marcou o passado dessas pessoas. Frente a isso, o momento presente de determinadas

conquistas para os negros se assenta na mobilização política destes sujeitos que buscam se autorepresentar em nossa sociedade.

O quilombo hoje é, nas palavras de Almeida (2011, p. 69), "uma situação social de autonomia, que se afirmou fora ou dentro da grande propriedade". Necessita-se romper com uma ideia positivista que cristalizou o quilombo da sociedade colonial; o deslocamento crítico permite entender o quilombo como um grupo dotado de autonomia e de significados próprios e que lutam por sua liberdade e cidadania.

A capacidade organizativa do grupo, os critérios político-organizativos que norteiam a mobilização dos grupos vão atribuir especificidades próprias aos quilombolas e a noção de identidade coletiva começa a ser gestionada. O desafio atual é entender como estes sujeitos quilombolas se colocaram a frente de seus antagonismos, como desenvolveram suas estratégias de sobrevivência e como vem se autodefinindo e desenvolvendo suas práticas de interlocução. Almeida (2011, p. 79) comprova ao afirmar que

> o importante aqui não é tanto como as agencias definem ou como uma ONG define ou como um partido político define, mas sim como os próprios sujeitos se autorepresentam e quais os critérios político-organizativos que norteiam suas mobilizações e forjam a coesão em torno de uma certa identidade. Os procedimentos de classificação que interessam são aqueles construídos a partir dos próprios conflitos pelos próprios sujeitos e não necessariamente aqueles produtos de classificações externas, muitas vezes estigmatizantes. Isto é básico na consecução da identidade coletiva e das categorias sobre as quais se apoia.

O pensamento crítico de Almeida (2011) direciona o debate acerca de quilombo no tocante à reprodução, à continuidade, ao que se manteve mais preservado, à afirmação étnica como um critério político-organizativo e que vai atribuir significados a estes grupos que muitos sofreram e que marginalizados na história do Brasil.

A luta pelo reconhecimento e afirmação da identidade quilombola perpassou pela organização política do Movimento Negro e, em 1970, que começa a florescer na luta dos movimentos negros a experiência histórica dos quilombos, pois o que ainda estava presente no ideário brasileiro era "a fragilidade de uma consciência nacional sobre as questões relacionadas à população negra, ao lado da difusão de uma visão da história extremamente negativa para com os negros e as negras do Brasil". (FRAGA, 2015, p. 45). Nesse sentido, tem-se que

> a visibilidade da causa quilombola se deu a partir dos movimentos negros e colocou no cenário público brasileiro as demandas dessa população. Tendo em vista que foi de fundamental importância o papel desempenhado pelos movimentos negros nesse sentido, pois envolveu outros atores sociais nessa luta, tais como universidades, ONGs, agentes públicos que de maneira direta e indireta deram e ainda dão contribuição significativa no que tange a resguardar os direitos adquiridos pelas comunidades quilombolas. (FRAGA, 2015, p.43).

O quilombo atribui um significado de construção de uma identidade histórica e étnica que garante visibilidade política para o próprio Movimento Negro unificado. A luta por direitos e contra situações de discriminação eram as bandeiras de luta em prol da cidadania negada a estes grupos. O entendimento de que o racismo era estruturante da sociedade brasileira é uma baliza crítica que direcionava e afirmava a identidade do movimento negro. Nessa conjuntura, pode-se afirmar que

> os movimentos negros depositaram muitas expectativas no quilombo, passando o quilombo a ser sinônimo do povo negro, da luta por uma sociedade sem discriminação, passando a ser uma referência na construção da identidade histórica e política dos movimentos sociais negros. Nessa perspectiva cabe salientar a fundação da Escola de Samba Quilombo, no Rio de Janeiro que tinha um cunho cultural no sentido de preservar as raízes da cultura negra. Outro importante acontecimento se deu em Maceió, onde lideranças negras, pesquisadores, representantes do Governo e intelectuais de todo território brasileiro discutiram em um seminário a criação do Parque Histórico Nacional de Zumbi. (FRAGA, 2015, p, 49).

A expectativa em torno da categoria quilombo, como podemos notar acima, revelou esperança aos negros na medida da ampla mobilização política que se teve na afirmação desses sujeitos junto ao domínio da vida social em geral. O desejo pela não discriminação e a afirmação de valores culturais foi uma baliza que impulsionou o desejo por mudança e transformação no tocante das relações humanas, sociais e políticas.

Zumbi dos Palmares era o exemplo máximo da luta de liberdade do Movimento Negro Brasileiro e, neste ponto, as demandas dos quilombolas vem ao encontro do Movimento Negro. A percepção e o entendimento de que o mito da miscigenação e que a democracia racial não existia no Brasil era pauta comum entre os quilombolas e os atores do movimento negro. Os quilombos representam a resistência e a luta contra a opressão vivenciada pelos africanos e seus descendentes no decorrer da história brasileira e emergiram em uma situação de confronto e conflito.

A institucionalização da causa quilombola encontrou no Movimento Negro apoio e auxilio para o travamento de lutas junto aos aparelhos do Estado Brasileiro. O aparato legal que reconhece os remanescentes de quilombos imbricam diretamente com as lutas verossímeis dos negros. A ideia de afirmação de uma identidade coletiva e reparação histórica constituíram-se como molas propulsoras de se pensar em igualdades de direitos e de luta por liberdade e cidadania em um País que tem a postulada democracia em seus princípios de soberania.

A afirmação da identidade quilombola propicia aos seus membros condições de cidadania para que estes possam dialogar com os demais setores da sociedade a fim de suas demandas sejam direcionadas. A atuação política e social dos quilombolas leva a entender que

estes cidadãos partilham de experiências em comum e muitas vezes os dilemas e problemas são semelhantes, apesar das mais diversas regionalidades.

A identidade não se limita ao plano cultural e envolve os níveis sociopolítico e histórico em cada sociedade e, neste sentido, as práticas linguísticas, festivas, rituais, tradições populares e uso da terra constituem referências identitárias que marcam a condição humana de um modo geral, e uma condição de pertença a um grupo étnico. (LITTLE, 2002). Dessa forma, uma comunidade quilombola é única, é ímpar e se assenta no campo do simbólico,

> assim, cada comunidade quilombola tem uma história de origem, que compõe aspectos de sua organização, são "grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. É importante explicitar que, quando se fala em identidade étnica, trata-se de um processo de *autoidentificação* bastante dinâmico e não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo." (SEPPIR, 2004 apud LOPES, 201, p. 72).

A autoidentificação é dinâmica e vai além de dados materiais e biológicos e dentro desse contexto temos que a identidade não é fixa e nem se limita ao espaço geográfico em si, ou seja, a origem geográfica não condiciona as atividades humanas e as aprisiona. A autodefinição de uma identidade centra-se nas trocas de saberes e de conhecimento que são desenvolvidas ao longo do tempo e que são incorporadas pelos sujeitos. A cultura é constantemente redesenhada pelo grupo e os valores e as simbologias não são fixas e sim, dinâmicas. A identidade é inserida em um constante fluxo e é reelaborada cotidianamente. (JÚNIOR, 2013, p. 180). Ou seja,

> em outras palavras, as dimensões social e pessoal da identidade convivem de maneira dinâmica, devido ao fato de a constituição do sujeito ocorrer em determinado contexto social, cultural e político, sendo modificada e modificando-o simultaneamente. O ato de identificar-se e de compartilhar com um grupo determinado conjunto simbólico envolve a percepção dos indivíduos enquanto sujeitos no mundo e na relação afetiva com ele. Sendo assim, o sujeito atua sobre esse mundo e o altera com sua marca singular. (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2013, p. 112).

Assim, a identidade está inserida em um campo de poder e, em especial, as identidades de resistência são criadas por sujeitos que partilham de uma experiência em comum e que em seus espaços cotidianos passam por situações de inferioridade e de subordinação e frente a isso buscam enfrentar tais estigmas e lutar por reconhecimento de direitos. Nesse contexto, que a identidade quilombola é construída, onde busca se apoiar na cultura a fim de que seus valores, enquanto um grupo social, possa ser redefinido na sociedade. (CALHEIROS; STADTLER, 2010).

A identidade enquanto uma dimensão social pode ser compreendida como um posicionamento coletivo, onde as dimensões pessoais de um sujeito estão contidas no grupo e isso atribui a um determinado grupo social força e resistência para lutarem em prol de suas demandas.

> A constituição da identidade se dá por um grupo de indivíduos ao compartilharem significados e objetos simbólicos como língua, história, religião, interesses, gostos e cultura, em oposição aos que não partilham e se colocam, portanto, no lugar de alteridade. (FURTADO; PEDROZA; ALVES, 2013, p. 108).

Como exemplificado aqui, a língua, os costumes, as tradições afirmam que o sujeito ao estar inserido em um determinado meio social adquire a sua identidade, onde esta é absorvida e construída a partir de alinhamentos de sentimentos objetivos e subjetivos que se fazem presentes nas relações sociais e culturais. A identidade reflete as representações do que fazemos em nossas interações cotidianas e a colocamos em práticas em nossas condutas.

A identidade quilombola se dá a partir do momento em que os membros de tais grupos se reconhecem entre si e entendem que possuem modos de vida específicos e com trajetórias próprias. Os valores e os significados construídos historicamente possibilitam aos sujeitos o reconhecimento individual em um contexto coletivo, onde há o partilhamento de histórias e costumes que os remetem a um passado em comum.

Hall (2006) concebe que a identidade é dinâmica e que está em constante transformação. É um processo inacabado e que sempre está em andamento. Sendo assim, temos que pensar que a identidade, no caso da questão quilombola, busca se afirmar no espaço cotidiano e nas práticas sociais destes sujeitos que lutam a cada dia por reconhecimento e por visibilidade. O passado e o presente se entrecruzam quando discutimos a identidade quilombola e, este fator, é a prova real de que estes sujeitos sofrem rebatimentos por parte da sociedade, do Estado e que através de suas ações coletivas buscam questionar e enfrentar uma estrutura comum de inferiorização e de cerceamento de liberdade. Em outras palavras, inferimos que

> a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada. (HALL, 2006, p. 38).

A incompletude e a constante reelaboração da identidade é algo presente no cotidiano dos grupos humanos. Ela não é consciente, não é biológica e nem alheia ao tempo. A identidade para os quilombolas, em especial, está na base da vida cotidiana, do fazer laboral e na ancestralidade que os reafirma como sujeitos que possuem uma trajetória específica.

A respeito desta temática sobre identidade, Castellss (2010), parte da perspectiva de que a identidade é fonte de experiência e de significado para um povo e a mesma é construída e está diretamente ligada no plano da cultura. A cultura, através de seus valores e práticas, exerce forte influência sobre a identidade de um grupo social. Também, há de se mencionar que a identidade é construída no campo de relações de poder onde pressões são exercidas de um grupo social perante outro.

> A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais, sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço. (CASTELLS, 2010, p. 23).

Ou seja, a identidade é bastante complexa, na medida em que ela é processada por cada sujeito integrante dos mais diversos grupos sociais. Fantasias, relações de poder, aspectos culturais impactam diretamente sobre cada vivência humana e isso se reflete nas mais diversas formas de organizações de grupos humanos.

A identidade quilombola se relaciona diretamente com os aspectos acima mencionados e também cabe a contextualização sobre o conceito de identidade de resistência proposta por Castellss (2010). A exemplificação se assenta no princípio de que os quilombos se constituíram enquanto um espaço de resistência de um sistema opressor que os expropriavam de suas liberdade e da própria ideia de cidadania. A identidade de resistência conforme os ensinamentos de Castellss (2010, p. 24) é

> criada por atores que se encontram em posição/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade mesmo opostos a estes últimos.

A propósito disso, os negros quilombolas sempre vivenciaram situações de expropriação e de violações de direitos; e, estes fatores os impulsionaram a lutarem por melhores condições de vida e terem a suas liberdades asseguradas e respeitadas. Frente a isso, mais uma vez, a identidade quilombola se assenta nos aspectos de resistência e de enfrentamento contra uma lógica que limita e nega aspectos de diversidade humana.

Forçoso, também, se contextualizar sobre a identidade enquanto projeto. Para Castellss (2010, p. 24 apud FRAGA, 2015, p. 38), a identidade como um projeto é uma "nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda estrutura social". Sendo assim, os debates em torno da questão quilombola reflete a própria mobilização e a organização deste segmento social em prol de suas bandeiras de luta e por visibilidade

> assim, a identidade quilombola começou como identidade de resistência e resultou/tem caminhado para a identidade de projeto. Pois as identidades são dinâmicas, nenhuma identidade "pode constituir uma essência", isto é, ela não é fixa e acabada, ao contrário, ela é adaptável as mais diversas situações, tempo e espaço. E o espaço geográfico em que estas comunidades se fixaram foi se constituindo como parte integrante da vida dessas populações, formando então os territórios quilombolas. (FRAGA, 2015, p. 38).

Então, tem-se que a identidade que foi projetada pelos quilombolas, como bem contextualizado anteriormente, ganhou impulso com o movimento negro a fim de que este sujeitos tivessem respeito perante aos demais setores de nossa sociedade. Identidade, enquanto projeto, que buscava a visibilidade política e, ao mesmo tempo, humana, de pessoas que foram estigmatizadas de suas próprias vidas. Desta forma, a identidade enquanto projeto busca a alteração de uma estrutura social que inferioriza determinado grupo humano.

O quilombo, enquanto um espaço de convivência, possibilita o encontro com outros sujeitos que partilham de uma mesma condição de existência e com raízes culturais próximas e isto que vai atribuir uma identidade coletiva a estes sujeitos que passaram a compartilhar símbolos e costumes comuns em um determinado território. Assim, tem-se

> a possibilidade de assumir sua identidade permitia ao indivíduo colocar-se de forma diferente perante a sociedade, em uma posição ativa de resistência, luta e discordância com o tratamento de submissão e exclusão imposto aos escravos. (FURTADO; PEDROZA e ALVES, p. 110, 2013).

Mais uma vez, quilombo: identidade, resistência e afirmação e um território, essas são palavras que se associam diretamente com a expressão a qual aqui destacamos. A busca ativa de enfrentamento de situações de subalternidade permitiu aos quilombolas a sua inserção política na sociedade. Atrelada a isso, teve-se a eloquente parcela de contribuição do Movimento Negro na defesa das terras ocupadas por estes sujeitos que buscavam a sua legitimação social.

O território é de fundamental importância para a manutenção de uma comunidade quilombola. As terras utilizadas garantem a reprodução física, social, econômica e cultural. O território não se limita a um espaço físico e possuem uma dimensão simbólica e social, portanto vai além das cercas das casas. O território se constitui de todos os elementos que propiciam as condições de sobrevivência para os membros de uma comunidade, enfim o território é a somatória de partes para se formar um todo, ou seja, a própria comunidade quilombola e

> de acordo com Acevedo e Castro (2004, p. 62-63) o território é impensável fora das interações sociais nele estabelecidas. Ele só existe enquanto um espaço objetificado e subjetivado pelo sentido que a cultura que imprime sua marca lhe dá. A terra, como espaço de produção da sobrevivência, quando referida aos grupos étnicos, a apropriação simbólica do território deve ser considerada. A terra, nessa acepção, "é sinônimo de relações vividas, fruto de trabalho concreto dos que ai estão, fruto da memória e da experiência pessoal e coletiva de sua gente, os do presente e os do passado". (SODRÉ, 2013, p. 11).

Como acima ilustrado o território é onde a vida dos quilombolas é tecida. A cultura implica suas marcas no território que os quilombolas utilizam e esta é constantemente (re)alimentada. As relações sociais são compartilhadas nesse espaço que utilizam e, hoje, a identidade quilombola luta contra a invisibilidade e a negação da existência desses sujeitos

quilombolas. O Estado através de suas Instituições tenta a todo custo burocratizar o acesso ao título de suas terras e limitar o espaço que ocupam. São evidentes os inúmeros conflitos de terras envolvendo as comunidades quilombolas rurais e a falta de infraestrutura adequada para uma vida digna nas referidas comunidades quilombolas.

A regularização dos territórios quilombolas esbarra em entraves administrativos e/ou judiciais além de ações de desapropriações e há de se mencionar a ação de grileiros e posseiros que se fazem presentes ameaçando os territórios das comunidades quilombolas. Para Neto (2015), a regularização dos territórios quilombolas tem o potencial de preservar modos de vida, tradições culturais, garante direitos a cidadãos subalternizados no interior da ordem socioeconômica capitalista além de visibilizar estes sujeitos enquanto agentes de cidadania e de promoção cultural. Para o respectivo autor

> entendemos que o reconhecimento de uma comunidade como *remanescente de quilombos* em muitos casos legitima situações factuais de posse e propriedade continuadas sobre dadas extensões de terras, atualizando a demanda por direitos de grupos sociais. Em outros casos, como em relação a *comunidades quilombolas* urbanas, abre-se a possibilidade de criação de um novo direito para indivíduos e grupos que encontram neste dispositivo legal uma possibilidade de afirmação coletiva voltada à reprodução uma cultura assentada sobre a ancestralidade negra. Ao retirar-se esses grupos sociais da invisibilidade em que se encontravam perante as instituições políticas e econômicas do Estado-nação e a sociedade civil como um todo, se lhes confere um novo *status* no equilíbrio das relações de poder com os agentes externos, consagrando uma forma de reconhecimento social. (NETO, 2015, p. 169).

O reconhecimento dos territórios quilombolas perpassa pelo reconhecimento de seus traços culturais e dos modos de vida que cada comunidade constituiu com seus membros. A invisibilidade social, como percebido acima, necessita ser desmistificada a fim de que todo o complexo social que somos partícipes entendam e respeitem as comunidades quilombolas.

Os quilombos, nas assertivas de Leite (2008), podem ser compreendidos como instâncias sociais geradoras de sentidos a partir de suas experiências em cada momento histórico e esse é o desafio de se discutir quilombo na atualidade. O desafio é enorme, pois quilombo hoje é uma pauta que deve assentar-se em um debate crítico e levando-se em considerações as forças presentes na atual conjuntura societária.

A adoção de uma identidade política, que no caso quilombola se afirma mediante a uma identificação étnica, é o que permite a estes grupos adquirirem visibilidade e poderem barganhar seus direitos frente a ação do Estado e, por conseguinte, materializarem tais direitos no âmbito das instituições democráticas.

A complexidade de cada momento histórico é o que particulariza os mais diversos grupos sociais e a identidade não é algo estanque e nem alheia ao tempo. A identidade é modelada e remodelada a depender das circunstâncias e dos aspectos do real em que estão em

jogo. A identidade é uma dimensão social que não anula a identidade individual. O sentimento de coletividade é construído a partir das simbologias compartilhadas no dia-a-dia e que podem se modificar a depender das circunstâncias presentes no contexto social em que estão inseridos.

A identidade e o território adquirem uma concepção que se alia à ideia de territorialidade. Territorialidade esta que é carregada de uma simbologia cultural e que não é limitada ao espaço físico e geográfico. As formas peculiares de vida de uma comunidade quilombola revela que são grupos diferenciados no tocante do uso da terra e que carregam consigo um ideário de coletividade e de uso do bem comum aos integrantes de determinado grupo. Neste contexto, O'Dwyer (2010, p. 43) entende que

> a territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização dessas áreas obedece a sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade.

No tocante à territorialidade, o uso da terra por uma comunidade quilombola se faz de maneira grupal e o caráter étnico e a afirmação de valores e práticas culturais potencializam o ideário coletivo e a identidade é fortalecida junto aos membros de uma comunidade quilombola. A solidariedade e a reciprocidade são desenvolvidas pelos membros do grupo em meio a um espaço de alteridade junto aos demais setores da sociedade. A conquista do título das terras ocupadas pelos quilombolas é uma premissa de garantia de direitos por parte do Estado a fim de que possam terem a certeza de que ninguém os poderá retirar dali, sendo assim,

> titular essas terras tradicionalmente ocupadas por povos e comunidades tradicionais quilombolas, trata-se de efetivar direitos étnico-territoriais juridicamente amparados e reconhecidos através do domínio territorial coletivo e na autonomia sociocultural dessas comunidades que construíram seus territórios tradicionais mediante regras próprias de uso comum e preservação dos recursos naturais. (TRINDADE; MORAES, 2014, p. 19).

A autonomia sociocultural perpassa pela segurança jurídica a fim de que não possam ter mais os seus direitos territoriais violados. O território e o seu significado enquanto um lócus onde as relações sociais e comunais são estabelecidas é um elemento central para se pensar a relação entre os quilombos e o uso da terra. O território, conforme os estudos de (FURTADO; PEDROZA e ALVES, 2013, p. 111), é "um pedaço de terra para usufruto coletivo, como uma necessidade cultural e política de se distinguirem, de se diferenciarem de outras comunidades e decidirem seu destino próprio".

O território está na base das narrativas porque se constitui o principal elemento que afirma a identidade quilombola, além de se constituir em suporte da memória. Na memória

quilombola está inscrita a sua relação com a terra, com o território e com tudo o que ela representa. Nas palavras de Mello (2008, p. 56),

> mais do que um espaço físico, um palco de vivências que articula afetos, dramas, traumas e demais emoções. O território constitui uma instância de codificação, marcação e delineamento das relações de parentesco. Lembrar-se dos "antigos" envolve a referência às relações de parentesco, aos "corpos que circula[ra]m pelo território", à reiteração das relações entre mortos e vivos, à definição da pertença e das fronteiras étnicas.

O território e o sentido da territorialidade, como exemplificado, perpassa pelo campo das vivências de todos os que já viveram e compartilharam daquele espaço. Mello (2008) traz que junto com a ideia de território tem-se o sentimento de pertença e de envolvimento de tudo que está na base das relações sociais previamente estabelecidas.

Little (2002, p. 03), em seus estudos, define territorialidade como sendo "o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu território." E, dentro desse contexto, existe uma multiplicidade de expressões, o que produz um leque muito amplo de tipos de territórios, cada um com suas particularidades socioculturais e singularidades que são colocadas em prática nas interações cotidianas dos sujeitos.

Little (2002) entende que o sentido da territorialidade deve ser vista sob o prisma dos saberes ambientais, ideologias e identidades criadas pela coletividade, estando historicamente situados, e sendo utilizados pelo grupo para estabelecer e manter seu território. Assim, o sentido da territorialidade inclui o regime de propriedade, os vínculos afetivos que cada grupo mantém especificamente com seu território.

A expressão da territorialidade não se encontra na figura de leis e títulos. O verdadeiro sentido se encontra na memória de cada um de seus membros que incorporam dimensões simbólicas e identitárias nas relações desses povos com suas áreas. Os quilombolas têm seu território ligado a uma história cultural onde procuram manter viva a memória de seus ancestrais. A terra é o local onde se desenvolvem relações culturais, religiosas e identitárias.

Nesse contexto, a titulação das terras tradicionalmente ocupadas pelos quilombos é uma necessidade identitária para que estes indivíduos possam se autoreproduzir e permanecer em seus territórios a fim de que seus valores culturais e suas condições de vida permanecem. A forma como se relacionam com a terra; a produção coletiva; as relações sociais comunais; valorização dos traços culturais ressaltam a importância e o sentido do território para os sujeitos quilombolas que carregam consigo uma identidade étnica coletiva.

A territorialidade envolve o uso comum da terra onde não encontra-se relações capitalistas que tenham por base a exploração do trabalho assim como uma acentuada divisão

interna de atividades entre os membros. Encontramos atividades econômicas de pequena escala e que são para a subsistência em comum. A subsistência e a manutenção das tradições culturais é um elemento que merece destaque nessas relações sociais que de certa forma é única e é o que atribui o sentido da territorialidade e de uma identidade coletiva.

Em uma comunidade quilombola, a ancestralidade e os vínculos de parentesco são alicerces para a constituição da experiência quilombola. Esses elementos são vivenciados no território simbólico a partir das heranças culturais. São essas interações com o espaço cultural que brota o conhecimento e os saberes específicos do grupo, daí o sentido da territorialidade quilombola.

2.3 ESTADO E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Estado é a representação do interesse de uma classe dominante que está à frente da sociedade em determinado momento histórico. A concepção de Estado vem ao encontro de um "bem estar coletivo", onde um grupo dominante impõe as suas ideologias e as coloca em prática cotidianamente. A divisão social do trabalho e a garantia da propriedade privada foram os meios para o Estado legitimar-se perante a um grupo social e atender os interesses da classe dominante. (MARX e ENGELS, 1998).

Em A Ideologia Alemã, Marx e Engels (1998) sinalizam que o Estado está a serviço de uma classe social, por sua vez, a classe dominante. Para Marx (1998), a sociedade civil criou o Estado e ela é o "verdadeiro lar e cenário da história". Podemos apreender que o Estado visa a garantir uma ordem dos detentores do poder e a legitimar a ordem capitalista dominante.

> Sendo o Estado, portanto, a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, conclui-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. (MARX e ENGELS, p. 74).

Dentro do contexto mencionado, a medida do Estado é estendida a todo o conjunto da sociedade e, neste sentido, o Estado em suas "aparências ideológicas" se impõe aos homens na condição de comunidade comum. Neste processo, os homens aparecem como sujeitos alienados pelo fato da não compreensão de que o real sentido do Estado é favorecer determinados grupos sociais. (MARX e ENGELS, 1998).

As ideias dominantes tentam ludibriar os aspectos da realidade social de cada momento histórico. A classe dominante ao se utilizar do poder do Estado valida e impõe seus ideários às classes desfavorecidas e busca legitimar suas bases de atuação. O Estado, através das políticas públicas e das suas instituições, direciona serviços e benefícios aos mais diversos segmentos

sociais, e em nosso objeto de estudo, as particularidades de uma comunidade quilombola, muitas vezes, pode vir a não ser referenciada e isto pode trazer prejuízos culturais e identitários a grupos que partem de um sentimento de coletividade em suas relações sociais.

O Estado exerce sua força política através de suas Instituições e estas passam a mediar a vida comum da sociedade. A ilusão de uma vontade geral é a premissa da classe que está à frente do poder em cada período histórico. Marx (1998), expressa que, a maneira como os indivíduos manifestam sua vida e suas organizações refletem concretamente o que eles são. As condições materiais de produção organizam a vida social da população e a subjetividade desta é condicionada ao processo de produção.

Aqui, cabe referenciarmos o debate acerca de como o papel do Estado não pode vir de encontro com os interesses de grupos sociais específicos, como é o caso dos quilombolas. Os membros de uma comunidade quilombola possuem relações culturais pautadas na preservação da vida, da cultura, do meio ambiente e o sentimento de pertencimento do grupo é o que rege suas relações cotidianas.

O interesse do Estado pode vir a colidir com a manutenção territorial dos membros de uma comunidade quilombola na medida em que o "interesse geral" e o "bem estar coletivo" que o Estado busca repassar para o conjunto da sociedade carregam consigo uma ideologia de alienação e de coisificação das relações sociais.

Uma comunidade quilombola não se pauta na exploração do homem pelo homem e sim de forma coletiva e no uso coletivo dos bens por estes produzidos. Aqui, podemos inferir que os quilombolas não se situam dentro desse ideário de Estado que busca este "bem comum" que é a manutenção de poder de pequenos grupos. Os quilombolas se pautam na valorização de seus traços culturais e de suas formas de vida levando-se em consideração os seus antepassados.

O Estado instaura-se em um campo de "superestrutura da sociedade" de onde se emanam suas ideologias a partir da classe dominante. O Estado, em Marx (1988), não vem a superar as contradições da sociedade; mas sim, se assentar em uma falsa ideia de interesse comum. A superestrutura é o conjunto das instituições da qual o Estado é parte e

> já a superestrutura tem como parte principal o Estado que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social (ideologia). Para Marx, o Estado como superestrutura que é, depende da sociedade civil compreendida como a base econômica e é na sociedade civil que se formam as classes sociais e onde são também revelados os antagonismos de classe que são inconciliáveis na visão marxiana. O Estado é resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está ligado à divisão da sociedade em classes, sendo que, para Marx, o Estado nasce da luta de classes. (QUARESMA, 200, p. 97).

Então, temos que com o desenvolvimento econômico, o Estado, buscou legitimar-se perante a todos os segmentos societários e foi perante a luta de classes que o Estado busca

através de suas Instituições a sua própria segurança jurídica a fim de manter o seu poderio perante a sociedade civil.

O Estado é a forma de organização adotada pelos burgueses para garantir a sua propriedade privada, ou seja, o Estado é a instituição na qual se efetiva os interesses dos burgueses. O Estado adquire uma existência particular a partir do momento em que a burguesia condiciona seus interesses particulares com a expansão da propriedade privada para a esfera da dominação e controle dos indivíduos.

Marx e Engels (1998, p. 32) rompem com uma concepção de Estado que expressa uma vontade coletiva e passam a revolucionar o campo da teoria política. Para os referidos autores, "a classe que exerce o poder material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante". O Estado e toda a sua estrutura social é determinada socialmente a partir dos aspectos do real e das situações vivenciadas em cada momento histórico.

Esse entendimento vem ao encontro da percepção de como o Estado esteve e está a serviço da manutenção de uma classe dominante em cada lastro histórico e o poder era condicionado a frações da sociedade e toda uma estrutura de hierarquia se instalou na sociedade. O Estado, em Marx e Engels (1998), vem a ser um "interesse universal ilusório" porque nunca irá atender aos interesses de todos os grupos sociais, uma vez que,

> a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. (MARX e ENGELS, 1998, p. 48).

A classe dominante usa a concepção de Estado para legitimar seus interesses e socializar seus ideais como se fossem ideais coletivos e partilhados por todos de forma geral. Conforme (MARX e ENGELS, 1998, p. 50), "essa classe é obrigada a dar aos seus pensamentos a forma de universalidade e representa-los como sendo os únicos razoáveis, os únicos universalmente válidos".

A independência do Estado frente à classe dominante não existe. O caráter repressivo do Estado tem o intuito de garantir a crescente taxa de lucro do capital, como também legitimar a ordem burguesa, assumindo um papel coercitivo de acordo com a ideologia dominante vigente no período. Podemos observar que o Estado surgiu da necessidade de proteção e ordem da propriedade privada a fim de favorecer uma determinada classe social. O Estado foi determinado para garantir a exploração do proletário pelo capitalista.

O que procuramos ilustrar nesta subseção foi que o Estado possui essa característica de mistificar a realidade social e sempre propiciar as bases de evolução do capital através de grupos específicos, ou seja, a classe dominante usa de todos os artifícios para a legitimação do seu

poderio. As lutas travadas no âmbito do Estado nada mais são que lutas entre as classes sociais que tentam legitimar o seu poder e ampliar os seus domínios, dentro desse contexto,

> é justamente essa contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que leva o interesse coletivo a tomar, na qualidade de Estado, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e a fazer ao mesmo tempo as vezes de comunidade ilusória, mas sempre tendo por base concreta os laços existentes em cada agrupamento familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala, e outros interesses. (MARX E ENGELS, 1998, p. 29).

Os pensamentos dominantes são a expressão das relações materiais dominantes e as relações sociais são estabelecidas a partir de uma classe dominante que interfere no modo de produção e produz subjetividade a todos os cidadãos mesmo que seja contra a vontade desses. Por conseguinte, iniciamos esta seção, procurando tecer um paralelo sobre a ação do Estado a fim de ampliarmos nossos horizontes de análises sobre o nosso objeto de estudo que é pautado na seguinte assertiva: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola.

Será se esse Estado vem propiciando condições e garantias de sobrevivências às comunidades quilombolas? As políticas públicas, em específico a Política de Assistência Social, atém-se a cultura quilombola? Essas indagações iniciais são fundamentais para pensarmos a complexidade do tema que ora apresentamos e desmistificar o invisível acerca da ação do Estado.

Frente a isso, a fim de se discutir e apresentar a Política de Assistência Social, temos inicialmente que caracterizar o que vem a ser uma política pública. Para isso, apoiamo-nos nas elaborações de Souza (2006) quando diz que podemos resumir a política pública como um campo de conhecimentos que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação e analisar tal ação, e se necessário propor mudanças no rumo ou no cursos destas ações. Nas palavras da respectiva autora,

> a formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. (SOUZA, 2006, p. 26).

Dessa forma, mediante a citação infrarrelacionada, uma política pública é uma ação que resulta da ação do governo em direcionar atendimento aos segmentos sociais e procurar modificar uma dada realidade. Uma política pública implica em atender aos mais diversos segmentos populacionais e a mesma impacta diretamente nos modos de vida dos sujeitos a que busca alcançar.

Temos que a ação do Estado, mediante a efetivação de políticas públicas, não são elementos indissociáveis e alheios ao domínio da sociedade; e, sim, estão conectados e

impactam de forma objetiva e subjetiva nos mais variados segmentos populacionais constantes em nossas sociedade. Então, a viabilidade de uma política pública vai depender do momento presente e da conjuntura específica de cada sociedade. Dentro destas variáveis ainda temos os modos e os sistema de produção de cada sociedade e a forma como o Estado, através de seu governo, vai direcionar atendimento aos mais diversos setores da sociedade. Nesta perspectiva, as políticas públicas, "repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade". (SOUZA, 2006, p. 25-26).

Nestes termos, uma política pública envolve vários atores e níveis de decisão; não se limita a leis e regras previamente definidas; é uma ação intencional que buscar perquirir objetivos anteriormente elencados; é um processo decisório complexo, dinâmico e é inserido na teia de relações sociais onde sociedade e Estado devem caminhar juntas a fim de um determinado público-alvo seja realmente atendido de forma efetiva. (SOUZA, 2006).

Nos parágrafos subsequentes apresentamos considerações pertinentes acerca da Política de Assistência Social uma vez que a mesma faz parte de nosso objeto de estudo e é importante conhecer sobre seu traçado histórico assim como a atual configuração da referida Política para facilitar a compreensão dos documentos elencados na coleta de dados presentes na terceira seção desta Dissertação.

A assistência social, enquanto uma política pública, situou-se sobre um embrião assistencialista que não garantia autonomia e nem cidadania às pessoas que se utilizavam dos serviços e benefícios desta política. Os cidadãos que se encontravam em situação de risco, vulnerabilidade social e demais violações de direitos ou até fora da esfera do trabalho vivenciavam situações de desproteção social e isto eram aspectos recorrentes em suas vidas. As pessoas eram vistas como sujeitos em situação de desproteção social e, em seu período originário, a assistência social não era considerada uma política pública de direitos e, sim, um favor e uma benesse. (SPOSATI, 2008).

Este período histórico situa-se na década de 1930 até a década de 1970, onde as instituições criadas para ofertar, auxílios, benefícios e programas, foram instituídas de forma unilateral pelo governo, e traziam práticas filantrópicas, religiosas, sob a égide da benemerência. Apaziguar as formas de desigualdade social era o objetivo desta assistência social deste momento histórico que não levava em considerações os fatores determinantes e condicionantes da vida social.

Conforme Sposati (2008), na década de 1930, a assistência social ao pobre e ao desfavorecido ia consolidando-se nas ações estatais como um mecanismo político para aliviar

a pobreza e os conflitos gerados pelo quadro desigual da sociedade brasileira da época. A assistência social se institucionalizava em uma ação do Estado autoritária e fragmentada que tentava mistificar e ocultar a realidade social. Insta mencionar que a assistência social era direcionada às pessoas inseridas no mercado de trabalho e não a todas as pessoas, como no exemplo supracitado,

> no Brasil, desde a década de 30 do século XX, o acesso do cidadão a direitos sociais foi subordinado à sua inclusão formal na legislação social do trabalho e não à condição genérica em ser cidadão brasileiro. A cidadania salarial, ou regulada, como diz Wanderley Guilherme dos Santos, e não social, condicionou seu reconhecimento ao exercício de um trabalho formal. Sabe-se que o modelo de Estado Social, conhecido como *WelfareState*, ou Estado de Bem Estar Social, também tem forte fundamento na sociedade salarial e na condição de pleno emprego. A mudança do processo produtivo vem, paradoxalmente, colocando em questão esse caráter restritivo entre a legislação social do trabalho e o alcance da cidadania social. A precarização do trabalho pela alteração do processo produtivo e a informatização extensiva têm ampliado o campo informal do trabalho, com isto, a cidadania social passa a ser demandada por aqueles que antes contavam com a cidadania ocupacional. (SPOSATI, 2007, p. 443).

Da citação acima, podemos perceber que a assistência social emerge em meio a um contexto de um arranjo político e econômico do Estado tentando legitimar a força do capital e não procurava atender aos anseios das pessoas que necessitavam de proteção e amparo por parte do Estado. A assistência social pautava suas intervenções de forma celetista, autoritária, desmobilizadora dos conflitos sociais. Somado a isso, tem-se o histórico das políticas serem direcionadas à população de forma clientelista, populista, paternalista, característica estas da história de nosso País.

O cenário político brasileira na década de 1930 era de uma burguesia ascendente que contava com a proteção do Estado. As diversas formas de desigualdade social era encarrada como desvio moral e como a falta de adaptação do indivíduo ao sistema capitalista vigente neste período. A proteção social era direcionada a grupos sociais que tentavam se contrapor a este sistema capitalista e que ameaça a ordem social e é dentro desse contexto que a assistência social passava a ser um caso de polícia. (NETTO, 2001).

Somente a partir da década de 1980 que o poder público assume legalmente a responsabilidade da seguridade social na condução das políticas públicas voltadas à proteção social. Ainda que o caráter histórico da assistência social denuncie ações isoladas e assistencialistas, é a partir da Constituição Federal de 1988, que a assistência social foi elevada à condição de política pública de seguridade social. O processo de institucionalização da política de assistência social encontrou referência na Constituição Federal de 1988 quando passou a assegurar proteção social não contributiva de assistência social aos cidadãos que dela necessitassem.

Na década de 1980 o conformismo com a manutenção da ordem estava sendo gradativamente rejeitado. As políticas começaram a ser questionadas e discutidas com os demais segmentos da sociedade. A assistência social entra nesse contexto de maneira a se caminhar para o desenho de uma proteção social brasileira que venha de forma real a atender a toda a sociedade. E é dentro deste período de agitação social, política e cultural que a política de assistência social passa a ser consagrada na Constituição Federal de 1988.

Raichellis (2000) problematiza que é a partir da década de 1980 que há uma revitalização da sociedade civil e o reconhecimento de diversos grupos sociais como interlocutores políticos em prol da garantia de direitos e de visibilidade social. Eram dadas as bases de ordem democrática e de articulação entre a dimensão societária e institucional. A dinâmica social e política colocava a urgência da organização e da representação de interesses coletivos na cena pública. Instalava-se um movimento na defesa da cidadania e dos direitos sociais, e em especial às pessoas que necessitavam de auxilio, amparo e proteção do Estado através da política de assistência social. Dentro desse contexto de efervescência social,

> a construção da assistência social como política pública no Brasil é um compromisso constitucional cuja concretização vem se arrastando há quase 20 anos. De fato este é um tema com forte estigma desde sua nomenclatura. É interessante notar, porém, que muitos sugerem a mudança do seu nome para promoção, desenvolvimento, ação, inclusão, inserção, sempre apostos ao termo social. Chegam até, a realizar a mudança da nomenclatura "assistência social" no órgão ou organização em que tem autoridade de gestão, mas não alteram seus procedimentos. Considero que são as heranças nos procedimentos da assistência social que devem ser rompidas e ressignificada sob novo paradigma, e não propriamente sua nomenclatura. (SPOSATI, 2007, p. 435).

A luta em prol da assistência social era pautada por uma política de direito do cidadão e de dever do Estado. A atuação do Estado iria se dar de forma descentralizada e participativa em todos os níveis de governo – federal, estadual e municipal- a fim de que os recursos atendam a todos de forma a minimizar as desigualdades sociais e a garantir direitos sociais. Para Sposati (2008, p. 18), a assistência social passa a ser, a partir da década de 1980, uma política que visa também a participação social a fim de que os cidadãos ocupem os espaços de formulação e de deliberação da referida política.

Defendemos ser a assistência social uma política pública de proteção social a riscos e vulnerabilidades sociais que objetiva a atender e prover determinadas necessidades sociais e afiançar determinadas seguranças. A assistência social não deve ser encarrada como mãe dos pobres e nem para os pobres. A assistência social é inscrita no texto constitucional brasileiro e deve ser concebida como direito do cidadão e dever do Estado.

É importante mencionar que a assistência social não deve se inscrever na ordem societária de forma isolada às outras políticas públicas. A atuação deve se dar de forma

intersetorial e articulada a fim de que os serviços e benefícios venham a potencializar e garantir autonomia aos cidadãos atendidos por esta. Almeja-se uma política ativa e inclusiva e não uma política que venha a obstacularizar as possibilidades humanas; e, sim,

> uma política de proteção social compõe o conjunto de direitos de civilização de uma sociedade e/ou o elenco das manifestações e das decisões de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros. Ela é uma política estabelecida para a preservação, a segurança e a dignidade de todos os cidadãos. (SPOSATI, 2007, p. 453).

Assim, a inserção da Assistência Social, na Seguridade Social juntamente com as políticas de Saúde e Previdência Social, significa a ampliação no campo dos direitos humanos. Sposati (2009) refere que sendo a assistência social uma política social, ela é um campo de forças entre concepções, interesses, tradições, em que o seu processo de efetivação, como política de direitos, não foge do movimento histórico entre as relações de forças sociais.

Frente a isso, é urgente desmistificar a concepção de que a proteção social não contributiva é necessária e destinatária somente porque as pessoas são pobres, e, logo, a pobreza é a causadora de desproteção. Corroboramos com Sposati (2009) quando sinaliza que a pobreza agrava as vulnerabilidades, os riscos e gera fragilidades, mas não significa que todas as formas de vulnerabilidades, riscos e fragilidades existam por causa da pobreza.

O percurso sociohistorico de constituição da assistência social revela que ela era uma política por si só e não tratava de referenciar e nem de provocar mudanças significativas na órbita da sociedade brasileira. A ideia de ajuda e de favor foram bases desta política, mas hoje com todos os avanços na sociedade e em meio a um Estado Democrático de Direito a assistência social procura se inscrever no contexto de direitos sociais e como um direito do cidadão que dela necessita.

Como perceptível nos parágrafos antecedentes, esboçamos um paralelo da institucionalização da política de Assistência Social quando de seu surgimento e a construção que se deu a partir da década de 1980 em torno desta. Neste sentido, temos que a referida Política visa atender às mais diversas situações de incontingências sociais que possam vir a fazer parte da sociabilidade dos sujeitos e frente a isso em nosso objeto de estudo, o atendimento aos povos tradicionais- os quilombolas- a mesma necessita levar em consideração a cultura e as singularidades deste grupo a fim de que a cidadania possa ser materializada de forma efetiva no contexto de vida destes sujeitos.

Conforme dados da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (2013), existem 214 mil famílias e 1,17 milhões de quilombolas no Brasil. Destas, 80 mil famílias são cadastradas nos Programas do Governo Federal; 74,73%

destas famílias vivem em situação de extrema pobreza e 24,81% não sabem ler. Estes dados expressam um grande quantitativo de sujeitos quilombolas em nosso País e estes passam por situações de desproteção social que necessita ser enfrentada de forma efetiva junto ao Estado brasileiro.

Dentro desse contexto temos que o direito à Assistência Social será para quem dela necessitar, independente de contribuição, tendo por objetivo o amparo à família, maternidade, infância e velhice, crianças e adolescentes carentes, integração ao mercado de trabalho, integração e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência.

Conforme a Constituição Federal (1988), a Assistência Social deverá ser prestada a quem dela necessitar. Os usuários desta, conforme a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), se configuram como um público bastante heterogêneo como podemos perceber abaixo:

> constitui o público usuário da Política de Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social.

O público alvo da Política de Assistência Social é bem variado; sendo assim, a Política vem ao encontro das mais diversas situações que possam ocorrer na trajetória de vida de um sujeito. O enfrentamento da pobreza, de situações de violações de direitos e a garantia do protagonismo dos sujeitos no núcleo familiar fazem parte das intencionalidades e, também, dos objetivos da Política de Assistência Social. Os quilombolas se encaixam entre os usuários da referida Política na medida em que, também, os fatores étnico-raciais se constituem em causas de violações de direitos e em situações de desproteção social.

Os quilombolas vivenciam situações de desproteção social mediante aos mais diversos fatores: sofrem pela falta de informação; a maioria vive isolado geograficamente; são pessoas pobres e com rendimentos baixos; pouca escolaridade; possuem dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Estes são alguns exemplos de situações de violações de direitos que fazem dos quilombolas um público específico de atendimento junto à Política de Assistência Social.

A título de exemplificação, o Guia de Políticas Sociais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2009) concebe um olhar diferenciado para as Comunidades Tradicionais Quilombolas e, neste Guia, trata a Assistência Social de forma a viabilizar direitos e garantias às Comunidades Tradicionais de Quilombos. A ideia

multicultural, trazida e contextualizada pela referida Política parte da perspectiva de atender de forma diferenciada estes sujeitos por se tratarem de pessoas com singularidades específicas e que necessitam de reconhecimento por parte do Estado brasileiro.

Para o Ministério do Desenvolvimento Social (2009), "estima-se que os povos e comunidades tradicionais no Brasil perfazem um total aproximado de 25 milhões de pessoas, 5 milhões de famílias, e ocupam aproximadamente um quarto do território nacional".

> O maior desafio posto para a assistência social, no atendimento aos povos e comunidades tradicionais é, assim, o reconhecimento e a concretização dos seus direitos sociais, por meio da proteção de seus direitos e memórias culturais, suas práticas comunitárias e sua identidade racial e étnica. (MDS, 2009, p. 21).

Como podemos ver acima, o contingente populacional dos quilombolas em nosso País é vasto e os desafios de se direcionar atendimento a estes sujeitos exige uma ampla compreensão dos fatores sociais e culturais que se fazem presentes em seu meio; e, é nessa assertiva que a presente proposta de pesquisa se encaixa pelo fato da Política Nacional de Assistência Social estar direcionando atendimento às Comunidades Quilombolas.

Por fim, visibilizar as comunidade quilombolas e de forma mais específica, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, é um pressuposto de valorização da cultura desses sujeitos, da defesa do território que ocupam e acima de tudo que os mesmos sejam cidadãos ativos frente ao papel desse Estado que omite direitos e restringe a nossa própria liberdade de escolha.

3 “SOMOS QUILOMBOLAS E SOMOS SUJEITOS DE DIREITOS”

Justificamos a intitulação da presente seção “Somos quilombolas e somos sujeitos de direitos” com a fala de nossa entrevistada, Fátima, que é uma quilombola da Ilha São Vicente, uma vez que esta afirma sua identidade quilombola e luta diariamente para ter os seus direitos assegurados em meio a uma sociedade que polariza as relações sociais e, acima de tudo, não valoriza a cultura e a história dos sujeitos quilombolas. É dentro dessa visão que seguiremos a fim de contribuirmos de forma efetiva com os nossos sujeitos de pesquisa e com a possibilidade de construção de uma sociedade em que todos possam ter direitos de forma plena.

O objetivo desta Seção é apresentar a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente tendo por referência o Laudo Antropológico (2014) da respectiva Comunidade. Visibilizar a Comunidade Quilombola em estudo é a nossa tarefa inicial a fim de que a mesma esteja presente no decorrer desta Dissertação e relacionada com os demais tópicos que estruturam este trabalho. Aqui, apresentam-se duas subseções que estão interligadas, a saber: Histórico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente; e, os Procedimentos Metodológicos, respectivamente.

Os quilombolas são sujeitos que possuem uma relação diferenciada com o território que utilizam e isso faz deles pessoas com um sentimento de pertencimento coletivo em relação ao espaço que ocupam. Nesta seção, poderemos observar como que se deu a identidade da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e como estes remanescentes de escravos chegaram até a cidade de Araguatins- TO, que é onde a respectiva Comunidade é localizada.

A primeira subseção dedica-se a apresentar a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e sobre a organização política e identitária desta. Os membros da Ilha São Vicente buscam a cada dia o respeito por sua identidade e a afirmação do direito de estar no território que ocupam a fim de manter viva a cultura do povo que aqui chegou.

A outra subseção, Procedimentos Metodológicos, trata da forma como os dados da pesquisa foram coletados, que foram duas: as análises documentais e as entrevistas. Nesta, caracterizamos a metodologia utilizada para a execução de nossa pesquisa que afirmamos enquanto qualitativa de forma a priorizar os conteúdos elencados no decorrer deste trabalho. Também, exemplificamos como outros autores estão direcionando seus estudos para a temática quilombola e a sua relação com o domínio da vida em sociedade e esta correlação atribui uma maior relevância ao nosso estudo.

Destacamos que a pesquisa se caracteriza como qualitativa, onde busca mais do que descrever objetos, mas também conhecer trajetórias de vida e experiências sociais dos sujeitos aqui partícipes. Neste sentido, a pesquisa qualitativa privilegia os instrumentos que objetivam

superar a análise documental e outras formas de coleta de dados na quais não existem o contato direto do pesquisador com o sujeitos. Por isso que

> na pesquisa qualitativa o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, devendo captar o universo das percepções, das emoções e das interpretações dos informantes no seu contexto. (MARTINELLI, 1999, p. 56).

Como percebido, a pesquisa qualitativa procura conhecer o modo de vida dos sujeitos e não reduzi-los a quantificações e a dados estatísticos. (MARTINELLI, 1999). A pesquisa qualitativa atem-se a desvendar uma realidade que não pode ser quantificada, levando em consideração as crenças, valores morais, relações e processos sociais que não podem ser reduzidos à quantificação numérica. Por fim, a pesquisa qualitativa aprofunda-se em questões objetivas e subjetivas da realidade dos sujeitos.

3.1 HISTÓRICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA ILHA SÃO VICENTE

A figura 1 abaixo faz referência ao espaço ocupado pela Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. O patriarca da Comunidade está ao centro da imagem, o Sr. Salvador, e é o morador mais antigo da mesma e é neto dos ex-escravos que chegaram nesta Ilha.

Figura 1: Patriarca da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente

Fonte: Laudo Antropológico da Comunidade Ilha São Vicente (LOPES, 2014, p. 01)

A partir de 1888, com a Lei Áurea, os antepassados do Sr. Salvador se instalaram nesta Ilha e de lá retiraram todas as formas de suas subsistências e procuraram afirmar os seus traços culturais e tornarem-se reconhecidos dentro do contexto regional. Conforme as visitas à Comunidade, o Sr. Salvador possui muito orgulho de expressar o histórico de sua Comunidade Quilombola e sempre reafirmava o desejo de dias melhores para o seu povo.

Conforme o Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente (2014), a referida Comunidade remete ao período após a abolição da Escravatura no Brasil. Nesta época, um Senhor chamado de Vicente Bernardino e sua família, foram os primeiros moradores desta cidade de Araguatins- TO que, à época do ano de 1868, se chamava de São Vicente.

Nesta respectiva localidade, a família de Vicente Bernardino se instalou às margens do Rio Araguaia e começou a explorar a região e se tornou um homem rico e de posses e começou a acolher trabalhadores vindos de diversas regiões e que passaram a fixar residência nesta cidade que hoje se chama de Araguatins- TO.

Em 1868, Vicente Bernardino, mandou um de seus trabalhadores ir até a cidade de Carolina- MA a fim de receber um pagamento de uma dívida que um fazendeiro da região de Carolina- MA tinha consigo. Ocorreu que, este fazendeiro não tinha o dinheiro e, em função disso, o fazendeiro ofereceu à Vicente Bernardino, oito escravos para a compensação da dívida.

Dessa forma, pelo pagamento de uma dívida, Vicente Bernardinho recebeu ao todo oito escravos provenientes do Município de Carolina- MA. Destes oito escravos, quatro eram adultos sendo destes dois casais e quatro crianças. Duarte (1970), problematiza sobre a origem da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, conforme o relato:

> Quando Vicente Bernardino deixou Carolina e se instalou na Colônia Militar de S. João do Araguaia, onde o sogro era comandante, deixara dívida a receber no interior do Município. Com sua transferência da Colônia Militar para esta localidade em 1868, Vicente Bernardino abriu uma estrada para o sertão, descobrindo, então, estradas que levavam à Boa Vista do Tocantins.
> No ano seguinte, Vicente resolveu mandar um positivo ao 2º Distrito de Carolina, aproveitando a estrada por ele aberta, para ir receber a importância de oitocentos mil réis (Cr$ 0,80) que lá ficara em mãos de um freguês.
> O positivo levou a carta de ordem para receber a dívida, a qual, sendo entregue ao devedor, este alegou que, naquele momento não dispunha de dinheiro, mas que, *tinha escravos com os quais poderia solver a conta*. O procurador não tinha ordem para fazer semelhante transação. *O devedor respondeu que, ou pagaria com os escravos ou marcariam outro prazo para o credor voltar*. Êste, que levara ordem expressa para receber a conta de qualquer forma, *resolveu liquidar com os escravos*. Precisavam acertar o preço 'per capita'. – Vou fazer um preço 'camarada' – disse. Fica a cem mil réis, alto e malo. Assim combinados, *foram chamados todos os escravos dos quais foram retirados dois casais, com os filhos, perfazendo oito pessoas em resgate da dívida, regressando no mesmo dia*. Ao chegar a S.Vicente, o portador deixou os escravos encostados à parede da casa, pelo lado de fora, e levou lá dentro, ao patrão, o resultado da empresa, dizendo: – Seu capitão, recebi a conta em escravos, porque o devedor não teve dinheiro e eu não queria voltar sem receber, conforme como perdida Onde estão os escravos? Estão lá fóra. – Mande-os entrar e os agazalhe.

> Entre os escravos, havia um menino de nome Henrique. Vicente Bernardino tinha um filho com o mesmo nome. Estabeleceu-se aí uma confusão interessante: Quando Vicente chamava o filho, o criadinho vinha atender; quando chamavam o escravo, ia correndo a se apresentar o filho de São Vicente. Assim, Vicente Bernardino, para evitar ambiguidade, estabeleceu o seguinte: – De hoje em diante, quando se chamar Henrique. É o meu filho; e quando se chamar Henrique Cacête, é o escravo. E assim cresceu o menino com o pitoresco apelido: CACÊTE.

A citação é o registro fidedigno de que a Comunidade Quilombola é descendente de escravos e, o conteúdo supracitado, é de grande importância para os quilombolas da Ilha São Vicente uma vez que o autor, Duarte (1970), conviveu com os escravos que chegaram nesta localidade e isso é uma fonte documental que favoreceu a afirmação da identidade dos remanescentes que hoje vivem na Ilha São Vicente.

Tendo por referência o Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente (2014), um dos casais de escravos que chegaram adultos foram- Julião Barros e Serafina Benedita Batista-, este casal já tinha um filho, ainda criança à época, Henrique Julião Barros- o Henrique Cacête, como tratado no excerto acima. (DUARTE, 1970, apud LOPES, 2014).

Henrique Julião Barros, já adulto, casou-se com a índia Inês e tiveram sete filhos e dentre estes sete filhos, iremos destacar somente o nome de um, a saber: José Henrique Barros. Justificamos aqui, citar somente um filho, o José Henrique Barros, nascido em 1899 e falecimento em 1964, porque este é o pai do Senhor Salvador Batista Barros, que é o morador mais antigo da Comunidade Quilombola e, atualmente, reside permanentemente na Ilha São Vicente. (LOPES, 2014).

A citação abaixo retrata e possibilita um maior entendimento acerca da chegada destes escravos na cidade de Araguatins- TO e sobre como estes se organizaram durante este período. O escravo José Henrique Barros é o pai do Sr. Salvador Batista Barros que, hoje, é o morador mais antigo da Ilha São Vicente. Lopes (2014, p. 34) descreve:

> A Família Barros descendeu de Julião Barros (escravo que chegou adulto) e Serafina Benedita Batista (escrava que chegou adulta), que quando vendidos ao Vicente Bernardino Gomes como escravos para pagamento de uma dívida, junto foi vendido também o filho que chegou criança, o Henrique Julião Barros (ex-escravo). Este quando adulto casou com Inês que era uma índia da etnia Arara, tiveram sete filhos, nascidos e criados na ilha e que ficaram conhecidos como os *Henriques*, segundo relatos dos seus descendentes e outros moradores da cidade. Os sete filhos são: José Henrique Barros, Pedro Henrique Barros, Serafim Henrique Barros, Virgílio Henrique Barros, Brasilina Batista Barros, Raimunda Batista Barros e Domingas Batista Barros. O primogênito José Henrique Barros é pai de Salvador Batista Barros.

Além desses, citados no excerto acima, há o outro casal de ex-escravos que foram morar na outra margem do Rio Araguaia, no Pará, e estes constituíram sua família por lá. No entanto, as duas famílias sempre estiveram juntas e estabeleceu-se uma rede de solidariedade e de

convivência entre estes a fim de suas necessidades pudessem ser administradas. (LOPES, 2014).

De acordo com o Laudo Antropológico (2014) retrata que reitera que a história oral, através da memória dos membros, em alguns momentos não coincide com documentos legais, como por exemplo, certidões de nascimento, de óbito, mas que neste período histórico muitas fontes oficiais não foram registradas como também puderam ser registradas de forma incorreta. Mas,

> durante as entrevistas feitas com os moradores da Comunidade sobre a sua história, eles fazem alusão tanto ao livro de Leônidas Gomes Duarte quanto às suas memórias, como diria Halbwachs (2006), memória individuais e coletivas. Assim, a história é escrita e nunca é completa, pois os grupos sociais fazem sua história dia após dia, e o que fica na memória de cada um e do grupo muitas vezes se coadunam, em outros pontos mostram divergências o que é comum visto que tratamos com pessoas. (LOPES, 2014, p. 36).

Como já expresso aqui, as famílias se auto-reconhecem como remanescentes de quilombos e são descendentes de Henrique Julião Barros e Inês, um ex-escravo e a outra índia, respectivamente. (LOPES, 2014). Em nossos contatos com os moradores da Ilha São Vicente, o valor desta história que apresentamos aqui é de suma importância para os atuais moradores da Ilha São Vicente, pois os mesmos sempre se remetem aos seus ancestrais a fim de valorizarem a sua cultura e a identidade destes sujeitos que os fazem hoje reconhecer-se como quilombolas. Preservar a memória e a identidade é uma busca constante dos quilombolas da Ilha São Vicente que lutam por defender os seus modos de vida e os registros de bens e de memória que possuem hoje.

A identidade, a memória e as lembranças que são acionadas e contadas pela comunidade quilombola e por aqueles que não são quilombolas demonstram uma história construída socialmente e localmente; ou seja, pode-se dizer que a identidade e o território são indissociáveis dos modos de produção e das estratégias de reprodução social no uso e usufruto dos recursos dentro do espaço em que ocupam. O processo de territorialização não trata da visão sobre um território fixo e alheio ao tempo e somado a isso os significados são simbólicos produzidos e inventados no curso da história dos mesmos. Neste sentido,

> considerar identidade, memória, etnicidade e territorialidade de uma comunidade quilombola fazem-se importante, pois se evidencia as características do grupo que luta pelo seu direito a terra, a ser quem são, isto é, pelo seu direito à vida, e que estão assegurados pela Constituição Federal. (LOPES, 2014, p. 17).

Ou seja, a luta pelo direito à terra, a dizer quem são e o que fazem é uma bandeira constante de luta para os quilombolas da Ilha São Vicente. A identidade, a memória e o sentido

atrelado ao espaço que ocupam são elementos indissociáveis de suas próprias vidas e que agregam trajetórias específicas.

As imagens abaixo possuem um valor simbólico e cultural para os moradores da Comunidade Quilombola na medida em que são objetos que remetem aos seus ancestrais que aqui chegaram e guardam estes objetos como fonte histórica e como um registro de memória. O pote e o baú referem-se a bens materiais que carregam consigo um significado histórico, afetivo e de pertencimento a um grupo.

Figura 2 e 3: Pote e Baú do Comunidade Quilombola Ilha São Vicente

Fonte: Laudo Antropológico da Comunidade Ilha São Vicente (LOPES, 2014, p. 41).

Conforme o Laudo Antropológico (2014), a Comunidade Quilombola possui bens materiais e imateriais. Os bens materiais referem-se aos utensílios domésticos que são utilizados em seu cotidiano, a saber: abano, côfo, esteira, balaio e etc. Também, há os objetos deixados pelos seus antepassados como o baú, a mala de madeira e o pote de barro, conforme a figura 2 e 3 acima.

Os bens imateriais referem-se aos saberes produzidos com o tempo e que se situam no plano das ideias e da memória. Saberes, celebrações, o manejo da fauna e da flora fazem parte do domínio imaterial de uma Comunidade e os membros usam a seu favor a fim de disporem de conhecimentos em suas interações cotidianas.

Conforme publicação da Certificação da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, no Diário Oficial da União, a Comunidade é composta de 48 famílias e a área delimitada é de 2.502,0437 hectares e um perímetro de 27.198,99 metros. (BRASIL, 2015). A Comunidade não

está isolada e não é alheia ao convívio com a sociedade na cidade. Aqui, há de se contextualizar sobre a falta de infraestrutura da Comunidade e a necessidade de contato com a cidade para a satisfação de suas necessidades. (LOPES, 2014).

> Diante destes elementos percebem-se as características de comunidade, a Família Barros, descendentes de Julião Henrique Barros, que teve sempre a ilha como referência, pois nasceram e viveram na ilha. Vale ressaltar que por terem a ilha como ponto de referência não significa que vivem somente na ilha o contato com o continente é constante, neste caso específico o contato é com o distrito de São Raimundo-Brejo Grande do Araguaia/Pará quanto com Araguatins/Tocantins. (LOPES, 2014, p. 42).

Como percebemos, a Comunidade, é uma referência para os quilombolas que ali partilham de vivências e de marcas culturais em comum. Ela, Comunidade Quilombola, é uma alicerce de força, esperança e de desejo de afirmação de uma identidade que se constitui em meio a um espaço de adversidade e contra um sistema que desumaniza as minorias sociais.

Outro fator que merece destaque em nossa contextualização sobre a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é que após 112 anos na Ilha, os moradores quilombolas foram alvo de um conflito decorrentes da questão agrária. Adotando o Laudo Antropológico da Comunidade (2014) como parâmetro oficial de historiografia, temos que por volta dos anos 2000, iniciou-se um conflito movido por parte do Senhor Edelves dos Passos de Carvalho Fernandes. O Sr. Edelves, a partir do período infrarrelacionado, vem direcionando ameaças às famílias da Comunidade Quilombola e dizendo ser dono das terras daquela área.

> A Comunidade está localizada na margem da Ilha São Vicente do lado direito do rio Araguaia. Seu Salvador e sua esposa Maria da Luz contou-nos que desde essa época vem sendo ameaçados por Edelves Fernandes, que se diz dono da área e que não podem plantar nada ou criar animais sem antes falar com ele já que ele se diz dono de tudo. O irmão de seu Salvador, o seu Pedro Sobrinho, relatou a mesma situação quando começou a plantar roça e foi advertido por Edelves de que só poderia começar a plantar se ele o autorizasse. (LOPES, 2014, p. 44).

O Senhor Edelves entra com uma ação de Reintegração de Posse contra o Senhor Salvador Batista Barros, atual morador mais antigo da Comunidade e neto do ex-escravo Julião Barros, e em março de 2002 há uma audiência para se tratar do assunto. Nesta, acordou-se que os moradores da Ilha São Vicente iriam se fixar em uma outra área da Ilha, mas estes resistiram e não saíram de suas casas. A área do conflito é justamente na propriedade onde reside a família do Senhor Salvador.

> Esse termo de conciliação foi assinado em 2002, mas não foi posto em prática, o seu Salvador e família continuaram no mesmo local, não saíram. Depois houve uma conversa entre as partes e decidiram que permaneceriam no local, mas segundo seu Salvador teria que saber que a terra pertence a eles [a Família Fernandes], e não aos quilombolas. Depois desse tempo houve uma "calmaria", mas enquanto, continuavam morando neste pedaço da ilha, produziam para a subsistência e o tempo todo com medo das ameaças sofridas. (LOPES, 2014, p. 47).

O estopim do conflito envolvendo a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente foi o despejo da família do Senhor Salvador determinado pela justiça de Araguatins- TO. O despejo ocorreu de forma cruel e traumática à identidade dos moradores da referida localidade. Casas foram queimadas, plantações destruídas e a violência simbólica atrelada a esta Ação de Despejo marcaram a vida destes quilombolas.

> Em 26 de outubro de 2010, com um mandado de remoção (documento 4, nas suas quatro páginas, isto é, na íntegra) contra as famílias quilombolas que moram na ilha, estas foram despejadas, expulsas de suas terras por força de uma liminar emitida pelo juiz substituto da Comarca de Araguatins, datada de 30 de agosto de 2010, que atendeu a uma demanda judicial de uma reivindicação de titularidade da terra, por parte de Edelves dos Passos de Carvalho Fernandes. No mandado de remoção o juiz escreveu: "... que seja procedida a remoção do requerido do imóvel descrito no exordial de cumprimento de sentença... caso necessário, utilizar-se de efetivo policial". (LOPES, 2014, p. 47).

A figura 4 e 5 abaixo é o triste retrato da ação de despejo a que a família do patriarca da Comunidade sofreu tendo muito de seus objetos perdidos e até hoje carregam consigo marcas dessa crueldade que sofreram no território que ocupavam desde 1865.

Figura 4 e 5: Casas da Comunidade Quilombola Ilha São Quilombola

Fonte: Laudo Antropológico da Comunidade Ilha São Vicente (LOPES, 2014, p. 51).

Como expresso, as figuras acima são marcas de como ficou a casa do Sr. Salvador com a ação de despejo. A partir deste fato, a família Senhor Salvador, registrou boletim de ocorrência sobre a violência a que tinham sofrido e começaram a se mobilizar politicamente em prol do reconhecimento legal de seu território quilombola. Mediante, as nossas visita *in loco*, a dor e o sofrimento deste momento é uma carga negativa que eles sempre vão carregar consigo, mas é na adversidade que buscam afirmar a sua identidade e permanecer neste território que foi ocupado pelos escravos que aqui chegaram.

> As famílias despejadas como a de seu Salvador Batista Barros, considerado o patriarca da comunidade, de seu filho Reginaldo e sua sogra Josefa foram levadas para a casa de Pedro Barros (irmão de Salvador) localizada na mesma ilha, onde passaram aproximadamente 30 dias, lutando e aguardando o retorno às suas terras. Um dia após o despejo as casas foram queimadas, a outra teve as paredes destruídas e a plantação

> também, fato que abalou toda a Comunidade. Em 28 de outubro de 2010 seu Salvador fez um boletim de ocorrência narrando o despejo feito no dia 26.10.2010. (LOPES, 2014, p. 50).

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombolas da Ilha São Vicente foi constituída em 19 de dezembro de 2010. Durante o período em que ficaram desalojados de suas terras, a família do Senhor Salvador foi atrás de relatos e de memórias dos moradores mais antigos de Araguatins- TO a fim de dar respaldo e legitimidade ao título de quilombolas da Ilha São Vicente.

> Pedro Martins Duarte preocupado com a situação em que seu Salvador se encontrava, chamou um de seus filhos, Francisco de Assis Santana Duarte que é advogado e conhece também a história da Família Barros para ajudar na causa. Logo após o despejo ele entrou com uma ação na Comarca de Araguatins, por onde o processo está tramitando, para que seu Salvador e as famílias voltassem às suas casas. Depois de 30 dias eles conseguiram uma liminar que autorizou o retorno à sua terra. E quando voltaram tiveram que reconstruir as casas que tinham sido destruídas. (LOPES, 2014, p. 52).

Após trinta dias de desalojados de suas terras, os quilombolas consiguam uma liminar que autorizou o retorno dos mesmos, entretanto, tal retorno não significou paz e tranquilidade aos moradores da Comunidade, pois até hoje estes recebem ameaças constantes. No dia 27 de dezembro de 2010, a Fundação Palmares emitiu a Certidão de Autodefinição da Comunidade e o Senhor Salvador foi à Capital Palmas buscar o referido documento. Como já dito no início desta seção, O Livro de Leônidas Duarte é uma referência historiográfica para a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, pois este vem ao encontro da história oral e das memórias dos mais antigos. (LOPES, 2014).

> Assim, mesmo após o despejo da família de seu Salvador da Ilha, a mesma se uniu e reuniu forças também dos vizinhos e amigos, que procuraram informações para contarem sua história. Os documentos utilizados pela comunidade como provas para dizer que são descendentes de escravos além da memória sendo reativada a cada momento em que a história é contada, somou-se a "comprovação" do livro, que para os moradores da comunidade é de extrema importância para o processo da afirmação de sua identidade. (LOPES, 2014, p. 54).

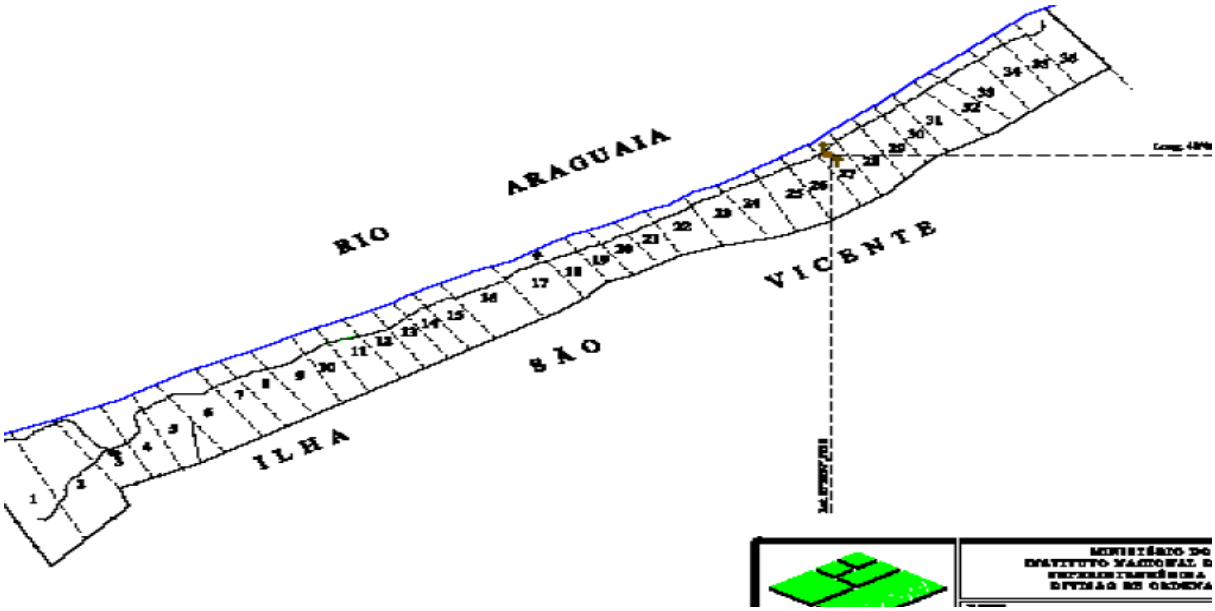
Os membros da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente reconhecem esta história de profundo sofrimento de seus ancestrais e ser quilombola para estes quilombolas é entender a forma como os seus ancestrais viveram e se constituíram. É nítido o envolvimento e o sentimento de dor e de sofrimento dos membros desta respectiva Comunidade Quilombola quanto à disputa judicial em torno de seu espaço territorial, pois as forças contrárias a eles tentam apagar toda a sua história, abominar a sua cultura e, por conseguinte, que esta história não seja reconhecida e conhecida pelas próximas gerações.

Atualmente, os quilombolas da Ilha São Vicente estão em uma área que está dividida em 36 lotes a fim de ocuparem o espaço que restou aos mesmos de forma mais efetiva e a fim de que problemas como invasões possam ser minimizados.

> A área da Comunidade foi dividida em 36 lotes no intuito de ocupar todo o território (ver mapa 2 que foi referido na página 22), mobilizando assim, a família inteira. O seu Salvador e família continuaram na área em que já estavam e o seu Pedro (irmão de Salvador) também continuou onde estava, isto é, na mesma área das antigas casas, próximo ao pé de caju plantado por seu pai José Henrique Barros há 80 anos, a distância entre estas casas é de aproximadamente de 1.500 metros. As casas são construídas na beira do rio Araguaia. (LOPES, 2014, p. 56).

A figura 6 é o desenho de como estes sujeitos quilombolas estão fazendo uso da Ilha tendo-se em vista a permanência na mesma e a garantia de gerações futuras.

Figura 6: Mapa do atual espaço ocupado pelos quilombolas

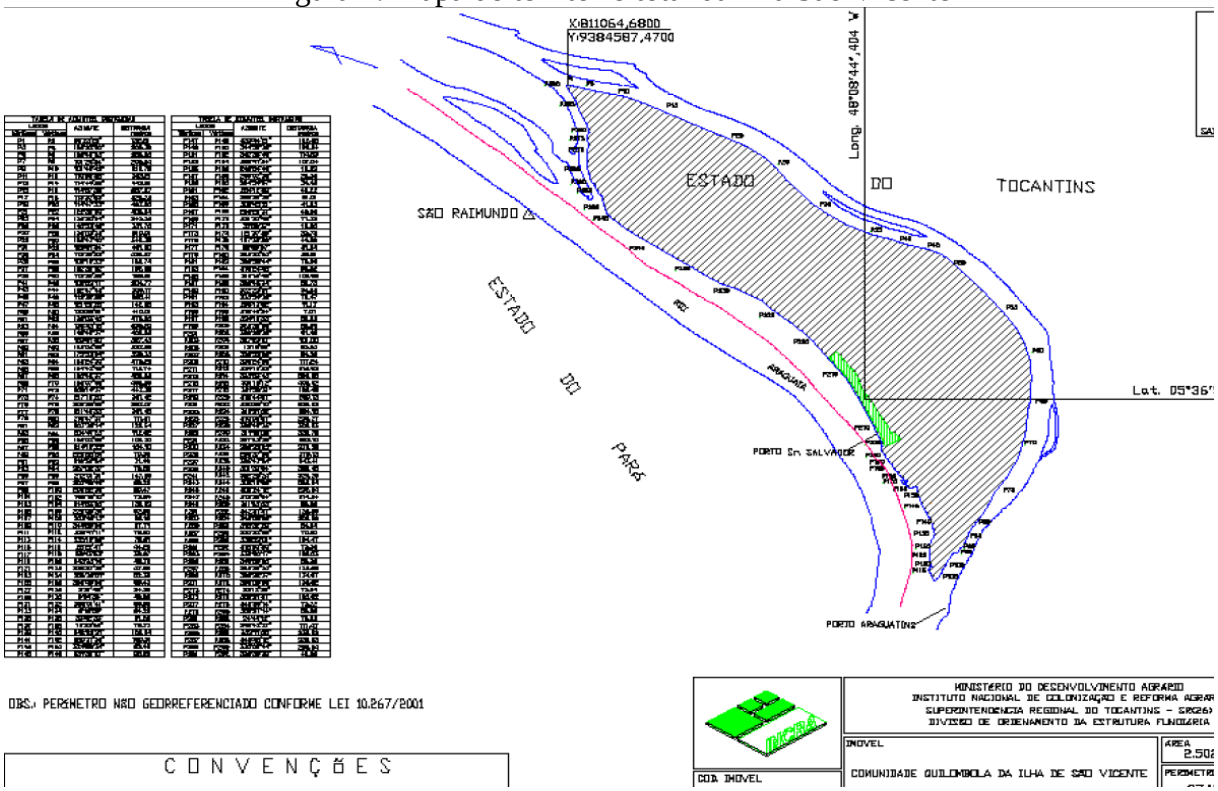


Fonte: Laudo Antropológico da Comunidade Ilha São Vicente (LOPES, 2014, p. 51).

Então, o histórico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é marcado por um conflito em torno do território em que ocupam mas que este significou a afirmação da identidade e de uma mobilização coletiva em prol da defesa dos direitos e dos interesses destes moradores que se reconhecem com remanescentes de quilombolas. A Comunidade, conforme as nossas observações *in loco*, mobiliza-se continuamente contra todas as ameaças que os cercam e procuram não se omitir mediante às adversidades da vida.

A figura 7 refere-se ao espaço total da Ilha São Vicente e este território está em processo na justiça a fim de reocupação total e a esperança de que irão conquistar o domínio desta Ilha é o sonho que impulsiona estes sujeitos para a luta e para a manutenção da cultura e da história deste povo que muito contribui com a geração de riquezas neste Município de Araguatins- TO.

Figura 7: Mapa do território total da Ilha São Vicente



Fonte: Laudo Antropológico da Comunidade Ilha São Vicente (LOPES, 2014, p. 114).

Como perceptível o território faz parte do modo de vida destes sujeitos e os mesmos sentem-se incompletos em suas formas de subjetividade por não estarem distribuídos de forma integral no espaço da Ilha São Vicente. Não se trata de uma conquista e de uma luta sem significado e sim de uma herança histórica, cultural e simbólica que marca a vida destes sujeitos que almejam a sua visibilidade política e social cotidianamente.

> A área identificada e reivindicada pela Comunidade demonstra que sua identidade está ligada àquele espaço, isto é, a Ilha São Vicente como um todo, pois as paisagens apresentadas neste trabalho, assim como seus usos ao longo do tempo e a constituição da Comunidade reforça a necessidade de voltar ao território inicial, pois a família originária cresceu e as gerações posteriores aos primeiros moradores aumentaram de número, registrando durante a pesquisa 48 famílias descendentes da família originária, e da forma como estão hoje, a área é considerada diminuta. (LOPES, 2014, p. 115).

A luta será contínua, pois estes tem força, fé, garra e o impulso que os movem é de dias melhores e de uma qualidade de vida que possibilite subsistência dos mesmos nesta Ilha. Para estes quilombolas da Ilha São Vicente, seus direitos devem ser circunscritos na órbita de suas relações sociais e não somente de forma legal. A ancestralidade, ou seja, o passado dos mesmos é a fonte de coragem e de resistência.

> As comunidades negras rurais e/ou urbana habitadas por descendentes de escravos, mantêm laços de parentesco ou não e em sua maioria vivem de culturas de subsistência, agricultura familiar, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. De acordo com esta pesquisa a Comunidade Remanescente de Quilombo

> Ilha São Vicente pelo histórico e trajetória da comunidade as terras foram doadas aos ex-escravos que ocuparam a ilha toda, isso há 126 anos. Assim, os elementos identitários do grupo são: o pertencimento a um território, isto é, a ilha São Vicente e a descendência da família que foi trazida como escrava para Araguatins em 1869. Como demonstra tais características essa Comunidade não se diferencia de outras comunidades negras rurais espalhadas pelo Brasil. (LOPES, 2014, p. 73).

Conforme Lopes (2014), a pesquisa antropológica realizada representa e afirma que a história da família Barros está diretamente ligada com a vivência destes há mais de um século na Ilha São Vicente. Dessa forma vemos que a identidade e o território adquirem um significado máximo para a vida destes sujeitos que buscam a cada dia a sua liberdade política e civil.

Na seção seguinte, iremos tratar dos procedimentos metodológicos a fim de situar o nosso objeto de estudo no contexto geral desta Dissertação.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem como tema a Cultura Quilombola mediada pela política pública de Assistência Social e busca compreender a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente a partir da seguinte formulação: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola.

Para tanto, tem-se como objetivo compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o atendimento das Comunidades Quilombolas considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

Dentre os objetivos específicos, temos três: conhecer os documentos legais da Política de Assistência Social que subjazem ao atendimento das Comunidades Quilombolas; identificar aspectos em que a Política Pública de Assistência Social vem ao encontro da dimensão cultural das Comunidades Quilombolas; e, registrar os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

À luz da análise documental, levantamos para a nossa análise três documentos: *Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social*- Documento elaborado por um grupo de trabalho da Universidade Federal Fluminense e que contou com a coordenação geral de Pereira (2009)*; o Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*- Documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social em

2009*; e, o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026)* de responsabilidade do Conselho Nacional de Assistência Social.

Estes são os três documentos elencados em nossa pesquisa para a análise documental e a seção IV trata desta análise em específico. Nosso objetivo com a análise documental é perceber como tais documentos tratam da temática quilombola e como estes direcionam atendimento às comunidades quilombolas.

A opção pela análise documental deu-se na compreensão de que esta representa uma forma que pode trazer contribuições importantes, e às vezes, inéditas, na condução de determinadas pesquisas. "Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial" (GODOY, 1995, p. 21).

Utilizamos também a observação participante pelo fato da mesma permitir uma maior aproximação do cotidiano junto à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. A observação dos aspectos referentes ao cotidiano da Comunidade permitiu a este pesquisador o entendimento sobre a gestão de suas vidas e a relação dos pesquisados com o território que utilizam. Desse modo,

> a observação participante favorece ao pesquisador apreender a multiplicidade de situações e fenômenos que não podem ser captados durante a comunicação estabelecida entre entrevistador e entrevistado. A observação direta da realidade social se apropria do que há de mais oculto e invisível nas relações da vida real. Este instrumento metodológico permite registrar o comportamento e o modo como se configuram as relações sociais existentes, tal como ocorrem. (ANUNCIAÇÃO, 2008, p. 23).

Neste sentido, a observação permite a abstração de nossas impressões pessoais a fim de que possamos realizar de forma mais efetiva uma aproximação com o objeto pesquisado. Sabe-se que a realidade social é bastante ampla e que lançar mão desta técnica de pesquisa propicia uma maior qualidade dos dados a serem apresentados.

Nossas entrevistas tiveram por objetivo evidenciar o modo da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente se organizar em seu estilo de vida e apreender um pouco do cotidiano e das relações sociais tecidas na Comunidade. Somado a isso, as entrevistas propiciaram contextualizar as falas dos sujeitos pesquisados e enriquecer os dados aqui coletados a partir da vivência do trabalho de campo. Optou-se pela entrevista semi-estruturada a fim de realizar uma aproximação mais efetiva do fenômeno. As entrevistas foram conduzidas a partir de um roteiro prévio e que buscará contemplar os aspectos culturais, sociais e cotidianos dos moradores da Comunidade.

Neste contexto, as entrevistas foram realizadas com lideranças da respectiva Comunidade, são eles: o Sr. Salvador e Fátima. Quanto ao nosso entrevistado Sr. Salvador, utilizamos a expressão de *patriarca da Comunidade* para expressar e o visibilizá-lo nesta pesquisa, pois o mesmo é o morador mais antigo da Comunidade e o ancestral e neto dos escravos que chegaram no Município de Araguatins- TO.

Conforme Marconi e Lakatos (1996) a entrevista semi-estruturada é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de um problema, mediante uma conversação de natureza profissional. "É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social". (MARCONI e LAKATOS, 1996, p. 84).

Desta forma temos que a entrevista permite explorar assuntos que muito contribuem para o rumo de uma pesquisa, ou seja, a partir de um roteiro prévio o pesquisado é participante ativo da pesquisa e contribui de forma efetiva com o segmento de realidade a que se deseja conhecer. (MARCONI e LAKATOS, 1996).

Os dados colhidos, através das entrevistas, foram muito valiosos pela fluidez e pela aproximação com os sujeitos pesquisados que ocorreu de forma bastante dinâmica. A liberdade nas falas e as colocações utilizadas por este pesquisador favoreceram o debate e a articulação das falas dos sujeitos entrevistados com as literaturas que versam sobre as temáticas quilombolas.

Com Alberti (2004) temos que a escolha dos entrevistados deve se ater à aspectos qualitativos e não quantitativos. Ou seja, a experiência e a bagagem cultural dos escolhidos para uma entrevista deve ser levada em consideração a fim de que os objetivos previamente elencados sejam atingidos.

> Escolher essas "unidades qualitativas" entre os integrantes de uma determinada categoria de pessoas requer um conhecimento prévio do objeto de estudo. É preciso conhecer o tema, o papel dos grupos que dele participaram ou o que testemunharam e as pessoas que, nesses grupos, se destacaram, para identificar aqueles que, em princípio seriam mais representativos em função da questão que se pretende investigar- os atores e/ou testemunhas que, por sua biografia e por sua participação no tema estudado, justifiquem o investimento que os transformará em entrevistados no decorrer da pesquisa. (ALBERTI, 2004, p. 32).

Com Fátima, foram realizadas duas entrevistas, a partir de um roteiro prévio e conduzida de forma a explorar os mais diversos temas que estão presentes no cotidiano de uma Comunidade Quilombola, como por exemplo: identidade, cultura, sentido do território, aspectos da vida cotidiana. Com o Sr. Salvador, também, forma realizadas duas entrevistas que tiveram mais por foco o resgate de memórias e de lembranças de seus antepassados.

Foi com base nesses pressupostos que apresentamos os nossos entrevistados e a metodologia. A aproximação com os sujeitos entrevistados, Fátima e o Sr. Salvador, ocorreu de forma espontânea pelo fato dos mesmos serem pessoas muito solícitas e preocupadas em garantir visibilidade à respectiva Comunidade Quilombola. Fátima é uma militante política em defesa da causa quilombola, é formada em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás e atualmente está iniciando o curso de Engenharia Florestal pela Universidade Federal do Tocantins- Campus de Gurupi.

O Sr. Salvador é o morador mais antigo da Ilha São Vicente é o neto dos ex-escravos que chegaram nesta cidade de Araguatins- TO à época se chamava de São Vicente. Em suma, o Sr. Salvador muito aberto ao diálogo, gosta de receber as pessoas em sua casa e conta com muito orgulho a história de sua família. Cabe mencionar que no decorrer desta pesquisa o Sr. Salvador veio a óbito em 20 de outubro de 2017.

Os dois entrevistados supriram a necessidade desta pesquisa, pois além de seus relatos carregados de história, de cultura e de demais fatores que afirmam as suas respectivas identidades, tivemos como fonte de pesquisa o Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, elaborado por Lopes (2014) que é o principal documento que diz que estamos tratando realmente de uma comunidade quilombola.

Foram realizadas dez visitas *in loco* à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e a aproximação com os sujeitos pesquisados foi enriquecedora e bastante dinâmica. Há de se ressaltar sobre a receptividade dos quilombolas desta pesquisa e o emprenho destes em contribuir com a coleta de informações.

Nossa pesquisa se pauta a partir de uma abordagem interdisciplinar na medida em que a temática de estudo pode se apresentar sob diversos ângulos de análise. Como expresso na Introdução, a área de formação deste pesquisador é em Serviço Social e este trabalha mediante as expressões da questão social. Questão social advinda de uma relação conflituosa entre capital e trabalho onde uns detém os meios de produção e outros somente a sua força de trabalho.

Dentro desse contexto destacamos que a interdisciplinaridade pode ajudar na compreensão de nosso objeto de estudo de maneiras diferentes, pois analisamos como uma política pública vem direcionando atendimento às comunidades quilombolas e partir de nossa observação empírica citamos e contextualizamos a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Entendemos ser a interdisciplinaridade como um desafio na medida que permite um amplo leque de análises, mas também procuramos nos pautar em uma perspectiva crítica e dinâmica das relações sociais.

Frigotto (2008) reitera que a interdisciplinaridade se situa no plano histórico-cultural e epistemológico e a mesma se assenta sob dois viesses, ou seja, como uma necessidade e como um problema para as ciências sociais. Enquanto necessidade, a interdisciplinaridade, vem se impondo historicamente a fim de procurar decifrar as múltiplas causas e razões de um objeto de estudo. Como um problema, a interdisciplinaridade, se impõe como um desafio que está em construção e que está na pauta de discussões nas mais diversas ciências. Ou seja, a interdisciplinaridade, nestes termos, não é uma técnica específica de análise de dados e nem de coleta de informações.

De forma prática, temos que em Frigotto (2008), um campo de pesquisa e um objeto deve se afastar de uma análise fenomênica e procurar se ater os aspectos de realidade que estão envolvidos em determinado campo de pesquisa. Dessa forma, Frigotto (2008, p. 16), aponta duas propostas: Inventário crítico da matriz cultural e intelectual dominante em nossa sociedade; e, os desafios na prática da pesquisa e na ação pedagógica. Estes dois elementos permitem uma análise crítica e no plano concreto das relações sociais onde os sujeitos tecem os seus espaços de vivência cotidiana. A recusa ao conformismo e a uma postura eclética exige um posicionamento crítico acerca da realidade social e isto não limita um objeto de pesquisa ao plano do aparente e do imediato.

Tendo por referência essa perspectiva interdisciplinar que procuramos situar nosso objeto de estudo frente à realidade social e procuramos de forma crítica apreendê-lo com todas as mediações que o cercam de forma a não cairmos em aspectos reducionistas que limitam a análise e que não contribuam para o empoderamento dos sujeitos envolvidos no que aqui se apresenta.

Para análise dos dados contaremos com a metodologia qualitativa, método capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas. (MINAYO, 1996). Compreendemos que este método facilitará a pesquisa, no sentido de compreender os fenômenos de uma forma ampla nos seus aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos. Também, usaremos a pesquisa bibliográfica, que conforme Severino (2007, p. 125) "é aquela que se desenvolve tentando explicar o problema, utilizando o conhecimento disponível, a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres".

Então, uma pesquisa qualitativa permite a utilização de recursos que favorecem a exposição de traços de vida dos sujeitos pesquisados, seja através de sua cultura, de suas interações cotidianas e da relação com a sociedade em geral. Uma comunidade quilombola

apresenta traços descritivos ímpares de forma que é somente através de dados qualitativos que podemos expressar a sua importância histórica e política.

No tocante a outras produções científicas, temos que a temática de estudo vem sendo contemplada nas mais diversas áreas de estudo. Nos estudos de Fraga (2015), na dissertação *Resistência e Invisibilidade: Um Estudo sobre Comunidades Quilombolas e Políticas Públicas* enfatiza-se uma análise das políticas públicas com primazia na política de educação e na política de efetivação dos direitos territoriais por via da titulação a partir da implantação do Programa Brasil Quilombola. Para isso, a respectiva autora utiliza-se da pesquisa bibliográfica e da análise documental para avaliar o processo de inserção das comunidades quilombolas nas políticas públicas do Estado brasileiro tendo por referência os Planos Plurianuais 2004-2007 e 2008-2011 do Governo Federal.

Santos (2012), na tese de doutorado intitulada de *Comunidades Quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira* busca desvelar a dialética dos discursos sobre igualdade e diferença, presentes na esfera pública brasileira, no contexto das lutas por reconhecimento de direitos étnicos e seu estudo remete-se à população quilombola no Brasil de modo a identificar os interesses e projetos políticos em disputa no contexto dos direitos destas populações.

Como acima perceptível, a temática quilombola, está sendo alvo de pesquisas e de debate na academia e o impacto destes estudos é significativo na medida em que os quilombolas são sujeitos que possuem uma relação diferenciada com o território que ocupam e com o domínio da vida social em geral. Os estudos avançam principalmente a partir da Constituição Federal de 1988 onde cabe ao Estado a concessão dos títulos definitivos das terras ocupadas pelos quilombolas. Os desafios desta efetivação são muitos, desde conflitos de terra até a morosidade do próprio Estado em direcionar a devida atenção a que este público necessita em suas interações cotidianas.

Colares (2010), na dissertação *Comunidades Remanescentes de Quilombos em Macapá: Mapeamento dos resultados da política de assistência social* esboça seu estudo tendo por diretriz o mapeamento dos resultados da política de assistência social junto ao segmento quilombola uma vez que estes e caracterizam como grupos vulneráveis socialmente. Parte de uma perspectiva que os quilombolas merecem destaque junto à política de assistência social e que os mesmos possam ter uma qualidade de vida melhor e seus direitos garantidos pela vida da ação do Estado.

Entendemos que nosso estudo aqui caracterizado, se relaciona diretamente com as dinâmicas territoriais em uma Comunidade Quilombola localizada na Amazônia Brasileira e

que necessita ser alvo de estudos e pesquisas a fim de sejam reconhecidos regional e nacionalmente.

Desta forma, a pesquisa que aqui se apresenta nesta Dissertação vai de encontro com outros estudos já produzidos e que isso permite atribuir visibilidade a estes sujeitos quilombolas. Discutir como uma política pública está direcionando atendimento aos quilombolas é um requisito para se analisar se tal política reafirma a identidade destes sujeitos, se esta política parte de uma perspectiva cultural e se ela visa realmente atendê-los de forma efetiva. E, é, dentro desse contexto que a nossa proposta é direcionada a fim de que as particularidade desses sujeitos quilombolas sejam respeitadas e asseguradas. Os capítulos subsequentes irão tratar do contexto da pesquisa e de seus desdobramentos através das técnicas da análise documental e das entrevistas.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

O nosso objetivo com esta Seção é compreender, através dos documentos elencados, de que forma a cultura e as particularidades dos quilombolas estão sendo ou não levados em consideração junto à Política de Assistência Social. Parte-se da seguinte premissa: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola.

Frente isso, são três documentos da Política de Assistência Social: II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026); Guia de Políticas Sociais Quilombolas- Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social Combate à Fome; e, Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social. São os documentos que compõem as três subseções seguintes.

Para tanto, procuramos apreender de forma crítica a forma como estes documentos vem direcionando atendimento às comunidades quilombolas, e a partir de nossa vivência com a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente citamos alguns aspectos de realidade dessa comunidade mediante os dados constantes nestes documentos.

4.1 II PLANO DECENAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2016-2026)

O II Plano Decenal de Assistência Social compreende o período de 2016 a 2026. O título do respectivo Plano é: Assistência Social- Acessível a Todos. Consolidar a proteção social brasileira é o aspecto central e estruturante deste II Plano Nacional de Assistência Social. Tal plano justifica-se por ser proposto um horizonte para os próximos dez anos, sendo este um sistema de proteção social que reconheça a diversidade do público atendido pela política de assistência social, acessível a todos os brasileiros.

A assistência social é uma política pública de caráter não contributivo que prevê atender às mazelas sociais junto aos mais diversos segmentos societários. Respeitar as particularidades dos mais variados perfis populacionais existentes em nosso País é uma premissa adotada pela política de Assistência Social a fim de que os direitos sociais sejam realmente materializados no cotidiano de sujeitos que necessitam de amparo e proteção por parte do Estado brasileiro. O atual Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) almeja aprimorar cada vez mais a política de Assistência Social e consolidar o aprimoramento da gestão participativa e as instâncias de pactuação e deliberação do Sistema Único de Assistência Social.

Tornar acessível a política de Assistência Social é o objetivo central deste II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) a fim de que os direitos sociais sejam acessíveis a todos os brasileiros e, também, que as suas particularidades sejam respeitadas. A heterogeneidade do público da Assistência Social é amplo e o reconhecimento da diversidade é um princípio que está sendo adotado pela Política a fim de que os cidadãos sejam visibilizados e amparados em suas necessidades mediatas e imediatas.

Ao longo deste II Plano Decenal de Assistência Social temos que a diversidade cultural, étnica, racial, socioeconômica são fatores que podem marcar situações de vulnerabilidade social e afetar condições de vida de sujeitos onde estes podem ter os seus direitos negados e, por conseguinte, os seus anseios não podem ser atendidos por diversos fatores, sejam eles de cunho mais objetivo e/ou subjetivo, como por exemplo, a classe social e a sua identidade enquanto um sujeito que faz parte de um grupo minitário.

Os quilombolas e os povos tradicionais são considerados um público que carrega consigo diversidades e especificidades próprias que a política de Assistência Social vem buscando contemplar. A ampliação da cobertura de atendimento a este público é um item constante ao longo do II Plano Decenal de Assistência Social, que prevê a plena universalização do Sistema Único de Assistência Social, tornando-o completamente acessível, com respeito à diversidade e à heterogeneidade dos indivíduos, famílias e territórios.

> Ampliar, fomentar e qualificar as equipes volantes, básicas e especializadas, e a infraestrutura necessária para o atendimento a povos e comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, ribeirinhas, comunidades de religião de matriz africana e de terreiro, marisqueiros, pescadores, população do semiárido, oriundas de acampamentos ciganos, acampamentos de reforma agrária e assentamentos, territórios rurais, áreas de fronteiras e novos aglomerados habitacionais. (BRASIL, 2016, p. 28).

Os quilombolas são um público que ganham destaque nesse II Plano Decenal na medida em que as suas particularidades devem ser respeitadas a fim de que os mesmos tenham os seus direitos sociais assegurados. A cultura quilombola, como percebemos ao longo deste Plano, vem sendo levada em consideração na medida em que esta Política de Assistência Social contempla que estes povos possuem uma relação diferenciada com o território em que ocupam.

A plena integralidade da proteção socioassistencial, também vem ao encontro da heterogeneidade do público atendido pela Política de Assistência Social. Nesta, a concepção de intersetorialidade visa reforço tendo-se em vista um somatório de esforços por parte dos poderes públicos a fim de se minimizar as mazelas sociais e, por conseguinte, procurar a abarcar as mais diversas situações sociais. A respeito disso temos que

> a intersetorialidade é a articulação entre as políticas públicas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas à Proteção Social, à inclusão e ao enfrentamento das desigualdades sociais identificadas. Supõe a implementação de

> ações integradas e a superação da fragmentação na atenção às necessidades sociais da população. Envolve a agregação de diferentes setores sociais em torno de objetivos comuns e deve ser princípio orientador da construção das redes municipais, regionais, estaduais e do Distrito Federal. (BRASIL, 2016, p. 31).

Sendo assim, a intersetorialidade com outras políticas públicas visa a potencializar os sujeitos e a procurar atendê-los de forma mais efetiva a fim de que a cidadania seja uma realização plena junto ao cotidiano dos mais diversos grupos sociais que vem a compor a nossa sociedade. Os direitos humanos aliam-se ao debate das políticas intersetoriais quando entram em cena no tocante à defesa das particularidades de grupos sociais específicos e a questão quilombola e os povos e comunidades tradicionais ganham destaque dentro desse contexto.

O II Plano Decenal de Assistência Social se configura como um pilar de sustentação do Sistema de Assistência Social tendo por perspectiva a ampliação da política de Assistência Social e o enfrentamento das mazelas sociais junto aos mais variados perfis populacionais de nosso País. Neste meio, a cultura quilombola é levada em consideração na medida em que se reconhece os quilombolas como um grupo social que pode sofrer diretamente com as ingerências do Estado e da sociedade como um todo.

A universalização dos serviços e as unidades de proteção social básica do Sistema Único de Assistência Social no atendimento aos quilombolas reconhece que a sociedade brasileira foi marcada pela escravidão e por um sistema patriarcal que não reconheciam todas as pessoas enquanto cidadãos de direitos e nem detentores do próprio exercício de sua cidadania. É dentro deste contexto que se busca a universalização da proteção social a fim de sanar os déficits com alguns setores da sociedade. Ainda, o atendimento vem ao encontro das especificidades territoriais onde os sujeitos estabelecem as suas relações sociais.

> A proteção social no Brasil foi historicamente marcada pela fragmentação de suas respostas aos brasileiros por diferentes critérios quando não por sua simples exclusão. Visando dar continuidade ao nosso compromisso de expansão e consolidação do sistema brasileiro de proteção social, assim como de restituir dignidade a brasileiros/as marcados/as por déficits em sua inclusão social, reafirmamos a necessidade de avançar na garantia de cuidados e de atenções no âmbito da Assistência Social. Tendo presente que nossa sociedade ainda não superou marcas históricas e culturais da escravidão, do patriarcalismo e da subordinação que precisam ser superadas no interior de uma grande nação civilizada e democrática, prosseguiremos o processo de enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, fortalecendo as ações de proteção e de prevenção, de forma proativa, assim como o planejamento, a continuidade, a qualidade das ofertas e a certeza das atenções aos usuários desta política. (BRASIL, 2016, p, 32).

Aqui temos o reconhecimento das marcas da escravidão em nosso País para com os escravos e seus remanescentes e isto vem sendo pauta de compromisso ao longo deste II Plano Decenal de Assistência Social. As violações de direitos segregaram muitos grupos sociais em

nosso País e este fator somado a má distribuição de renda e no acesso a bens e serviços muitos grupos sociais ficam passíveis de serem excluídos do domínio da vida social.

A ampliação das equipes volantes e de abordagem social, básicas e especializadas, nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social, incluindo áreas rurais, regiões metropolitanas, grandes centros, áreas de fronteira e territórios de povos e comunidades tradicionais também é um dado constante no respectivo Plano ao passo que o mesmo aponta para a necessidade de se priorizar atendimento a alguns públicos e territórios em situação de maior vulnerabilidade social, dentre deste contexto, os povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas ganham respaldo e visibilidade junto ao II Plano Decenal de Assistência Social. A respeito isso, constata-se que

> estas populações podem demandar estratégias diferenciadas de Busca Ativa, assim como equipamentos e equipes especializadas preparadas para atendê-las, como no caso dos CRAS quilombolas, indígenas e rural. Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. No Brasil, 1.639 municípios (30 % do total) apresentam algum ou mais de um segmento de comunidades tradicionais vivendo em seus territórios; e, 1.619 municípios (29% do total) com maior incidência de população rural. (BRASIL, 2016, p. 33).

Ou seja, ampliar o número de profissionais para direcionar atendimento às comunidades quilombolas está sendo uma premissa adotada pela Política de Assistência Social como podemos verificar nos dados acima descritos. A necessidade de se implantar o CRAS quilombola é uma realidade a se materializada a fim de que situações de violações de direitos e de incontingências sociais possam ser reduzidas e eliminadas.

Importante mencionar que o II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) concebe que os povos e as comunidades tradicionais possuem formas próprias de organização social e que o uso dos recursos naturais visam a atender às suas sobrevivências e que a reprodução cultural é transmitida de geração para geração. Os diversos espaços territoriais e a diversidade sociocultural que está presente no cotidiano dos mais diversos segmentos societários é uma necessidade e uma realidade a que a política de Assistência Social vem buscando atender.

> Este compromisso para o próximo decênio da assistência social revela o estágio do SUAS, que teve alcance expressivo na primeira década de sua implantação. Compreender e identificar a complexa e continental formação geográfica em que se assentam as cidades brasileiras e a concentração x dispersão das populações nesses assentamentos humanos e as dinâmicas dos territórios exigirá dos gestores e instâncias do SUAS expertises para a universalização do direito socioassistencial. São regiões e territórios que expressam a diversidade sociocultural e a biodiversidade que envolve o cotidiano de vivências da população brasileira e decorrem de diferentes

> condicionantes físico-ambientais, histórico-culturais e das opções ideológicas do desenvolvimento nacional. (KOGA, 2016, p. 6).

Dessa forma, a diversidade sociocultural está sendo levada em consideração na condução desta política pública, e, como já vimos na Seção 1, a cultura, a identidade e a territorialidade são elementos que estão presente no cotidiano da vida dos sujeitos quilombolas. E, para se pensar em um uma política pública para os povos quilombolas, há de se ter em mente que a cultura é elemento que significa o modo como as relações sociais estão sendo estabelecidas.

Para se ter universalidade e equidade em uma política pública deve-se levar em consideração as diversidades socioculturais dos mais diversos segmentos sociais como um todo. Os quilombolas aqui são considerados grupos específicos que possuem especificidades próprias e que apresentam uma relação com o território em que ocupam. A concepção de território adotada pelo II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) é a de que o espaço territorial é o lócus onde as relações sociais são estabelecidas e é impossível dissociar populações específicas de seus territórios.

> A dimensão continental do Brasil implica numa multiplicidade de espaços geográficos, com diversos biomas e paisagens naturais. Entretanto, uma vez que o território é o espaço apropriado e transformado pelas relações sociais, a distinção de "públicos" e "territórios" perde sentido na realidade, pois é impossível dissociar populações específicas de seus territórios. Vários "públicos" específicos se definem e estruturam seu modo de vida a partir de sua relação com o território, como no caso de indígenas e quilombolas. Assim, a distinção realizada aqui entre "públicos específicos" e "configurações territoriais específicas" é puramente didática, para clareza da exposição. (BRASIL, 2016, p. 69).

O sentido da territorialidade para os quilombolas é único ao passo que concebem o território em que usam como o elemento que condiciona a vida dos mesmos e o sentido deste é de pertencimento, é de coletividade e de bem comum e em prol de todos que ali vivem. A característica de invisibilidade social dos grupos específicos é uma perspectiva que a política de Assistência Social vem procurando modificar a fim de tais grupos possam ter acesso a bens e serviços com mais qualidade e eficiência e o sentido da territorialidade seja respeitado.

A Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial criada em 2003, o Decreto nº 6.040/2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais são exemplos de esforços adotados por parte do poder estatal em considerar a particularidade de grupos específicos.

> As comunidades quilombolas são "grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida" (Decreto 4.887/2003). Os quilombolas também se definem por relações específicas com o parentesco, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Entretanto, o território e o uso coletivo da terra são centrais na

> identidade e na sobrevivência física e cultural da comunidade quilombola. Garantir o direito à terra aos quilombolas (como para os indígenas) é fundamental para a sua existência física e cultural. (BRASIL, 2016, p. 71).

Neste sentido, as próprias legislações brasileiras estão concebendo esta especificidade dos povos tradicionais, mas no entanto, há entraves administrativos e políticos para a real efetivação de direitos e frente a isso surge a necessidade de cada dia que estes povos estejam na pauta política a fim de que seus direitos possam ser preservados.

Conforme o texto base do II Plano Decenal de Assistência Social (2016- 2026), entre 2004 e 2015 foram 2.648 Comunidades Remanescentes de Quilombos registradas no governo federal, e, no Cadastro Único dos programas sociais do Governo Federal, em 2015, havia um total de 140 mil famílias quilombolas cadastradas. A certificação de uma Comunidade Quilombola é o estágio inicial no processo de titulação da terra como território quilombola. O título definitivo da terra representa a maior herança de que estes povos possuem, ou seja, ali é o lócus de transmissão de valores e de saberes dos seus antepassados e que buscam a preservação destes elementos imateriais e simbólicos. Abaixo, exemplificamos que

> atualmente, no INCRA existem mais de 1.500 processos abertos para a regularização fundiária de terras quilombolas. Desde 2003, foram expedidos pouco mais de 200 títulos, beneficiando 238 comunidades; além dessas, cerca de 180 terras tiveram decreto de desapropriação ou Portaria emitida e 200 territórios estão em fase de elaboração do Relatório Técnico. (BRASIL, 2016, p. 73).

Conforme os dados constantes no II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026), os grupos tradicionais específicos, onde se incluem os quilombolas, vivenciam situações de situações de extrema pobreza e se constituem grupos com maior vulnerabilidade social e econômica além de não disporem, em sua maioria, de água encanada, energia elétrica e saneamento básico.

Expandir a rede de atendimento socioassistencial para os grupos e povos tradicionais permitirá um impacto significativo positivo em suas condições de vida. A segurança da renda perpassa outros aspectos da vida social e possibilita acesso a bens e demais serviços que são adquiridos pelo viés econômico. Neste sentido de ampliação de atendimento aos povos e comunidades tradicionais, em 2011 e 2012, o Ministério do Desenvolvimento Social cofinanciou a implantação de 1400 equipes volantes em todo o Brasil.

> A expansão da rede socioassistencial nos territórios conseguiu incorporar o atendimento de povos e comunidades tradicionais (PCTs). No período de 2010 a 2015, o número de CRAS aumentou em 20%, e o número de unidades que declararam atender PCTs cresceu 69%, passando de 1208 CRAS em 2010 para 2044, em 2015. Nesse último ano, 25% dos CRAS atendiam PCTs [...]Os municípios que receberam cofinanciamento para a implantação de Equipe Volante têm território em média 4,5 vezes maior do que os demais; possuem em média quase o dobro de população rural e o triplo de população indígena e quilombola do que os demais municípios, o que

> demonstra a eficácia dos critérios de elegibilidade utilizados para selecionar os municípios e para atingir essas populações. (BRASIL, 2016, p. 80).

As perspectivas e os desafios de se contextualizar sobre os povos e comunidades tradicionais é um movimento que necessita de contínuo diálogo e de aproximação com os movimentos sociais. Neste II Plano Decenal houve a aproximação do Ministério do Desenvolvimento Social com a Comissão Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais a fim de que esses grupos fossem contemplados e que seus direitos pudessem ser viabilizados.

Podemos perceber que os avanços são gradativos e apesar de todas as inflexões sobre os direitos sociais a provisão adotada por este II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) é de uma perspectiva inclusiva e que leva em consideração as especificidades territoriais e culturais dos povos tradicionais. O diagnóstico da realidade é uma premissa que vem sendo adotada pela política de Assistência Social a fim de que os grupos populacionais possam ser alvo da ação estatal.

> O diagnóstico socioterritorial é uma ferramenta fundamental para conhecimento da realidade, identificando as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e culturais do território e reconhecendo suas especificidades, demandas e potencialidades. De acordo com a NOB SUAS 2012, o diagnóstico é parte obrigatória do Plano de Assistência Social, e deve ser realizado, no mínimo, a cada quatro anos. (BRASIL, 2016, p. 83).

Ir além dos quadros burocráticos da ação estatal envolve a participação direta dos usuários da política e, por conseguinte, as diversidades culturais e territoriais são ilustradas no processo de formulação do texto legal da política de Assistência Social. Somado a isso, o desenvolvimento de "metodologias específicas" de se trabalhar com os grupos específicos é uma demanda que está sendo contemplada por este II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026).

> Outro desafio seria o desenvolvimento de metodologias e abordagens específicas para o atendimento desses grupos. Tendo em vista que vários grupos possuem diferentes conceitos de família e parentesco, relação com o trabalho, com a terra, costumes, práticas e valores em relação ao cuidado de crianças e idosos, entre outros, a assistência social necessita desenvolver abordagens e metodologias específicas de atendimento para afiançar as mesmas seguranças e alcançar seus objetivos. (BRASIL, 2016, p. 83).

O território e as relações sociais dos grupos específicos vem ao encontro de um imaginário de reconhecimento de direitos e de suplementação de necessidades que são provenientes de um sistema que desumaniza o homem na sociedade e que não o concebe em sua dimensão de totalidade. Vale aqui, o destaque no texto legal deste II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) no que se refere à território: a política de assistência social precisa enfrentar o desafio de que o território e as relações sociais não se limitam, confinam,

nem coincidem com as linhas imaginárias das fronteiras de bairros, municípios, estados ou mesmo países. (BRASIL, 2016, p. 84).

A observação que se vale destacar ao longo desta análise do II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) é que os povos e as comunidades tradicionais, no caso de nosso estudo- os quilombolas- estes ganham destaque em uma política pública que procura atender os seus anseios e desenvolver estratégias para que situações de vulnerabilidade social sejam evitadas e reduzidas. O esforço contextualizador constante ao longo do Plano vem em direção a uma perspectiva de direitos e de afirmação da identidade desse grupo específico.

As intenções deste II Plano Decenal de Assistência Social (2016-2026) são válidas na medida em que busca aprimorar uma política pública, ou seja a Política de Assistência Social. No entanto, há de se contextualizar aqui sobre a não explicitação de recursos financeiros para a real materialização das perspectivas aqui adotadas e quando pensamos em nosso objeto de estudo temos que situá-lo de forma efetiva no contexto geral da sociedade.

A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente- em meio ao Rio Araguaia, o acesso é somente de barco e são pessoas que estão em total situação de abandono por parte do Estado. Não dispõem de energia elétrica e nem de saneamento básico. Estes fatores afetam diretamente o cotidiano destes sujeitos que vivem neste território.

Então, pensar a assistência social exige que sejam colocadas as particularidades de muitos sujeitos que vivem situações semelhantes e ao mesmo tempo díspares. Aqui ao longo deste II Plano Decenal de Assistência Social percebemos o efeito contextualizador do mesmo quando versa sobre a ideia de território como o lócus onde as relações são estabelecidas, mas o discursos necessitam ser postos em prática e é através da real participação destes sujeitos quilombolas que as suas reais condições de vida podem ser modificadas para o melhor e para a participação no domínio da vida social como um todo.

A assistência social necessita, sem nenhuma dúvida, de uma maior aproximação com os mais diversos segmentos sociais. No caso das comunidades quilombolas, um maior diálogo frente recursos financeiros, parcerias com demais órgãos públicos, a efetivação e o encaminhamento de demandas sociais permitirá uma maior visibilidade para os quilombolas dentro do contexto societário.

A capacidade organizativa da sociedade, também, é outro fator que merece destaque para que os povos tradicionais sejam ouvidos e suas trajetórias específicas respeitadas. O monitoramento da assistência social tem que conceber as mais diversas formas de participação social a fim de que os quilombolas ganhem representatividade dentro de suas próprias comunidades e na relação com os demais órgãos públicos.

Em suma, a assistência social, enquanto política pública, através deste II Plano Decenal de Assistência Social, propõe um conjunto de ações tendo por horizontes o respeito à heterogeneidade do público da assistência social e neste complexo, os quilombolas, são parcialmente contemplados uma vez que são um público que sofre pelo não acesso a recursos básicos e não vivem em condições de igualdade junto aos demais grupos sociais.

4.2 GUIA DE POLÍTICAS SOCIAIS QUILOMBOLAS- SERVIÇOS E BENEFÍCIOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

O *Guia de Políticas Sociais Quilombolas - Serviços e Benefícios do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*- é um documento que vem ao encontro de um público diferenciado e específico- os quilombolas. Neste documento realiza-se uma contextualização sobre a extensão da proteção social às comunidades quilombolas e a ideia multicultural é levada em consideração na condução da política de Assistência Social. Com o intuito de promover o debate

> o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem organizado um núcleo voltado para atendimento dessas comunidades e em cada secretaria do Ministério os programas têm também esse recorte e consideram a questão multicultural. São ações específicas, maneiras diferenciadas de fazer com que os programas possam chegar a essas comunidades, para chegar aos que mais precisam, da maneira que mais precisam. (BRASIL, 2009, p. 05).

Ajudar na implementação da política de Assistência Social é o foco deste *Guia* que trata em específico das comunidades quilombolas assim como promover a integração junto com outras políticas sociais a fim de fortalecer estes sujeitos que necessitam terem as suas particularidades respeitadas e referenciadas.

O *Guia* converge para a inclusão e para somar forças na defesa das particularidades dos povos quilombolas para que a ideia de cidadania e de democracia se estenda aos mais diversos segmentos sociais. Sabe-se que isso não é uma tarefa fácil, mas os avanços são lentos e a mobilização política já se encontra gestada em muitas Comunidades que buscam a todo custo a sua visibilidade.

De acordo com o *Guia de Políticas Sociais*, em 2009, havia um total de 127.147 quilombolas em todo o território nacional. E é dentro deste contexto que o objeto central de tal documento é mostrar que é possível facilitar e estimular o acesso das comunidades tradicionais aos programas, serviços e ações implementadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social nas áreas de transferência de renda, assistência social, segurança alimentar e nutricional e inclusão socioprodutiva. (BRASIL, 2009).

A proteção da memória cultural e dos saberes das comunidades tradicionais quilombolas está sendo reconhecida por meio da ação do Ministério do Desenvolvimento Social e a identidade étnica e racial dos quilombolas ganham materialidade no tocante à implantação e implementação de ações voltadas para este público.

Em 2009, conforme esta publicação do Ministério do Desenvolvimento Social, existem no Brasil um total de 25 milhões de habitantes e 5 milhões de famílias que são considerados povos e comunidades tradicionais. Estes povos e comunidades tidos como tradicionais são

> aqueles grupos sociais que vivem em contato direto com o meio ambiente, adotando formas próprias de utilização dos recursos naturais e possuindo características socioculturais diferenciadas em relação ao restante da população brasileira, ainda que com ela interagindo e compartilhando práticas e hábitos. (BRASIL, 2009, p. 11).

Esta é a perspectiva adotada por este *Guia de Políticas Sociais* no tocante à identificação dos povos e das comunidades tradicionais. A concepção de território utilizada neste *Guia* vem ao encontro dos estudos referenciados ao longo desta Dissertação na medida em que o território é o lócus de onde as relações sociais são estabelecidas e onde há a reprodução material e cultural dos moradores que ali residem.

A particularidade dos povos e comunidades tradicionais, de forma mais específica- os quilombolas-, ganharam significativamente destaque nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social. Prova disso é que foi criado um Núcleo finalístico em cada Secretaria do respectivo Ministério, o Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais, que tem por finalidade

> garantir o chamado "recorte étnico" nas ações do MDS voltadas aos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais (quilombolas, extrativistas e outros), foi criado o Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais, coordenado e composto por profissionais com experiência no tema; cada secretaria finalística do Ministério também foi constituindo seus próprios quadros, de forma que hoje dispomos de vários especialistas em atuação junto a povos e comunidades tradicionais, particularmente povos indígenas e comunidades quilombolas. Esta aproximação revela o esforço do MDS em construir suas ações pautadas no estreitamento com os marcos legais regulatórios dos povos e comunidades tradicionais. (BRASIL, 2009, p. 12).

Este compromisso exposto expressa a real importância que está sendo direcionada aos povos e às comunidades tradicionais. Neste sentido, é importante afirmar que os quilombolas são cidadãos de direitos e que necessitam terem as suas particularidades respeitadas. E, por isso, este *Guia* possui uma importância para estes povos e vem se constituir em um documento de grande valia para os mesmos.

A definição adotada pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) no tocante ao conceito de quilombo faz parte da estruturação do presente *Guia de Políticas Sociais Quilombolas*. Para a ABA (2009), os quilombos não são grupos isolados e nem homogêneos

em sua composição racial na medida em que a raça negra não é critério exclusivo de definição dos quilombolas.

A ABA propiciou um avanço na conceituação do que venha a ser quilombo. O deslocamento do ideário de quilombola formulado em 1740 pelo Conselho Ultramarino é ressignificado e os quilombos passam a se inserir em grupos específicos que possuem uma relação com a sua territorialidade e com uma trajetória singular.

O avanço no entendimento sobre o conceito de quilombo permitiu um maior alcance na formulação de políticas sociais para o atendimento a este grupo. A organização social, econômica, cultural destes grupos quilombolas é um parâmetro que está sendo adotado na política de Assistência Social e, em mais específico, nas ações e nos serviços do Ministério do Desenvolvimento Social. Assim,

> este alargamento conceitual acerca da definição de quilombo permitiu a construção de um rol de políticas públicas voltadas exclusivamente para as necessidades territoriais, sociais, econômicas e culturais das comunidades quilombolas, estejam elas nos centros urbanos ou no meio rural. (BRASIL, 2009, p. 14).

O entendimento de que os quilombolas são grupos sociais dotados de ancestralidade é elemento central na condução deste presente *Guia de Políticas Sociais*. O referido documento também vem ao encontro da dimensão cultural e simbólica destes grupos e a territorialidade é ideia estruturante de se pensar como as relações são estabelecidas entre eles.

Quanto aos demais programas sociais executados pelo governo federal, de acordo com o *Guia de Políticas Sociais Quilombolas* (2009), existem 23.392 famílias remanescentes de quilombos constantes em 24 estados federados que fazem parte do Programa Bolsa Família. O presente Programa além da garantia de renda exige que haja um acompanhamento sistemático sobre a saúde e a educação de seus beneficiários. Nesse contexto tem-se que

> a porta de entrada para as famílias quilombolas acessarem vários benefícios, como o Bolsa família, o ProJovem Adolescente, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) ou a tarifa Social de Energia Elétrica, é a inclusão no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal. De acordo com as normas do cadastro, será considerado quilombola a família que assim se autodeclarar dispensando, portanto, a apresentação de qualquer certidão ou documento que comprove sua identidade. (BRASIL, 2009, p. 15).

Existem 277 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que atendem as demandas quilombolas; e, 114 Municípios atendem os quilombolas por meio de seus Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). O Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), que são executados nos CRAS, em suas metodologias de trabalho, visam o fortalecimento da cultura, dos valores e das tradições quilombolas.

A segurança alimentar e nutricional é outra política pública que vem ao encontro dos povos e comunidades tradicionais. A presente política é definida pela Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006; e, em 2007, foi realizada a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN). Nesta Conferência houve a participação ativa de representantes quilombolas.

Ainda, no tocante à Política de Segurança Alimentar e Nutricional existem os programas de Apoio a Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional para Povos e Comunidades Tradicionais onde há a valorização da cultura dos povos tradicionais no uso e manejo da terra e nas plantações. Fomenta-se a importância da agricultura familiar para o quilombola e para a sua família.

A Inclusão socioprodutiva é outra temática constante no Guia de Políticas Sociais Quilombolas (2009). O objetivo da inclusão socioprodutiva é a capacitação para inserção no mercado de trabalho; fortalecimento dos empreendimentos econômicos familiares; expansão dos empreendimentos econômicos solidários para favorecer o produtor independente. A inclusão socioprodutiva baseia-se nas ações da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e, em caráter específico, os quilombolas são representados pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ).

A convergência que se apresenta neste *Guia de Políticas Sociais Quilombolas* (2009, p. 21), é a de que: "o maior desafio posto para a assistência social, no atendimento aos povos e comunidades tradicionais é, assim, o reconhecimento e a concretização dos seus direitos sociais, por meio da proteção de seus direitos e memórias culturais, suas práticas comunitárias e sua identidade racial e étnica".

A integração entre as ações da política de Assistência Social, segurança alimentar e nutricional assim como a inclusão socioprodutiva presentes neste *Guia de Políticas Sociais Quilombolas* (2009) visam a potencializar uma rede de atendimento, proteção e promoção social que está sendo implementada em nosso País. Apesar de os desafios no cenário atual serem de retração de direitos sociais e de avanço de neoliberalismo, a presente proposta de pesquisa não se atém em discutir o cenário atual das políticas públicas e, sim, entender e perceber como as ações da política de assistência social estão sendo direcionadas às comunidades quilombolas e os ideários quilombolas, ou seja, a sua cultura, a sua identidade e a sua territorialidade são elementos estruturantes deste *Guia de Políticas Sociais Quilombolas*.

Por fim, o *Guia* apresenta-se com avanços significativos na conceituação de elementos que atribuem sentido real ao discutirmos quilombo e, ao se tratar de um documento

governamental, o seu alcance é imensurável pelo fato do próprio Estado estar reconhecendo as trajetórias especificas de vida destes sujeitos.

4.3 AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA: ACESSO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS AOS PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Cartilha *Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social* foi editada pelo Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense em 2009. A presente cartilha é produto de uma pesquisa que buscou avaliar, mapear e georreferenciar os equipamentos de assistência social básica e os serviços assistenciais ofertados às comunidades quilombolas. Também, verificou-se o acesso das comunidades quilombolas aos programas, benefícios e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social. A pesquisa foi realizada junto a 60 comunidades quilombolas, distribuídas em 57 municípios brasileiros e compreendeu 22 estados em nosso País.

A metodologia utilizada foi de grupos focais e entrevistas com os usuários da política- os quilombolas- e com os gestores da política de Assistência Social. Os quesitos verificados nesta pesquisa versaram sobre as seguintes categorias: saúde; educação; emprego e renda; alimentação; acesso à água; locomoção e posse da terra. Vejamos a distribuição dos dados:

> as entrevistas em profundidade foram distribuídas da seguinte forma: 1 com representante do MDS; 64 com beneficiários de programas do MDS; 48 com não beneficiários de programas do MDS; 110 com lideranças comunitárias locais e 52 com representantes da gestão municipal da política de assistência. Já os grupos focais realizados com beneficiários e não beneficiários de programas sociais, foram assim distribuídos entre as regiões do país: 16 grupos na região Norte, 36 na região Nordeste, 7 na região Centro-Oeste, 8 na região Sul e 15 na região Sudeste. (BRASIL, 2009, p. 02).

Notório que os dados acima refletem a realidade de muitas comunidades quilombolas no tocante às categorias previamente elencadas. O quesito saúde revelou um quadro de precariedade da situação de saúde dos moradores das comunidades quilombolas pesquisadas. A falta de cobertura médica, medicamentos e realização de exames são dificuldades enfrentadas pelos moradores das comunidades e isso os obriga a procurar atendimento em outras localidades. Como já dito, estes dados são resultados da compilação da pesquisa realizada junto a 60 comunidades quilombolas em 22 estados do Brasil.

Mediante as visitas realizadas na comunidade objeto de estudo- a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente- percebemos semelhanças com estes dados acima elencados nesta pesquisa realizada ao longo desta Cartilha. Os quilombolas da Ilha São Vicente são

desassistidos por parte do Poder Público e vivem isolados da rede de serviços básicos uma vez que os mesmos não dispõem de centro de saúde na Comunidade. Contudo, há de se destacar que tem-se uma quilombola que é agente de saúde e esta vem buscando direcionar e viabilizar o mínimo de atendimento à saúde dos quilombolas da Ilha São Vicente.

A saúde é um direito constitucional que assegura a todos os cidadãos o mínimo para a sua sobrevivência. Trata-se de uma política direcionada a todas as pessoas sem nenhuma restrição; e, no caso dos quilombolas da Ilha São Vicente, que ficam localizados em uma Ilha, às margens do Rio Araguaia, estes nem sequer possuem visitação periódica da equipe de saúde do Município de Araguatins- TO. Os serviços de alta complexidade são encaminhados para outros municípios e ficam à mercê da liberação de vagas.

A *Avaliação* aqui analisada evidencia que a educação é outro direito social que não atende as comunidades quilombolas de forma eficiente. Falta de transporte escolar, falta de merenda na escola, dificuldades de acesso às escolas de ensino médio são exemplos de situações que os quilombolas vivenciam cotidianamente em suas relações sociais. A *Avaliação* revela que:

> o acesso às escolas não é garantia de obtenção de ensino de qualidade. Os dados disponíveis mostram que a educação, segundo a percepção dos entrevistados, à qual os quilombolas têm acesso é geralmente marcada por vários problemas, embora devamos lembrar que muitos deles refletem as condições gerais da educação brasileira: precariedade da estrutura física das escolas; despreparo dos professores; estrutura pedagógica inadequada; ausência de merenda escolar; número insuficiente de vagas; etc. Houve relatos de atos discriminatórios dentro das escolas em função da cor ou da raça, algo que não tem sido efetivamente combatido pelos gestores escolares. (BRASIL, 2009, p. 03).

Conforme nossa observação e pelos contatos estabelecidos com os quilombolas da Ilha São Vicente, os mesmos vivenciam situações semelhantes quanto ao quesito educação ilustrado nesta pesquisa. O transporte escolar foi uma conquista, mas as vezes sofrem pela falta de combustível em abastecer a lança escolar; a Comunidade não dispõe de uma unidade escolar como também a falta de energia elétrica impede que as crianças e jovens estudem em suas casas pela noite; e, também, a ausência de respeito e valores às tradições culturais quilombolas não é elemento presente na educação destes sujeitos.

Para os quilombolas da Ilha São Vicente, as escolas municipais não estão preparadas para contextualizarem sobre a necessidade de valorização cultural dos quilombolas, não há uma compreensão da importância histórica dos quilombos para o nosso Pais; como também, falta de entendimento acerca da importância da identidade e do território para os quilombolas. Na seção seguinte, traremos depoimentos dos nossos entrevistados que permitem uma maior entendimento acerca da importância da educação para os mesmos.

Como já expresso nas seções anteriores, a identidade é construída no cotidiano e respeitando a ancestralidade dos quilombolas que ocupam um determinado espaço. Dessa forma, temos que a identidade é associada ao espaço físico ocupado que é dotado de uma simbologia e de elementos que encontram na memória uma fonte para serem (re)alimentados pelos moradores que partilham de uma mesma vivência.

A mesma *Avaliação* evidencia que o emprego e a renda são fatores que revelam mais um quadro de precariedade nas comunidades quilombolas. Não se há cobertura de direitos trabalhistas e nem previdenciários. Os problemas causados pelo desemprego são vários, dentre eles a saída sistemática de jovens em busca de assalariamento e de acesso ao modo de vida urbano e isso tem fortes implicações no tocante da própria reprodução cultural das comunidades de origem. (BRASIL, 2009).

Na Ilha São Vicente, os quilombolas também sofrem por sua inserção no mercado de trabalho. Falta de qualificação; baixa escolaridade e também a ausência de empregos na própria cidade é uma realidade que os quilombolas da Ilha São Vicente enfrentam. Muitos são obrigados a migrarem para outras cidades em busca de melhores condições de vida e a conquistarem melhorias para seus familiares.

A alimentação é outro aspecto que releva condições precárias de qualidade de vida nas comunidades quilombolas. “Foram identificadas situações de insegurança alimentar extrema, principalmente no Nordeste, caracterizadas pela incapacidade de aquisição de alimentos e dependência total de cestas de alimentos cuja implementação nem sempre tem sido regular”. (BRASIL, 2009, p. 04). Na Ilha São Vicente, os quilombolas cultivam alguns alimentos para as suas sobrevivências, as vezes comercializam alguns produtos a fim de ajudar na compra de outros bens e serviços.

A luta por uma alimentação digna é uma realidade presente no cotidiano dos quilombolas da Ilha São Vicente. Suas plantações são voltados, precipuamente, para a satisfação de suas necessidades básicas. A mandioca, milho, feijão, frutas são as mais comuns na área em que ocupam. Assim, mais uma vez, se reforça o sentido do território para eles, pois é lá que as histórias de vida são construídas, e é lá que a subsistência é mantida.

A falta de água potável e apropriada para o consumo obriga os quilombolas a buscarem água em outras localidades e isso exige um grande esforço físico por parte dos mesmos. A ausência de água também dificulta a produção doméstica e isso implica na aquisição e produção de alimentos para o próprio consumo e para a venda. No tocante à locomoção, as estradas são precárias, em sua maioria são estradas de chão. Dado também semelhante ao que presenciamos

na Ilha São Vicente, não há agua potável para o consumo e os moradores quando vem à Cidade de Araguatins- TO levam consigo água potável.

A *Avaliação* aponta que a regularização fundiária foi outro fator que afeta diretamente as comunidades quilombolas. Neste meio, os quilombolas citam sobre o descaso por partes dos órgãos responsáveis pela titulação de terras e pela lentidão dos processos. Somado a isso, quando são titulados, em muitos casos, tem-se a diminuição do tamanho de suas terras.

A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente tem conflito de terra e ainda não possui o título definitivo das terras que ocupam. Desde o ano de 2000, a referida Comunidade sofreu um processo de reintegração de posse movido por um fazendeiro que ocupou uma parte da Ilha São Vicente. Os quilombolas da Ilha São Vicente já passaram por uma ação de despejo em face a esta ação de reintegração de posse e ainda estão lutando junto aos órgão competentes para terem o tão sonhado e esperado título definitivo da Ilha São Vicente. Também, na seção seguinte, apresentaremos mais dados sobre este aspectos, a partir de nossas entrevistas.

No tocante à percepção das comunidades quilombolas quanto aos programas do Ministério do Desenvolvimento Social temos que o grau de conhecimento sobre os critérios de acesso a tais programas é parcial e algumas vezes inexistente, como podemos perceber

> o grau de conhecimento dos moradores das comunidades sobre os critérios de acesso aos programas é, geralmente, parcial, fragmentado e, algumas vezes, inexistente. Esse desconhecimento pode ser associado à ausência de estratégias mais eficazes de divulgação de informação direcionada aos beneficiários atuais e potenciais. Alguns deles participaram de reuniões e receberam material informativo impresso. Mas isso, associado à ausência de uma estratégia continuada de difusão de informações, não foi efetivo no que tange à transmissão e fixação de conhecimentos no conjunto das comunidades pesquisadas. O conjunto das falas abaixo é ilustrativo da situação encontrada. (BRASIL, 2009, p. 05).

Um programa social bastante conhecido, conforme a *Avaliação,* é o Programa Bolsa Família. E, a maioria dos moradores das comunidades quilombolas pesquisadas, sabiam do critério de seleção do Programa que depende da renda *per capita* da família. A título de exemplificação, as condicionalidades do programa Bolsa Família é a frequência dos alunos na escola e o acompanhamento de saúde.

Conforme as visitas *in loco* na Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, muitos moradores da Comunidade tem conhecimento do Programa Bolsa Família e sabem das condicionalidades de renda para a manutenção deste benefício. Convém destacar que o Programa Bolsa Família integra a Política de Assistência Social que é a política que vem sendo problematizada ao longo desta Dissertação.

O estudo em análise, a *Avaliação Diagnóstica,* também aponta para o despreparo de alguns profissionais durante o atendimento aos quilombolas. A prática do racismo e de

preconceito cerceiam a vida destes sujeitos e enfrentar estas situações é uma realidade que necessita ser modificada uma vez a prática do racismo e da discriminação se constitui como uma forma de violação de direitos humanos por excelência.

Os quilombolas, conforme esta *Avaliação Diagnóstica*, entendem os seus atendimentos junto aos programas sociais como um direito social. Cobrar uma postura ativa e um bom atendimento junto aos órgãos da política de assistência social é um parâmetro que está sendo adotado pelas lideranças comunitárias nas comunidades quilombolas. A respeito disso,

> os moradores das comunidades tendem a reconhecer que os programas sociais constituem um direito. Esse reconhecimento parte do raciocínio de que o que lhes confere o direito ao atendimento é o pagamento dos impostos, o fato de "também serem brasileiros", ou ainda, que tal atendimento reflete um direito universal de acesso às condições básicas de existência. Muitos afirmam que essa percepção não é compartilhada pelos funcionários dos órgãos de assistência, os quais dispensam a eles tratamento desrespeitoso e mesmo preconceituoso frente à cor ou à raça dos moradores das comunidades quilombolas. A tendência mais forte em perceber tais programas como um direito é um capital importante que eles dispõem para continuar a demandar a ampliação do acesso e da cidadania como um todo. (BRASIL, 2009, p. 08).

A percepção dos quilombolas quanto aos programas sociais, como descrito, já é um avanço pois sabe-se que é um direito assegurado pelas políticas e que é mediado pelos mais diversos órgãos públicos e o atendimento a todos tem de ser qualidade e sem conotações preconceituosas e discriminatórias.

Nesta *Avaliação* outro fator que merece destaque é a de que os moradores das comunidades quilombolas reconhecem que os programas sociais são incapazes de solucionar os inúmeros problemas sociais que vivenciam cotidianamente. Contudo, os dados da pesquisa revelam que nas comunidades pesquisadas, os moradores reconhecem o esforço do governo federal no atendimento de suas demandas específicas. Posto que,

> em que pesem alguns comentários negativos, observou-se, entre os entrevistados de todas as regiões, a tendência em qualificar positivamente o desempenho do governo federal no campo da assistência social, em geral, e no esforço de atender aos interesses dos quilombolas, em particular. Essa imagem é construída comparando-se o interesse atual do governo federal com os quilombolas em contraposição ao abandono por parte de administrações passadas ainda que, muitas vezes, se reconheça que o bom desempenho do governo se dê mais no campo das predisposições para atuar e dialogar do que na materialização de ações efetivas. (BRASIL, 2009, p. 09-10).

A percepção da gestão governamental tem sido apontada de forma crítica pelos quilombolas atendidos pela assistência social como registrado acima. Então, os avanços estão sendo gradativos na medida em que o conhecimento está em constante elaboração e a visibilidade política dos quilombolas é construída na esfera do cotidiano.

Em suma, esta documento intitulado de *Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do Ministério do Desenvolvimento Social* aqui

analisado aponta que existe uma necessidade de se avançar no estímulo à produção de estudos sobre as comunidades quilombolas. Dentre as recomendações apontadas pela pesquisa destacamos a urgência da política de Assistência Social qualificar os agentes públicos no trato do atendimento às comunidades quilombolas como também a necessidade de se ampliar o financiamento para estes sujeitos possam ser cada vez mais incluídos nos programas e nas ações do Ministério do Desenvolvimento Social. No tocante aos resultados temos que

> os resultados desta avaliação diagnóstica apontaram para a necessidade de avançar no estímulo à produção de estudos sobre as comunidades quilombolas. Alguns trabalhos tomam tais comunidades como objeto, mas eles ainda são insuficientes para se ter um diagnóstico preciso da realidade socioeconômica e política das comunidades. Tais estudos são absolutamente fundamentais para que sejam geradas e/ou adaptadas políticas e programas sociais com desenho mais adequado às características das comunidades. (BRASIL, 2009, p. 12).

Também, o estudo apontou a importância de implantação de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombolas. No Município de Araguatins- TO não há este Órgão que vem de forma exclusiva atender aos quilombolas de nossa localidade e isto é uma realidade a ser problematizada junto à referida Política de Assistência Social. O estudo

> indicou a urgência da implantação dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombolas e por consequência, do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) na área das comunidades. Devem ser criados estímulos concretos para que as prefeituras solicitem o cofinanciamento federal para a implantação destes equipamentos e serviços. (BRASIL, 2009, p. 13).

Um ponto de crítica vai diretamente neste ponto ao passo que a cidade de Araguatins-TO tem uma comunidade quilombola e não possui um Órgão da assistência social que os atenda de forma mais próxima e com uma equipe preparada para o respeito à identidade, à cultura e ao sentido ímpar que o território tem para estes sujeitos. Avançar no investimento aos equipamentos públicos para o atendimentos dos quilombolas é uma realidade urgente, pois os sujeitos quilombolas necessitam de amparo e de proteção por parte dos entes públicos.

É forçoso se contextualizar que no decorrer da análise desta *Avaliação,* em nenhum momento, apresentou-se o conceito de quilombo e nem sobre aspectos de valorização de sua identidade cultural. Apesar de se reconhecer a importância de atendimento a estes sujeitos, o presente documento não aponta caminhos e nem estabelece um diálogo preciso acerca da identidade quilombola e sua relação com o ideário de territorialidade que carregam consigo.

Presenciamos que esta *Avaliação* trata de expor os resultados de uma pesquisa que foi realizada tomando por base 60 comunidades quilombolas de 22 estados brasileiros. Em muitos aspectos aqui problematizados, tivemos semelhanças com os dados extraídos das nossas observações *in loco* na Comunidade Quilombola Ilha São Vicente no tocante à precariedade

das condições de saúde, a dificuldade de acesso à educação, inserção no mercado de trabalho que são dos direitos sociais por excelência conscritos em nossa Constituição Federal de 1988.

A presente *Avaliação* também pode ser analisada sob o prisma da falta de sentido do que venha a ser quilombo e dos elementos que são indissociáveis deste: cultura, identidade e territorialidade como problematizamos na Seção 1 desta Dissertação. Ter-se avançado nestes conceitos seria um elemento muito importante na medida em que a *Avaliação* se constitui como um documento legal e que serve de base de dados para pesquisas dos mais diversos cunhos.

Apesar de apresentar dados sobre as condições de vida da população quilombola, *Avaliação*, carece de problematizar a importância da vida coletiva e o uso coletivo do território em que estes sujeitos ocupam. Noção de território que se alia diretamente com a formação da identidade dos mesmos e que impacta e reflete na cultura dos mesmos como problematizamos de forma minuciosa ao longo da Seção 1 desta Dissertação. A dimensão cultural propicia a efetivação de garantia de direitos para estes sujeitos que desejam ganhar representatividade no domínio da vida social.

A importância de um documento público ater-se a estes elementos permite atribuir visibilidade a estes sujeitos quilombolas que muito sofreram em uma sociedade que hierarquizou e hierarquiza a população pelos atravessamos de classe, etnia, raça, gênero e toda uma estrutura de inferiorização das minorias sociais. Afirma-se que estes sujeitos estão sendo atendidos e contemplados pela Política de Assistência Social mas o caminho deve ser mediatizado pelo reconhecimento da cultura, da vida destes sujeitos e da dimensão da ancestralidade que carregam consigo.

O esforço que a presente *Avaliação* se atém é ao fato de que estes sujeitos quilombolas em certa medida estão sendo público alvo das ações da Política de Assistência Social e que estes tem um certo conhecimento sobre os benefícios e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social. No entanto, avanços necessitam ser empreendidos a fim de que a cidadania plena venha a ser partícipe da vida dos quilombolas em uma perspectiva geral e mais ampla.

5 AS FALAS DOS SUJEITOS QUILOMBOLAS

Esta última Seção dedica-se a contextualizar a fala dos entrevistados: Fátima e o Sr. Salvador. As entrevistas dedicaram-se a apresentar o modo como os quilombolas gerem as suas vidas na Comunidade e como estes se relacionam com o domínio da vida social de forma geral.

Nesta Seção procuramos registrar os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e a sua relação com a Política de Assistência Social. Nossas entrevistas tem por objetivo evidenciar a forma que a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente organiza seus modos de vida; assim como, apreender o cotidiano e como as relações sociais são tecidas na Comunidade. Somado a isso, as entrevistas propiciaram contextualizar a fala dos sujeitos pesquisados e enriquecer os dados aqui coletados a partir da vivência do trabalho de campo.

Tem-se aqui duas subseções: A Cultura Quilombola para os Quilombolas da Ilha São Vicente; e, Desafios e Perspectivas no Cotidiano da Ilha São Vicente, respectivamente. Na primeira, buscamos contextualizar a cultura e a sua relação com o modo como gestam as suas vida no território em que ocupam. Buscamos dar ênfase nas falas de nossos entrevistados e as contextualizamos com os autores que discutem a referida questão. Na segunda tratamos de citar sobre os desafios e perspectivas da vida cotidiana, ou seja, seus horizontes de luta e as bandeiras que defendem.

Para tanto, o diálogo que procuramos estabelecer com as falas dos nossos sujeitos pesquisados irá se apresentar de forma dinâmica a fim de que a leitura seja de fácil acesso e articulada com o debate acadêmico. Neste meio, nossos dados estão articulados com as seguintes critérios de abordagens: manifestações culturais; religiosidade; produção da terra; acesso à educação; políticas públicas afirmativas; gestão do território e formas de resistências.

5.1 A CULTURA QUILOMBOLA PARA OS QUILOMBOLAS DA ILHA SÃO VICENTE

A cultura possui uma forte relação com as Comunidades quilombolas ao passo que é um ponto de encontro e de partida para que uma Comunidade mantenha viva as suas tradições e as suas experiências cotidianas, mas aqui a nossa concepção de cultura é ampla na medida em que ela se assenta em todos os aspectos da reprodução social dos sujeitos quilombolas e é no cotidiano que a cultura é tecida e construída de forma coletiva por todos que ali habitam. A cultura é vida, a cultura é simbólica, a cultura é resistência, a cultura é manifestação artística, a

cultura é elemento estruturante da identidade quilombola e das formas como estes sujeitos se apoderam de seus territórios.

Nesse contexto é mister salientar a percepção e o entendimento da cultura quilombola a partir da fala dos próprios quilombolas e esta seção se dedica a isso. Inicialmente, vamos discutir sobre às manifestações culturais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente uma vez que esta é visivelmente identificada junto a este grupo social. Quanto a este assunto, Fátima, comenta:

> Nós temos uma parte muito triste no que se refere a manifestações culturais. E elas são muito fortes nas comunidades quilombolas. Quando eu penso em cultural eu penso na forma como os afrodescendentes chegaram no Brasil. Quando eles chegavam no Porto, as pessoas eram completamente despidas, jogavam água em seu corpo, você perdia todas as suas roupas, ficava pelado no porto, você perdia as suas vestes e toda a sua dignidade que o ser humano podia ter. Passava-se um óleo, uma banha para a pele ficar mais reluzente, pois havia se passado meses em um navio e logo eles eram vendidos. Eles eram separados, todas as etnias eram divididas, para que ninguém que falasse a mesma língua pudesse se comunicar e isso era uma forma de acabar com a nossa língua, com a nossa cultura.

Conforme a fala de nossa entrevistada temos que a historicidade é elemento que marca este grupo quilombola. Estes entendem que possuem uma ancestralidade negra, escrava e que sofreram muito nessa sociedade opressora que foi a sociedade do Período Colonial brasileiro. As marcas de subjetividade destes quilombolas da Ilha São Vicente se assenta em uma herança histórica de violações de direitos.

É válido lembrar que o grupo que aqui chegou nesta localidade, Araguatins- TO antes Arraial de São Vicente, foram um total de oito escravos. Foram muito poucos em termos quantitativos e, somado a isso, antes de aportarem nesta região já tinham passado por um processo árduo de colonização em outros locais e isso repercute diretamente e negativamente nas manifestações culturais da Ilha São Vicente e na cultura como um todo, ou seja, na cultura enquanto um modo vida destes sujeitos que possuem uma relação diferenciada com os seus territórios.

A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente assenta a sua dimensão cultural em uma identidade de resistência na medida em que buscam a titulação definitiva do território em que ocupam. Como já expresso na Seção 2, foi a partir do conflito em torno do território que ocupam, que a identidade destes sujeitos foi fortalecida e foi impulsionado por este conflito estes tiveram a Certificação de comunidade quilombola. Ou seja, aqui, a cultura destes quilombolas vai além de uma manifestação artística e a cultura implica em seus modos de vida e na forma como estes se apresentam no contexto geral para com a sociedade.

Os quilombolas são sujeitos que sofrem os impactos da ação mistificadora da sociedade como um todo e do Estado onde a omissão é a principal marca de segregação de invisibilidade

social. A cultura, neste sentido, é a prova viva de que este estado de coisas pode ser modificado e ressignificado. É através da cultura que novas relações podem ser estabelecidas em prol de direitos e de reconhecimento de sujeitos que contribuíram com o desenvolvimento de nossa Nação- os escravos.

As marcas históricas e contraditórias da sociedade brasileira é fator que afeta diretamente a subjetividades destes sujeitos. Muitos elementos culturais deixaram de ser cultivados, pois os mesmos sofriam ingerências de todas em suas vidas e isto trouxe prejuízos diretos para estes remanescentes de quilombos da Ilha de São Vicente.

De acordo com Acevedo e Castro (1998), a cultura e a identidade étnica dos quilombolas é recriada pela memória dos antepassados e a relação dos remanescentes com o território e com o nome que carregam se fundamentam em toda a historiografia desses grupos sociais que muito sofreram e foram dizimados.

A história destes escravos que aqui chegaram é de dor, de angústia, de sofrimento e de uma revolta. Revolta contra um sistema que alienou estes sujeitos que eram desprovidos de seus direitos e que não tinham voz no domínio geral da vida em sociedade e é neste sentido que a luta cotidiana da respectiva Comunidade é pela visibilidade de seus direitos e de seu território e não se calam frente às adversidades que aparecem e que tentam obstacularizar seus espaços. Quanto a isso, temos a percepção de Fátima

> mas quando você vem para a capitania de Goiás, mas principalmente ao norte, 8 pessoas escravizadas, você já trás um grupo completamente fragilizado quanto à sua religião, então os nossos ancestrais já chegaram aqui católicos, mas eles cultuavam e cultuam até hoje Nossa Senhora do Rosário. O culto a nossa Senhora do Rosário é um pouco do que sobrou para a gente. Ela é um santa do congado, que vinha dos ancestrais africanos e é difícil se achar culto a ela em outros locais. Os negros e os brancos não podiam cultuar os mesmos santos naquela época.

Hoje, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente mantém via os festejos de São José e o Festejo de Nossa Senhora do Rosário. Esta é uma tradição que se mantém na Comunidade e que a cada ano, o grupo de moradores tentam ampliá-lo a fim de visibilizar a Comunidade no contexto regional. A respeito disso, o Sr. Salvador, Patriarca da Comunidade, considera que:

> Nossa Senhora do Rosário é a padroeira de nossa Comunidade e naquela época nós tínhamos uma expressão cultural que era a *sussia.* Era uma dança, que ocorria nos festejos de nossa Senhora do Rosário, fazíamos festa, muita comida, fazíamos a matutagem (que era matar um animal para comer na festa). Vinha gente da região inteira para este festejo e na hora da dança, os homens tocavam nos tambores, tinham as pessoas que cantavam e outros dançavam. A dança é de par, um homem e uma mulher, ela se movimenta com a saia, e o homem faz o sapateado em torno da mulher, faz o *zigzag* na dança, mas o par está sempre junto. E essa *sussia* por muito tempo se dançou aqui na Ilha, só que foi se perdendo isso, ninguém fez mais novos grupos.

Para nossos dois entrevistados o culto à Nossa Senhora do Rosário além de uma manifestação cultural também é resistência. É resistência na medida em que buscava-se afirmar

a historicidade dos seus antepassados por se tratar de uma santa do congado. Fátima verbaliza sobre uma outra manifestação cultural que era a Roda de São Gonçalo:

> Aí, se tinha outra expressão que era a *Roda de São Gonçalo*, mas ela não era muito típica aqui na nossa Comunidade. Ela é mais comum no Maranhão. Ela é uma dança para a chuva. É muito bonita a Roda de São Gonçalo, uma expressão cultural muito bacana.

A título de exemplificação, a Roda de São Gonçalo é uma manifestação religiosa, produto do catolicismo popular, realizada sobre a forma de dança e é uma homenagem a São Gonçalo do Amarante e foi introduzida no Brasil pelos primeiros colonizadores portugueses.

Quanto à Nossa Senhora do Rosário, Fátima, externaliza que a Santa representa uma identidade cultural para a Comunidade e isto foi levado em consideração pela Fundação Cultural Palmares no momento da certificação de comunidade quilombola. Vejamos:

> essa Santa foi outro ponto de resgate de nossa identidade cultural, porque a Fundação Cultural Palmares ela busca todos esses resquícios. *Nossa Senhora do Rosário representa um símbolo que fortalece a nossa identidade cultural.* Hoje, assim, eu, a Rosa e o Jorlando que viajamos mais e convivemos com outras comunidades a gente vem tentando resgatar algumas danças, algumas músicas. (FÁTIMA, 2017).

Dentro desse contexto, temos que Nossa Senhora do Rosário é uma manifestação cultural, quando ao mesmo tempo ela é uma forma de resistência que alude às religiões de matriz africana; como também, ela é elemento que atribui identidade histórica para esta Comunidade e é expressão do modo de vida destes sujeitos. Um outro culto religioso presente no cotidiano da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é o festejo de São José. O patriarca da Comunidade, expressa que

> o festejo de Nossa Senhora do Rosário é agora no segundo domingo de outubro. Vem muita gente, tem a procissão. Veio do velho meu avó, depois para o meu pai e hoje eu tomo de conta. Todo ano tem. E tem o festejo de São José também, em março. Todos aqui na Comunidade.

Podemos perceber que a religiosidade mantem-se viva junto à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e estes procuram assegurá-la pois é reflexo de como gerem as suas vidas de forma simbólica. Este dado religioso, através destes festejos, vem afirmar a identidade quilombola neste território em que ocupam. Para Malcher (2000, p. 10), "o território perpassa pela condição simbólica e material e este, na condição de território étnico, ao longo do tempo, tem assegurado o sentimento de pertencimento a um lugar e a um grupo, a posse coletiva da terra e o desenvolvimento coletivo da mesma".

A simbologia vai além dos objetos em si, ou seja, o simbólico se assenta na vida comum, no dia-a-dia dos membros de uma comunidade quilombola. Fátima, em sua fala, contextualiza sobre o tambor de crioula. O tambor significa uma expressão de identidade, de luta e de resistência. Para ela, o tambor é elemento que fortifica, de um modo em geral, as comunidades

quilombolas, mas no caso em particular da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, esta prática não ocorre pelo fato do processo de aculturação que sofreram e por terem sido um grupo pequeno de escravos.

> Porque o tambor para a gente é a nossa ancestralidade, a nossa raiz, é o tambor que fez com que os quilombos se erguessem. A luta ficou fortalecida nos quilombos a partir do tambor. *O tambor é uma ferramenta de luta de expressão, de força das comunidades*. E é por isso que a gente respeita o tambor. (FÁTIMA, 2017).

Sobre a sua experiência particular, Fátima, reitera que:

> Eu mesmo tenho uma experiência muito grande com tambor de crioula, eu milito no Maranhão, lá teve esse resgate do tambor de crioula, os homens batem o tambor e as mulheres dançam. Só que lá a gente dança somente em nossas festas na própria comunidade, a gente não dança em outras festas e nem em outros locais. Para prefeitura, turistas.... nada disso a gente faz.

O tambor de crioula tipicamente conhecido nas comunidades negras no Estado do Maranhão e é considerado um patrimônio cultural imaterial da sociedade brasileira e trata-se de uma manifestação em louvor a São Benedito. O reconhecimento de patrimônio cultural imaterial ocorreu em 2007 pelo IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

> Embora não seja possível apurar com exatidão as origens históricas do tambor de crioula, na memória dos brincantes mais velhos e em fontes históricas, podem se encontrar registradas, desde o século XIX, referências a cultos religiosos concebidos como formas de lazer, devoção e resistência. (FIGUEIREDO e OLIVEIRA, 2012).

Temos aqui o entendimento de nossa entrevistada acerca do tambor de crioula. Este representa resistência e luta contra um sistema opressor que massacrou as populações escravas de nosso País. A história é sempre elemento estruturante da subjetividade e dos ideários de luta e de resistência dos quilombolas. O tambor é a prova viva de que estes sujeitos se autodefinem e se reconhecessem como descendentes de escravos. O tambor vem na contramão desta sociedade que busca alienar e enquadrar os sujeitos enquanto não protagonistas de suas próprias histórias de vida.

Fátima entende que a sua comunidade, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, hoje, possui uma expressividade cultural significativa para a região e que apesar de seus ancestrais que aqui chegaram terem sido poucos e terem perdido muito de sua identidade, pois a colonização deixa marcas e isso afetou diretamente estes sujeitos que tinham modos específicos de vida.

> Em suma, eu vejo que as expressões culturais, aqui de nossa Comunidade, passou por toda essa desconstrução em virtude de ter-se vindo poucos remanescentes, éramos 8 no total. O que se manteve foi a parte religiosa, inclusive o nosso Festejo está crescendo, esse ano de 2016 foi bastante gente, vamos construir a nossa Igreja aqui na Comunidade. (FÁTIMA, 2017).

Como perceptível na fala de nossa entrevistada, a herança cultural do tambor de crioula na Ilha São Vicente não se manteve pelo fato de terem sido poucos escravos que aqui chegaram além do fato do processo de aculturação e de assujeitamento que os mesmos sofreram. No entanto, tem-se que os festejos de Nossa Senhora do Rosário e de São José se manteve e se mantém como muita força, pois os mesmos são um legado dos ancestrais que chegaram na Ilha São Vicente.

É nítido o entendimento de que a cultura é a própria vida destes sujeitos, conforme as exposições de nossos entrevistados e mediante as observações *in loco* na Comunidade. A vida destes sujeitos tem sido construída em suas interações cotidianas, com o uso respeitoso para com a terra, para com o meio ambiente. O sentido coletivo é elemento ímpar que os diferencia dos demais grupos humanos nessa sociedade massificadora e alienadora.

Para Leite (2000, p. 334), todas as manifestações de defesa da cultura, da identidade e do território são estratégias e premissas que devem estar na base de uma relação dentro de uma comunidade quilombola. Como já expresso acima, o coletivo e o bem comum é o que os diferenciam dos demais grupos sociais.

A troca de informações em outras comunidades e a sua militância política, Fátima, contempla e coaduna com outras culturas de outras comunidades quilombolas em âmbito nacional. A sua busca de conhecimento e de direitos vai além de sua própria Comunidade e ela se reconhece em outros quilombolas, pois as marcas das heranças históricas dos negros escravos são comuns. A respeito disso,

> nas minhas viagens, lá no Rio de Janeiro, eles tem o Jongo, é uma dança que antecede ao samba. Como se fosse a raiz do samba, o Jongo. É uma dança africana também. Eles usam a expressão: fazer o jogo do Jongo, eles não falam dança, e sim jogar o jongo. Lá eles cobram quando vão se apresentar em outros locais, algumas comunidades cobram. (FÁTIMA, 2017).

A mesma prossegue sobre a experiência do tambor de Crioula no Maranhão:

> No Maranhão, muitas comunidades quilombolas, por mais que os escravos fossem de diversas partes da África, eles conseguiram manter o tambor de crioula, a religião de matriz africana, porque eles eram grupos grandes. Só que aqui no Maranhão, não tem quem faça a gente apresentar o tambor de crioula fora de nossa comunidade. A gente não cobra e por dinheiro nenhum a gente vai se apresentar em outros locais. (FÁTIMA, 2017).

Acima, temos que Fátima, realiza um contraponto quanto à questão cultural presentes nas comunidades quilombolas. No caso do Rio de Janeiro, tem-se o Jongo e algumas comunidades comercializam as suas respectivas apresentações; no caso do Maranhão, nas Comunidades em que tem contato, Fátima, expressa não haver a comercialização das práticas culturais, no caso o Tambor de Crioula. Isto se deve ao fato de que cada Comunidade busca

gerir seus territórios de forma a valorizarem os seus traços culturais e acima de tudo ter representatividade no contexto local em que estão inseridos. Não se trata da comercialização e da mercantilização cultural, como nossa entrevistada afirma, mas de que os elementos de cada Comunidade são construídos por cada sujeito que partilha daquele modo de vida em específico.

Em suas interações e experiências culturais, Fátima, avalia de forma positiva as marcas, os elementos, os modos de vida e o místico, o simbólico que se fazem presentes na discussão de cultura quando se problematiza uma comunidade quilombola. Em nossas observações, temos que a cultura é a máxima expressão de uma organização coletiva em prol do bem comum e que não busca alienar-se nessa sociedade que busca mistificar a realidade social e apaziguar as desigualdades que são estruturantes desta própria forma de "organização social".

Mais uma vez contextualizamos que cultura quilombola não se limita à manifestações culturais. A cultura está no seu dia a dia, em tudo o que fazem. No plantio, na pesca, no modo de viver, de compartilhar a terra, em tudo está a cultura e um modo de vida específico que os fazem quilombolas. A identidade quilombola e a sua cultura está em tudo e em todos. Isso é o que permite e visibiliza um sujeito quilombola dentro de um contexto de totalidade.

Afirmar a luta de uma comunidade quilombola é uma expressão de eloquência e de necessidade na medida em que valoramos os seus modos de vida e a forma como estes sujeitos passaram a ocupar o território que ocupam. A visibilidade de uma comunidade quilombola é elemento conjuntural máximo de análise e de reconhecimento, pois aqui neste País foram muitos e muitos anos de escravidão.

A cidade de Araguatins- TO carrega uma história cultural muito grande pelo fato de ter aqui uma Comunidade Quilombola que a ergueu. O ganho para a sociedade é imensurável. A importância cultural deve ser preservada nesta região e estes sujeitos quilombolas necessitam terem um direcionamento e a materialização de seus anseios e de seus projetos de vida. A entrevistada reconhecesse que

> a história da Ilha São Vicente, hoje, ela é tão importante que quando você coloca o nome de Araguatins na internet...o primeiro nome que aparece é Ilha São Vicente... a Ilha São Vicente é a segunda maior ilha fluvial do Brasil, só é menor que a Ilha do Bananal. A Ilha possui uma importância histórica e cultural para Araguatins, para o Bico do Papagaio, para o Brasil e para o mundo. Nós somos parte dessa história, nós somos esta história e abrimos esta história para as pessoas... e cada vez mais a gente socializa esta história a fim de que todos tenham acesso...para que todos saibam que somos remanescentes e que o Brasil e o mundo saiba disso. Isso para a gente é fundamental. (FÁTIMA, 2017).

O sentimento de pertencimento em ser remanescente escravos que deram o seu sangue em prol de liberdade é marca de luta e de resistência como perceptível acima na fala de nossa entrevistada. Para Fátima, a história de Araguatins- TO é a história de sua vida, é a história de

dias melhores e de reconhecimento de seus traços e elementos culturais que foram construídos com o tempo.

A importância histórica, social e cultural da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente está sendo reiterada aqui a todo instante. Foi-se perceptível, em nossas visitas, o sentimento de pertencimento e a matriz cultural que este grupo carrega consigo. A unicidade de um povo só, a familiaridade e o desejo de dias melhores é dado recorrente nas falas dos moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Aqui, cabe o destaque onde

> a terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas, fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada. Nesse contexto, o território para essas comunidades não se constitui apenas como uma extensão territorial. Ele é uma porção do espaço geográfico onde ocorre tanto a produção material, quanto a produção dos significados simbólicos e culturais da comunidade, em que as várias dimensões da vida do ser quilombola se entrelaçam e segundo Gusmão (1999), ela constitui também um patrimônio comum e, por isso, difere-se de outras terras de outros grupos. (MALCHER, 200, p. 14).

Para Fátima e para o Sr. Salvador, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é um legado de suas vidas e de seus antepassados. A riqueza simbólica é uma marca que está no cotidiano destes sujeitos e que está em constante processo de realimentação a fim de que as histórias sejam relembradas e a identidade seja a cada dia mais afirmada.

O uso coletivo da terra, a criação de animais, as trocas entre os moradores da Ilha são expressões de que estes sujeitos quilombolas partilham de uma vivência em comum e de uma identidade que se assenta na valorização da história e da cultura dos mesmos. Abaixo, vamos ilustrar duas lendas acerca da temática cultural, uma referente à criança de animais e a outra sobre o plantio de árvores.

O patriarca da Comunidade, Sr. Salvador, cita sobre a criação de porcos na Comunidade, vejamos:

> Aqui na Ilha, quando meu avô veio para cá, eles criavam muitos porcos, eram muitos mais muitos porcos que é tanto que eles ficaram bravos, que criou-se uma segunda espécie, um porco que era manso mas que tronou-se bravo, selvagem. E existem desses porcos aqui na Ilha, mais próximo da Lagoa é fácil de se encontrar eles. E inclusive estes porcos são considerados um dos marcos históricos de nossa Comunidade... Tudo isso faz parte do nosso fazer, da nossa vivência e a gente aprende a viver no território.

A cultura se assenta na relação de que os quilombolas fazem com o seu território, ou seja, como na fala do Sr. Salvador, a cultura era também a manutenção da própria sobrevivência através da criação de animais e de forma específica teve-se uma subespécie de porcos que é característica da Comunidade como explicitado na citação infrarrelacionada. Outro ponto que merece destaque é a lenda em torno do plantio de uma árvore quando uma criança nascia na Comunidade. Neste contexto, vejamos a história do pé de caju na Comunidade.

> No passado a gente tinha aqui tipo uma lenda, que quando uma criança nascia eles (meus avós, meus bisavós) plantavam uma árvore. Era como se fosse uma pessoa nascer junto com árvore e aqui se tinha várias dessas árvores, depois que foram cortadas. Teve uma árvore que foi plantada na década de 1930, quando a Tia Domingas nasceu, foi plantado um pé de caju perto da casa do Tio Pedro, esse pé de caju sobreviveu até um certo tempo, agora que ele ta morrendo. Na época em que nós fizemos a pesquisa antropológica, esse pé de caju foi tido como um marco de nosso território. Meu tio ainda está tentando salvar esse pé, mas ele já está muito velho. (FÁTIMA, 2017).

Fátima problematiza que a memória necessita ser constantemente realimentada junto aos moradores da Comunidade. Para isso, ela tem um projeto de reconstrução de memória, a partir do plantio de árvores, e somado a isso se tem a ideia de preservação ambiental. Ou seja, a cultura necessita ser realimentada a fim de a história dos antepassados se mantenha viva e que as novas gerações possam tomar conhecimento acerca da própria história deste quilombola nesta região que estamos problematizando. A memória nesse contexto é fonte de informação essencial e que permitirá a manutenção da herança cultural dos quilombolas da Ilha São Vicente.

Mais uma vez, Fátima, nos chama a atenção para a mobilização política da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente no sentido do fortalecimento da cultura e da preservação da identidade dos moradores da Ilha, vejamos:

> Só que tem um detalhe... Em 2013 quando abrimos a pesquisa antropológica, feita por uma Universidade Federal e pelo INCRA e nisso nós fizemos um encontro de vários pesquisadores aqui e nós fizemos a nossa cartografia, nosso mapa, é o momento em que a Comunidade desenha o seu território, relembra toda a sua história, faz todos os desenhos, monta como era este território... e a partir disso esses desenhos se transformam em mapas... Eles batem o GPS... os pontos... tira as fotos de satélite e faz o mapa...isso em 2013...

Este ponto expressa fielmente o sentimento de coletividade e de organização dos moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. A construção da cartografia, ou seja, o mapa da Comunidade, é onde o grupo se reúne e ilustra a sua história antepassada e os caminhos que a família remanescente seguiu ao longo das décadas que aqui viveram. A construção desta cartografia permitiu aos quilombolas se (re)conhecerem enquanto sujeitos que buscam a defesa do território que vivem.

É nítido como a organização identitária e política do moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente busca defender o seu território e se afirmar constantemente neste. O cultural, o simbólico e o imaterial está na base das relações dos moradores e estes coletivizam o que produzem a fim de manter-se viva a união e o sentimento de pertencimento em suas interações cotidianas.

A cultura e a identidade se entrelaçam nos estudos que remetem às questões quilombolas. A identidade como modo de vida é a expressão da organização social, territorial

e econômica de uma Comunidade. Para Fátima, a identidade deve ser fortalecida para a luta cotidiana seja fortalecida e as adversidades sejam enfrentadas. A respeito disso, a nossa entrevistada faz algumas ponderações, vejamos:

> outro desafio que lutamos é tentar despertar em nós remanescentes um sentimento de pertencimento... Eu sou remanescente, eu sou quilombola e isso é muito difícil despertar nas pessoas.

Fazemos um destaque aqui no "porque" desta dificuldade

> porque a história do negro brasileiro foi a de que nós nos envergonhássemos de nossa origem, todo mundo que tem uma gota de sangue negro tenta negar isso para si mesmo porque isso foi construído. Nunca se falou de pessoas negras guerreiras, nas escolas era um martírio, tinha vezes que os meninos negros não queriam se apresentar e se tinha que pintar os meninos brancos de negros, porque as crianças negras não se viam enquanto negros. A identidade negra passava por um estado de se negar a isso mesmo. (FÁTIMA, 2017).

Fátima considera-se uma vitoriosa e uma guerreira e que tenta defender o seu território e a sua cultura em todos os momentos e em todos os espaços que ocupa. É visível, através das visitas *in loco* na Comunidade, a sua força de vontade e a crítica a todo um sistema que aliena e coisifica as relações sociais em nossa sociedade. A respeito dos direitos dos quilombolas no tocante à defesa da educação, Fátima, cita sobre as políticas de cotas, e para esta as mesmas tiveram um papel fundamental na afirmação da identidade quilombola.

> Uma coisa que foi importante para se levar a bandeira e se dizer que: *"Eu sou quilombola*" foram as políticas afirmativas. Isso possibilitou aos jovens se reconheceram enquanto tais e a os levarem a buscar entender a sua história e ir atrás de seus direitos. Quando eu falo de cotas, de políticas afirmativas...isso não é um privilegio...isso é um direito...e quando a gente entende esse direito a gente se liberta desses processos de exclusão e visibiliza a nossa identidade.

Por mais que o Estado seja moroso e retardatário em alguns processos, principalmente quanto à titulação das terras quilombolas, as políticas de cotas representam um avanço significativo para as pessoas que possuem e carregam consigo elementos tradicionais e étnicos em suas histórias de vida. Não se trata de privilégios, como expresso na fala de nossa entrevistada, mas sim de um reconhecimento de direitos e de sanar uma dívida histórica com sujeitos que levantaram esta nação e muito fizeram pelo Brasil.

A defesa de direitos, a defesa da cultura, a defesa do espaço que ocupam, a defesa e a luta de conquista por mais política públicas está na pauta dos quilombolas. A cultura é a expressão de vida e a razão de existir destes sujeitos que usam a terra para sobreviverem em meio a esta sociedade que explora o homem pelo homem e busca a todo instante a geração de lucro e de acúmulo de capital.

Um outro elemento que é importante citar é sobre a cultura do cultivo que foi passada de geração para geração como um meio de sobrevivência, como podemos perceber na citação abaixo:

> Plantava-se muita banana, mandioca, e eles faziam muita farinha e comercializavam. A geração do meu tataravô, a geração do meu bisavô, a geração do meu avô eles viviam da venda da farinha. Eles falavam que era a *"farinha dos Henriques*", como eles não podiam plantar o arroz e o milho devido à saúva, eles migraram aqui para as terras de frente, para o sul do Pará, eles construíam um local chamado de "Do Centro", eu ainda conheci, onde o Tio Joarez morava, e nesse centro eles começaram a fazer as roças de arroz. (FÁTIMA, 2017).

A "farinha dos Henriques" é outro legado cultural na história da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Os ensinamentos foram passados de geração para geração e, hoje, a produção da farinha, de forma artesanal, é o reflexo do modo de organização de uma sociedade que produz para a sua sobrevivência e para a perpetuação de suas heranças históricas.

> A gente planta o feijão, a mandioca, o milho. Aqui tudo dá. O feijão ali tá uma beleza, não sei como vou colher, porque não queria cortar os pés, eles estão muito próximos. Criamos galinha, porco dá muito trabalho, muita despeja, ele é criado preso, porque tem os caçadores por aqui aí a gente tem medo. (SALVADOR, 2017).

O Sr. Salvador cita sobre a enorme quantidade de saúva que se tinha Ilha e que ainda tem. A saúva é uma formiga que mata as roças e impede a produção de milho, de arroz e de demais cereais. Para o controle da saúva, os quilombolas utilizavam o gergelim, mas a enorme quantidade desta formiga era um entrave à produção familiar na Ilha.

Temos que as estratégias e as habilidades para a manutenção da vida na Ilha São Vicente foram construídas por seus moradores e os mesmos concebem suas práticas como atitudes que expressam a gestão de suas produções de forma a sempre se pautarem na preservação do território e na identidade da família dos ex-escravos que aqui chegaram. Para o Sr. Salvador, patriarca da Comunidade, este afirma e reafirma que nunca desistiu do espaço territorial que ocupa, pois este espaço é produto do esforço de seus antepassados que muito tiveram os seus direitos violados.

Ainda, queremos expressar com veemência acerca do interesse em se conhecer a história da família Barros por parte de nossos sujeitos pesquisados. O interesse pela história da família é elemento que atribui uma identidade cultural para estes quilombolas e a nossa entrevistada Fátima atem-se bastante a este fator uma vez que para ela os quilombolas que ali residem possuem uma história de vida em comum e uma ancestralidade que necessita ser reverenciada a todo momento.

O entendimento acerca da história de vida deste povo e de sua cultura preserva a identidade dos quilombolas da Ilha São Vicente. Cultura esta que procura se manter preservada

e viva na memória dos moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente a fim de que o legado cultural e a força de um povo guerreiro seja a história deste Município de Araguatins-TO. Outro elemento de herança cultural junto aos remanescentes é a história do "Henrique Cacete". Sobre isso, a nossa entrevistada Fátima contextualiza:

> Vicente Bernardino tinha um filho que se chamava Henrique e o meu bisavô também era chamado de Henrique, o nome certo era Julião Henrique, mas chamavam ele somente de Henrique. Como os nomes eram iguais, quando Vicente Bernardino chamava o seu filho Henrique, o outro Henrique também ia...kkk...aí o Vicente Bernardino passou a chamar o meu bisavô de Henrique Cacete que não era para misturar com o nome do filho dele.

O patriarca da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente também comenta sobre este mesmo assunto, vejamos em sua fala:

> O Henrique Cacete era meu avô, colocaram esta diferença, porque Vicente Bernardino tinha um filho que se chamava Henrique, aí quando ele chamava "Henrique" vinha o escravo e quando chamava o escravo vinha o filho dele, aí ele apelidou o escravo de "Henrique Cacête". Eu não cheguei a conhecer o meu avô. (SALVADOR, 2017).

A história do "Henrique Cacete" é dotada de uma importância identitária para estes quilombolas da Ilha São Vicente. É o retrato fiel da descendência de escravos e uma característica cultural muito valorizada pelos moradores da Comunidades. Como perceptível nas visitas *in loco* à Comunidade, esta história do "Henrique Cacete" é conhecida por muitos moradores e sempre socializada nas rodas de conversa na Ilha.

Temos que o conhecimento sobre as suas próprias histórias de vida é marca e traço cultural presente no cotidiano destes sujeitos. Se afirmarem enquanto tais é uma forma de visibilizar as suas culturas enquanto manifestações de tradições, enquanto identidade própria, enquanto espaço de resistência e de luta nessa sociedade exploradora; em suma, a cultura e as histórias que aqui buscamos contextualizar está na base de vida e da própria historicidade da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

É notório, mais uma vez, reverberarmos sobre a importância do conteúdo das entrevistas que nos foram coletadas. A eloqüência da fala de Fátima e os aspectos da fala do Sr. Salvador, o Patriarca da Comunidade, expressa o comprometimento social e político junto de sua Comunidade. Comunidade esta que busca a todo dia valorizar os traços de sua cultura e a incorporar valores e transmiti-los e socializá-los cada vez mais.

Assim sendo, buscamos apresentar nesta subseção aspectos referentes à cultura enquanto um modo de vida, enquanto um sistema simbólico de valorização da identidade e do território em que ocupam. Cultura, também, que se expressa em manifestações culturais e/ou artísticas, cultura que versa sobre os meios de subsistência e cultura que é resistência, que é mobilização política que visa a melhores condições de vida e de respeito. Na subseção seguinte,

traremos desafios e perspectivas da vida cotidiana dos moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

5.2 DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO COTIDIANO DA ILHA SÃO VICENTE

O cotidiano é a representação social do dia-a-dia, ou seja, diz respeito a uma rotina a que determinado grupo social ou mesmo pessoas isoladas estão acostumadas a viver. Contudo, a teoria da cotidianidade busca ir além dos aspectos do senso comum e trazer novos elementos de se pensar o cotidiano. Para Heller (1977) a vida cotidiana é a constituição e a reprodução do próprio indivíduo, ou seja, ele se realiza em sua objetivações que é a própria ação do homem sobre um determinado objeto.

Heller (1977) desenvolve uma teoria sobre a vida cotidiana que ultrapassa o senso comum e procura discutir aspectos que foram menosprezados pela filosofia e pelas ciências sociais. A autora procura destacar a relação entre o homem-natureza e o homem-homem, ou seja, atém-se ao fato da humanização do homem no decorrer do processo histórico.

O homem da vida cotidiana é o homem que carrega consigo as suas individualidades e é ao mesmo tempo, o indivíduo, voltado para as atividades necessárias à sua sobrevivência. No seu dia-a-dia todos os seus sentidos estão postos, as capacidades manipulativas e intelectuais assim como seus sentimentos e paixões.

É na vida cotidiana que as ideias de revolução, rebeldia e dominação se confluem e se desdobram, pois é aqui na vida cotidiana que a sociedade adquire existência concreta. As objetivações são construídas no diário e nas teleologias que o homem busca perquirir, neste sentido, todas as ações humanas estão direcionadas para um fim e a dimensão subjetiva ganha destaque quando o sujeito se projeta no que se faz.

A vida cotidiana é a plena realização do homem. Seja através de sua vivência em grupo, ou até mesmo de forma individual as relações sociais estão sendo sempre estabelecidas e (re)configuradas a todo instante. A vida cotidiana, para Heller (2002) é a vida do homem por inteiro. Nela se apresentam aspectos da totalidade das atividades humanas que vai desde a arte e a ciência até as instituições sociais presentes em seu meio. É na vida cotidiana que a vida humana é desenvolvida.

A vida cotidiana também está assentada em um sistema de mediações e de objetivações que se fazem presentes na vida do homem. A assimilação dos aspectos do real está em um constante fluxo de informações e de elementos que são ao mesmo tempo sociais, econômicos e culturais. Para Luckács (2002 apud GUIMARÃES, 2002) é na vida cotidiana que o trabalho, a

linguagem, o pensamento, o sentimento vão balizar e objetivar a vida do homem. Diferentemente dos animais, o homem idealiza uma ação e a planeja e a põe em prática com o seu mundo exterior. O pensamento cotidiano se funda no trabalho e na linguagem e possui uma interação com a ciência, com a arte e com a estética.

> Portanto, para se entender o pensamento da vida cotidiana, importa visualizá-lo a partir da interação simultânea com os reflexos científicos e estético-artísticos, considerando que estas três dimensões refletem a mesma realidade, considerando que esta, sob o enfoque do materialismo dialético, é única e unitária. Nas palavras de Lukács "os reflexos reais surgem na interação do homem com o mundo externo". (GUIMARÃES, 2002, p. 32).

Para Heller (1970, p. 18) "o homem já nasce inserido em sua cotidianidade". O primeiro lócus de inserção do homem na vida cotidiana acontece na família. É nesta que o homem se insere pela sua existência e experiência. Atos e valores são incorporados no dia a dia e na vida em comunidade e os sentidos são produzidos e refletidos no meio social.

O cotidiano é o espaço do homem por inteiro e as suas interações é que permitem a construção e a desconstrução de valores e de significados em suas relações. Em virtude disso, a inserção no cotidiano acontece de forma dialética, pois os valores se dão de forma positiva e negativa ao mesmo tempo e muitos aspectos se fazem presentes neste meio. Sendo assim, o cotidiano poderá ser reinventado, desconstruído, desaprendido e transformado.

Em algum momento os grupos sociais vão se agrupando e compartilhando de vivências e de experiências e isso possibilita a construção de modos de vida aliados aos aspectos da cotidianidade. As formas relacionais tendo-se em vistas a reprodução física e social em algum momento se coadunam a fim de permitir a sobrevivência de um determinado grupo social e isso expressa as suas formas de vida. Sobre isso

> os grupos sociais vão se configurando de acordo com o movimento dos seus indivíduos dentro deles, ao mesmo tempo esses indivíduos se movimentam num espaço prefigurado, no qual terão menor ou maior dificuldade em transformar-se. Somos seres sociais, predestinados a comungar com todos os outros a nossa existência, pelo menos em alguns aspectos. (FERNANDES, 2002, p. 39).

Uma comunidade quilombola pode ser entendida como o reflexo de um modo de vida específico e que tem na vida cotidiana um espaço de socialização de transmissão de valores. A vida cotidiana é o desenho de como as relações são tecidas em um dado grupo social e esta organização expressa aspectos de suas vidas e de suas visões de mundo.

> As relações humanas estão permeadas pelas contradições sociais e individuais, assim imbricam-se em constantes conflitos que, por vezes, não se resolvem de forma imediata. Há uma necessária reconstrução da forma de viver em grupo que se precisará aprender. Talvez uma desconstrução da forma inicial da vida em grupo seja o caminho para novas perspectivas de formas relacionais. (FERNANDES, 2002, p. 39).

Conforme o ensinamento de Fernandes (2002), é dentro do cotidiano que os sentidos e as práticas de uma comunidade são postos em prática e as relações sociais vão se desenhando no espaço em que ocupam. É no cotidiano que encontramos os dilemas, os conflitos e a reconstrução da vida está em constante transformação.

A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente ocupa uma área de 34 hectares de terra dentro da Ilha São Vicente e a mesma é localizada no Rio Araguaia. Dentre esta área, há um total de 36 lotes que foram divididos entre os moradores para que estes organizassem as suas produções e dali extraíssem o básico para a sua sobrevivência.

A Comunidade, mediante as visitas *in loco*, apresenta-se bastante organizada coletivamente e politicamente e isso é um dado que merece destaque em nossa análise. Dessa forma, temos que o espaço físico que estes quilombolas utilizam permite a manutenção de sua cultura e de suas tradições. Nos parágrafos subsequentes traremos aspectos de atividades cotidianas que estão na base dos quilombolas da Ilha São Vicente como o cultivo, as atividades laborais cotidianas, as perspectivas de vida, desafios que enfrentam em seu dia-a-dia.

Fátima faz uma explanação sobre o cultivo na Comunidade:

> Mas aqui nos plantamos a mandioca, banana, eu fiz uma experiência com o abacaxi, tudo em pequena escala, apensas mil mudas de abacaxi. Também plantamos algumas árvores frutíferas e também o milho e o arroz, mas pouca escala. O modelo aqui é de agricultura familiar e nós estamos tentando entrar em um processo de se trabalhar com a agroecologia tentando respeitar a terra, o meio ambiente, tentando retirar o mínimo da vegetação nativa. O Jorlando começou esta experiência da agroecologia e pretendemos seguir com isso a fim de preservar o habitat original da Ilha. As famílias que vivem aqui, os filhos que estudam vão para a escola na cidade, temos a lança escolar que os levam.

Ainda, quanto às atividades cotidianas, Fátima prossegue:

> No dia a dia, fazemos o azeite, carvão para fazermos a comida, cozinhamos com lenha, fazemos um chocolate natural feito com cacau sem produto nenhum industrializado, temos fornos dentro do cupim, e essas coisas fazem parte de nosso cotidiano que a gente faz assim como nossos antepassados faziam.

Como extraímos da fala de Fátima, o fazer cotidiano busca atender as suas necessidades básicas dos quilombolas a fim de que estes desfrutem de um mínimo de sobrevivência retirando da natureza o seu próprio sustento. Neste meio temos que as relações sociais são parametradas pelas necessidades dos sujeitos e pela consciência dos mesmos. Atividades de produção e demais atividades laborativas em uma comunidade são construídas de forma coletiva e é no dia a dia que as práticas vão ganhando sentido e são socializadas entre os membros de um determinado meio social.

A busca da sobrevivência no cotidiano não se assenta na exploração dos moradores desta Comunidade Quilombola. E, isto é o que os diferencia dos demais grupos humanos que visa a

exploração do homem pelo homem nesse sistema capitalista. A busca e a defesa do sentimento de coletividade está na base das relações sociais de uma comunidade quilombola e este fator necessita ser elucidado a fim de que não se caia em imprecisões no que se refere à gestão da vida social quando se discute quilombo.

A atividade de pesca, na Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, não é uma prática de manutenção de sustento e nem corriqueira, como podemos perceber abaixo na fala de nossa entrevistada Fátima:

> Nós não somos uma Comunidade de pescadores, nós temos a prática da pesca, mas nós não vivemos da pesca. Mas meus primos e tios ainda pescam no anzol, saem na canoa, o processo de mariscar que é a pesca com o anzol, que é menos predatória.

O Sr. Salvador, o patriarca da Comunidade, diz que:

> Eu entendo que o velho, meu avô, que era o escravo, ele cassava nesta terra de ponta a ponta, marsicava de ponta a ponta, arrudiava a Ilha pescando, neste tempo tinha muito peixe. Quando eu tinha uns 15 anos eu comecei a pescar de ispinheu, eu pegava peixe quase da minha altura de todo peixe.

A riqueza que estes quilombolas herdaram de seus antepassados é característica presente na fala de nossos entrevistados. A forma como estes absorveram este sentimento de respeito ao meio ambiente e à natureza além da preservação da cultura de um grupo é o retrato fiel de que estes sujeitos possuem uma trajetória de vida própria que busca não se alienar nesse sistema capitalista que desumaniza o homem. Como visto, a atividade da pesca não é um meio de sobrevivência da Comunidade, mas que está também presente no cotidiano destes sujeitos uma vez que é uma tradição dos antepassados que chegaram nesta localidade.

O patriarca da Comunidade realiza um tipo de extrativismo a partir do coco babaçu, onde tem-se um adubo a partir da putrificação da palmeira e este adubo é comercializado na cidade e também é de uso coletivo na Comunidade. Na Comunidade, comercializa-se um produto a fim de se obter algum rendimento que possa colaborar na manutenção da sobrevivência do grupo, mas antes de se comercializar algo, as coisas são utilizadas precipuamente pelos moradores que ali residem. A respeito disso, o patriarca da Comunidade reitera que:

> O paú eu sempre vendo. Dá muito trabalho e é perigoso, cobra, piolho de cobra. Uma vez eu levei um saco de paú para uma mulher e quando ela despejou o saco... tinha duas cobras dentro e eu não vi essas cobras não que eu amarrei o saco. Tem que ter cuidado. Muito bom o adubo, macio, custa 15 reais, serve para toda planta. (SALVADOR, 2017).

Os quilombolas buscam na sua relação com a natureza a defesa desta e a busca de um equilíbrio de onde dali extraem o mínimo para a sua sobrevivência. Isso é o que os diferencia dos homens neste sistema capitalista que busca a exploração de tudo em busca da ampliação de

capital. A defesa do meio ambiente é antes de mais nada a principal preocupação e somente de forma equilibrada que extraem dali o mínimo necessário para as suas sobrevivências.

As práticas sociais vão atribuindo identidade e um sentimento de pertencimento aos grupos sociais e, no caso de uma Comunidade Quilombola, isso é muito evidente. "A identidade pessoal e seu fortalecimento passa por esta mediação com contexto, com os grupos onde cada um se faz pertencente". (FERNANDES, 2002, p. 43). É na coletividade que uma comunidade quilombola se fortalece e é na coletividade que a mesma é reconhecida e é na coletividade que a mesma fortalece os laços de pertencimento e as marcas e as expressões da vida cotidiana são identificadas.

Fátima, durante a entrevista, considera que o babaçu é um elemento da natureza que possui relação direta com a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. Para ela: "O babaçu é parte de nossa vida, ele é presente em nosso cotidiano". Já o Sr. Salvador, a respeito do assunto considera que: "Nós quebra o coco, tira o leite, faz o carvão do coco. O babaçu é muito importante para a gente".

A exploração econômica na Ilha de São Vicente é elemento de crítica que os quilombolas possuem o discernimento e se posicionam contra isso. Crítica contra a exploração desenfreada da Ilha na criação de animais, no uso intensivo da agricultura. Estes fatores são elementos que preocupam os quilombolas que ali residem. Como visto na fala de nossos entrevistados, o babaçu é faz parte da vida dos mesmos e somente no espaço em que estão encontra-se o babaçu. Nos demais espaços que estão com os fazendeiros que se apossaram da Ilha não se existe mais vegetação nativa. Para a construção das casas, a Comunidade Ilha São Vicente utiliza a madeira da própria Ilha, mas tudo com respeito ao meio ambiente e com a preocupação de reflorestarem a Ilha.

Uma história de vida é reflexo de sua passado e das escolhas feitas por um grupo. O tempo e o espaço são o placo onde as relações sociais são estabelecidas e onde os grupos humanos materializam seus modos de vida. A particularidade da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é encontrada em seus aspectos de vida cotidiana, que vão desde as suas plantações, às suas manifestações religiosas, à forma como gerem os seus territórios e toda uma gama de significados que os sustentam e os reafirmam enquanto quilombolas.

Fernandes (2002) contextualiza que ao se caracterizar um determinado grupo social temos que encontrar o seu significado social para a expressão das suas individualidades e somado a isso tem-se o sentido libertário, ou seja, a sua base de afirmação enquanto grupo social que busca consolidar estratégias de fortalecimento do ser social.

> A característica vincular dos grupos se manifesta numa rede emaranhada pela complexidade das subjetividades de diferentes pessoas que se ocupam do mesmo espaço. Isto não será definido por um número de indivíduos, nem pela soma total destes. É um emaranhado complexo, dinâmico, de integração de interesses, mas que ao mesmo tempo não significa homogeneização dos sujeitos. (FERNANDES, 2002, p. 44).

Quanto aos desafios presentes na vivência cotidiana da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, Fátima, considera que o abandono do Estado e a sua omissão é um grande entrave para eles possam viver e desfrutar de melhores condições de vida. Desse modo,

> pode dizer que um dos maiores desafios é o próprio abandono do Estado. Nós entendemos que o Estado brasileiro é extremamente omisso com as Comunidades Quilombolas. E eu me refiro às 5.000 comunidades quilombolas no Brasil e não somente à Ilha São Vicente. Temos apenas 150 comunidades com terras tituladas. Nós não temos nem 10% dos territórios quilombolas titulados e isso é uma omissão muito grande do Estado brasileiro. (FÁTIMA, 2017).

Os quilombolas da Ilha São Vicente não possuem uma visão romantizada acerca do papel do Estado junto à garantia de seus direitos e deveres. Durante os nossos contatos e visitas *in loco* observamos a crítica e o descontentamento com muitas políticas públicas que não atendem os seus anseios.

> Ao mesmo tempo que o Estado cria leis com políticas afirmativas ele cria tantas leis e morosidades nos processos legais que as coisas não avançam. E isso é um abandono, o Estado não dá condições de vida e de segurança para a gente. Por exemplo, a gente não tem energia elétrica, água tratada, saúde de qualidade tudo isso é abandono do Estado brasileiro. O abandono do Estado é o que representa o maior desafio, pois um processo de titulação é muito demorado e também há um descaso muito grande em nos atender...e nós precisamos viver com dignidade. (FÁTIMA, 2017).

Como visto na Seção 3, quando tratamos de contextualizar sobre a Política de Assistência Social, pudemos perceber que apesar da referida Política conceber avanços e procurar direcionar atendimentos aos povos quilombolas, mas muito ainda necessita ser realizado principalmente no tocante ao financiamento e à própria efetivação de tal política.

Dos documentos analisados notamos sobre as precárias condições de acesso à educação, à saúde, infraestrutura e saneamento básico. Ou seja, tem-se um quadro de ausência do poder público na Comunidade objeto de estudo- a Ilha São Vicente- assim como em inúmeras comunidades que estão desassistidas por parte do Estado e das políticas públicas.

Os quilombolas da Ilha São Vicente, em suas interações cotidianas e em seus espaços de sociabilidades seja em reuniões, eventos comunitários, procuram não serem corrompidos por uma ideologia de desenvolvimento que vem sendo adotada pelo Estado brasileiro. Como visto na fala de Fátima, a luta cotidiana é pela defesa do território total da Ilha a fim de mantê-la preservada e consequentemente a cultura esteja na base das relações sociais ali estabelecidas.

Afirmar-se politicamente e na defesa deus anseios ultrapassa a espera desse Estado que não atende a todos os segmentos sociais como problematizamos na Seção 1. Os interesses, muitas vezes, das comunidades quilombolas não é o mesmo do Estado e nem dos grandes latifundiários.

Neste contexto, Little (2002) contextualiza que o Estado brasileiro, no tocante dos direitos territoriais, é polarizado por distintos interesses. De um lado temos o próprio Estado com os seus aparelhos, policiamento e leis, e de outro, temos os povos e as comunidades tradicionais que em muitos contextos se encontram fragilizados. A prova disso é que

> A contenda pela criação de novas políticas territoriais se dá entre atores políticos com cotas desiguais de poder: por um lado, um Estado poderoso que detém controle exclusivo sobre os aparelhos militares e de policiamento, e, por outro lado, os múltiplos povos tradicionais economicamente marginais e politicamente desarticulados entre si. Aqui, paradoxalmente, a existência de um Estado-nação poderoso oferece a esses povos que têm reivindicações territoriais uma fonte de unidade que procede de sua situação de marginalidade frente aos mesmos dispositivos estatais. Na luta para conquistar seus direitos territoriais frente ao Estado, os distintos grupos sociais localizados em regiões dispersas no país formam redes que lhes articulam politicamente, para assegurar seus direitos territoriais dentro do campo das políticas públicas territoriais, o que transforma sua luta local numa luta com caráter nacional. A força da razão histórica está criando espaços dentro da mesma razão instrumental do Estado, permitindo o reconhecimento, mesmo que parcial, de outros territórios que anteriormente ficaram fora de sua lógica. (LITTLE, 2002, p. 21).

No tocante às políticas públicas, Fátima, contextualiza que não existe uma política de repasse de recurso direto para as comunidades quilombolas. Está é uma pauta que o Movimento Quilombola enfrenta cotidianamente com o governo a fim de que as próprias comunidades possam gestar os recursos e, por conseguinte, terem mais autonomia em seus processos decisórios.

Colocar-se em direção ao futuro é um desafio presente na vida cotidiana. Em nosso estudo aqui, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, é conhecedora de seus desafios e de suas perspectivas de vida e de melhoria em prol de seus moradores. A superação da "cotidianidade reificada", nos termos de Kosik (1995) é o pressuposto inicial de organização de um grupo que busca transformação social. O cotidiano deve ir além de sua imediaticidade porque os aspectos da vida cotidiana muitas vezes podem obstacularizar a realidade e a não compreensão dos processos sociais como um todo. A reificação se faz presente na vida cotidiana assim como todos os aspectos ideológicos que tentam mistificar a realidade social em uma determinada sociedade. A reivindicação é um aspecto que pode vir a se desenvolver em um determinado grupo social e é uma característica necessária para uma possível transformação.

Quanto aos recursos da políticas públicas, prosseguimos com a nossa entrevistada:

> Nenhuma comunidade acessa diretamente um recurso. Nós dependemos do Estado ou do Município. O único recurso que nós estávamos conseguindo acessar, que era o recurso para a habitação, da minha casa minha vida rural, não conseguimos mais acessar diretamente. Com essa mudança de governo, não estamos mais contratando o minha casa minha vida rural quilombola. Isso nós explicamos na comunidade, fizemos uma reunião e todos estão cientes. E parece que o governo federal vai fazer que este recurso do minha casa minha vida rural se de através das prefeituras. E, isso para a gente vai ser ruim. Porque se a gente pega 32 mil reais para fazer uma casa aqui e a própria associação gerenciar este recurso, nós vamos fazer uma casa de 32 mil. Agora, a gente sabe que se a Prefeitura pegar uma casa de 32 mil para fazer, qual a garantia que teremos que esta casa irá ser de 32 mil, porque os modelos urbanos que a gente vê é de 62 mil reais e se você observar bem esta casa não vale 62 mil reais... Isso é uma coisa que a gente questiona bastante. (FÁTIMA, 2017).

A Comunidade se apresenta conhecedora de seus direitos e de seus deveres e cobra do governo local, estadual e federal o desentrave administrativo de gestão de recursos e esta pauta é demanda ainda que o Movimento Quilombola Nacional não superou ainda. O respeito com os recursos que estes buscam gerir é diferente dos interesses dos governantes como vemos na fala de nossa entrevistada. As contradições de um sistema capitalista, seja através da exploração do homem pelo homem, o acúmulo de capital não está na base dos interesses dos quilombolas.

Ainda, quanto a esta temática, Fátima cita sobre a ausência de profissionais qualificados no âmbito do Poder Público para lidarem com as questões que envolvem os direitos dos quilombolas. Avançar neste sentido, é uma bandeira de luta que necessita ser revista para que os ideários de cidadania se materialize no cotidiano destes sujeitos quilombolas.

Nas análises documentais, na Seção 3, também presenciamos a ausência de profissionais habilitados para o atendimento às comunidades quilombolas. Os múltiplos significados da cultura, a concepção de identidade e o sentido da territorialidade são indissociáveis da temática quilombola. Estes sujeitos quilombolas possuem uma relação diferenciada com o domínio da vida social em geral, não busca a mercantilização de suas produções e se pautam em uma abordagem coletiva em prol de uma melhor qualidade de vida.

Um outro aspecto da vida cotidiana é o acesso educacional para os quilombolas. A respeito disso, Fátima, cita sobre o Programa Bolsa Permanência, do governo federal:

> Um programa que os quilombolas recebem diretamente é o Programa Bolsa Permanência. É um programa que o aluno de uma Universidade Federal recebe diretamente. Não tem nada a ver com a nossa Associação, mas a gente não geri este recurso, nós somente providenciamos a documentação para o aluno. Tem que estar aprovado em uma Universidade Federal, aí se tem o direito de uma bolsa de 900 reais enquanto durar o curso deles. E este valor não se precisa restituir ao governo não. Não se trata de um empréstimo não. Nossa Associação incentiva o estudo dos nossos jovens para que eles possam fortalecer a nossa Comunidade. Nós tivemos uma preocupação muito grande com essa mudança de governo com medo de perder essa política, mas por enquanto não se retirou. Nós estamos aqui há mais de um século e existem pouquíssimas pessoas formadas em nossa família, mas isso não é um mero acaso, é realmente a falta de oportunidade. Nós não tivemos acesso à educação. (FÁTIMA, 2017).

Para o patriarca da Comunidade, Sr. Salvador, o quilombola já é reconhecido por parte do governo federal e que há o incentivo para a educação principalmente no que se refere à política de assistência estudantil,

> ser quilombola é importante, já somos reconhecidos pelo governo federal, todos os quilombolas são reconhecidos. E tem a ajuda para os jovens, que quando vão para a escola, tem a bolsa, 900,00, isso é uma ajuda para o estudo, uma vantagem e isso não tinha antes.... eu estudei até a terceira serei, ainda sei ler e escrever até hoje, mas tem que ser feito mais coisas.... a gente precisa.

A educação, para Fátima e para o Sr. Salvador, é uma ferramenta de transformação. A educação potencializa o saber e põe em prática a visibilidade da Comunidade, através de seus membros. Ou seja, para os dois entrevistados ocupar os espaços públicos é uma realidade e um sonho que os moradores da Comunidade estão conquistando em seus espaços cotidianos.

Este recurso problematizado na fala dos dois entrevistados reflete a importância de que isto se trata de um incentivo e uma forma de reparação para com estes sujeitos que sofrem cotidianamente discriminação e preconceitos de muitas ordens. Também, serve de incentivo para a educação e para a qualificação profissional em meio a uma vida repleta de adversidades como ilustrado ao longo desta Dissertação.

O patriarca da Comunidade, que tem 90 anos, tem conhecimento da importância da educação para a luta dos quilombolas e o mesmo sabe do programa bolsa permanência e ainda, este sabe que o governo federal reconhece alguns direitos para os quilombolas mas também avanços necessitam ser realizados para que possam ter uma vida com mais qualidade.

As dificuldades enfrentadas por Fátima foram e são compartilhadas com os quilombolas da Ilha São Vicente. Problematizar estes aspectos do real é necessário a fim de que novas mediações no cotidiano possam ser desenvolvidas e estratégias recriadas a fim de que outros possam ter mais acesso a bens e serviços de forma mais humanizada.

Frente a tudo isso, é necessário olhar para o cotidiano de forma crítica a fim de seja produzido um conhecimento real em torno do mesmo. Para a sua superação é necessária encontrar as suas brechas e é na arte, na ciência, na educação e no trabalho que podemos encontrar novas formas de se viver que ultrapassem a aparência fenomênica dos fatos sociais. Ou seja,

> trabalhar com a finalidade de abrir um espaço social para a reconstrução da cidadania, para o (re)significar do cotidiano, para o "fortalecimento do sujeito" e o desenvolvimento de sua autodeterminação, é uma forma de saída da "dimensão da necessidade" e da alienação. Neste sentido o dispositivo grupal pode ser um recurso significativo. Justamente pelo fato de poder ter-se, nos grupos, um dos momentos de "trabalho e arte" que propicia a "suspensão temporária da cotidianidade". (FERNANDES, 2002, p. 49).

Como extraído da citação acima, reconstruir cidadania perpassa pela via do fortalecimento dos sujeitos e neste meio a educação é uma ferramenta de fundamental importância para se atingir tal fim. Ainda, tocante aos aspectos educacionais, Fátima, cita mais sobre os desafios quanto ao acesso à educação:

> Se você for pensar em um território que não tem energia, onde não tem escola, não se tem um livro, é muito difícil. Até hoje, para as crianças que moram na Ilha é difícil. O menino almoça 10hs da manhã, a mãe tem que acordar já fazendo o almoço, quando dá 10:30 o menino já tem que ta dentro da lança, porque essa lança é vagarosa, até ela chegar lá é demorado, aí ele chega lá, vai para a escola, só fica o tempo da escola, depois que ele volta é quase noite, já não tem mais luz. Para ler alguma coisa tem que ser com a lamparina, aí tu observa se estas condições são propícias para se disputar um vestibular de igual para igual com as outras pessoas. Estar fora da Universidade não é uma questão de querer não, não temos oportunidade sim. Mas isso não é motivo de nós não lutarmos. Eu lutei sim.

No que se refere aos aspectos educacionais, em 2012, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombolas na Educação Básica. Dentre as premissas e objetivos desta Diretrizes destacamos aqui: a memória coletiva; as línguas reminiscentes; marcos civilizatórios; práticas culturais; produção do trabalho; festejos; uso da terra e o sentido da territorialidade.

Em suma, estas Diretrizes confluem para a importância da valorização cultural da educação junto às comunidades quilombolas. Neste sentido, é nítido a preocupação de Fátima para a garantia de todos estes princípios e objetivos positivados na respectiva legislação a fim de seus direitos possam ser realmente materializados no plano das relações concretas.

Para Fátima, a sociedade só evolui se as comunidades quilombolas evoluírem também. Para ela a esperança de dias melhores deve ser uma baliza no contexto de nossas relações sociais e um horizonte a ser seguido. A educação pode mudar e melhorar as condições de vida das populações tradicionais.

As perspectivas e os projetos da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente são constantemente idealizados, pois aqui se tem um sonho de vidas melhores e de ampliação da Comunidade no sentido de que ela seja reconhecida na região e nacionalmente. Fátima, em particular, possui vários projetos e busca parcerias a fim de que consiga a implementação dos mesmos junto à Comunidade.

> Fora do âmbito das políticas públicas, temos os nossos projetos. Eu escrevi o *Projeto Renascer dos Quilombos* que é um projeto guarda-chuva, ou seja, um projeto grande e dentro dele temos 10 pequenos projetos. Dentre estes temos: a construção da biblioteca, da escola. A Biblioteca ela é particular, projeto este de nossa Associação. Eu fiz uma campanha em Brasília, consegui 10 mil livros, estes livros já estão em Araguatins, temos mais dois mil em Brasília para trazermos, e lá em Brasília nós temos uma campanha permanente.

Fátima dá ênfase em sua fala sobre a importância da biblioteca na Comunidade, vejamos:

> A nossa intenção é que a biblioteca seja na comunidade, estamos catalogando os livros e meu sobrinho é analista de sistemas e vai fazer um sistema de controle de registro desses livros. A biblioteca vai ser aberta ao público, vai abranger a todos os que tiverem interesse. Até o mês de outubro nós esperamos já ter o prédio de nossa biblioteca aqui. Dentro da biblioteca teremos um centro de cultura, onde nossa intenção é termos peças sobre a história de nossa famílias, vamos fazer o levantamento de fotografias, objetos antigos, de tudo que possa se remeter aos nossos antepassados. Irá ser um espaço de se reconhecer enquanto quilombo.

Os livros doados e as parcerias estabelecidas, fora do âmbito da ação do Estado, é o reflexo de que as lideranças da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente se empenham em ampliar e visibilizar a Comunidade. A autonomia dos membros da Comunidade não se limita à ação estatal e ao âmbito das políticas públicas como podemos observar na fala de nossa entrevistada.

Destes depoimentos acima presenciamos as estratégias de resistência e de visibilidade da Comunidade Quilombola. Resistência que se assenta sob o aspecto educacional, cultural político e organizacional. A busca pelo reconhecimento se dá no cotidiano e é neste cotidiano que são dados e impulsionados os sonhos de uma possível transformação.

Temos que em Certeau (1996), as comunidades tradicionais, como é caso de uma comunidade quilombola, constrói seus saberes e suas práticas de vida de forma cotidiana e constante em meio a um contexto de muitas heterogeneidade onde busca-se afirmar as singularidades dos sujeitos que vivem e partilham de um sentimento em comum.

A cultura e a sua relação com as comunidades em geral se mediatiza-se nas ações humanas e na prática construída no dia-a-dia, mas conforme Certeau (1996, p. 31) “para que haja cultura, não basta ser autor de práticas sociais; é preciso que essas práticas sociais tenham significado para aquele que as realiza”. Ao discutir a importância da cultura e o seu significado, Certeau (1996), parte da ideia de que precisamos ir além da esfera do que está dado, ou seja, não cairmos em um conformismo frente a uma sociedade marcada por exclusão social e desvalorização de muitos grupos populacionais.

Por este caminho, temos que uma comunidade quilombola se encaixa dentro de um ideário de resistência, pela vida valorização da cultura, uma vez que esta amplia os horizontes e as perspectivas de enfrentamento no contexto geral com a sociedade. Não somente “esperar” pela ação do Estado e pelas políticas públicas, estamos contextualizando sobre os horizontes de luta e sobre os projetos que estão sendo pensados e executados na Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

Em Certeau (1996), escapar dessa conformação alienada permite ir além do que está dado. As “artes de fazer”, as “táticas de resistência” são os meios e os recursos de mobilização política a fim da reapropriação do espaço que se ocupa e da visibilidade que se almeja. Certeau (1996) acredita em novos caminhos de significado para as práticas culturais, na liberdade de escolha concretas onde cada sujeito possa viver e do melhor modo possível. Acerca deste debate, trazemos abaixo, o conceito de estratégia de Certeau (1996, p. 46):

> Chamo de estratégia o cálculo das relações de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e de poder é isolável de um “ambiente”. Ele postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.

Frente a este conceito podemos inferir que os sujeitos quilombolas da Comunidade Ilha São Vicente colocam seus projetos de vida mediante ao enfrentamento de um espaço a que buscam serem reconhecidos na sociedade. São sujeitos de querer e de poder na medida em que expressam os seus ideários de luta em suas práticas cotidianas e a partir disso buscam representatividade junto ao contexto geral da sociedade.

Percebemos que a Comunidade Ilha São Vicente é muita ativa na busca de melhorias de vida e mudanças tendo por perspectiva dias melhores. Os membros evidenciam em suas falas e na sua luta cotidiana que não são reféns da ação do Estado em direcionar atendimento aos mesmos. E sim, lutam, lutam a cada dia por dias melhores. Sobre isso,

> a gente tem a consciência de que precisamos botar a mão na massa e resolver e não somente esperar as políticas resolverem, porque as coisas são muito morosas. Eu sempre digo que nós arregaçamos as mangas e fazemos, a prova disso é a nossa biblioteca que queremos nela 40 mil livros e nós estamos conseguindo isso a cada dia. Nós queremos que a nossa comunidade tenha essa logística de trabalho coletivo e nos empolgamos em nossas ações. Desde 2010 temos a nossa Associação criada e buscamos a fortalecer cotidianamente. (FÁTIMA, 2017).

O viver de uma comunidade quilombola está impregnado pela cultura, pela história, pela economia, pela música, por amores e desamores. As múltiplas facetas da vida cotidiana estão presente na vida do homem por inteiro. E é por isso que para Heller (1970), a vida cotidiana é a vida do homem por inteiro e a sua participação em um grupo é o que permite adquirir um status de visibilidade e de sujeitos potenciais frente às suas histórias de vida.

Aqui, temos que o cotidiano destes quilombolas são a sua vida por inteiro. É lá nesta Ilha de São Vicente que sonham, que buscam a garantia de seus direitos, é lá que as críticas em torno de si mesmos são realizadas. A Comunidade busca não se cooptar mediante aos impactos societários que presenciamos na sociedade como um todo, ou seja, redução de políticas públicas e retração de direitos sociais, e é dentro desse contexto que o cotidiano dos quilombolas busca

a ampliação de seus horizontes através da visibilidade sua cultura, de sua identidade e do sentido diferenciado da territorialidade.

Fátima, acerca do anseio de implementar um projeto turístico na Ilha assevera que:

> Também temos o sonho de um projeto turístico que queremos implantar, que a minha sobrinha é turismóloga, para se ter visitas guiadas ao rio, trilhas dentro da Comunidade, registro de fotos... Tudo isso faz parte do Mega projeto Renascer do Quilombo.

As perspectivas e os horizontes de luta dos membros da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente são tecidas em seus cotidianos e nas suas vivências no dia a dia. É sabido que os avanços são graduais e acontecem de forma não linear, mas a expectativa são de melhorias e o engajamento político e organizacional dos moradores refletem bem o desejo de melhora e de ampliação da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. O projeto de turismo é a expressão de que estes quilombolas buscam e fazem acontecer os seus direitos e não se cooptam dentro de uma estrutura alienadora que busca à inflexão dos direitos sociais como um todo. Um outro desafio é a questão da energia elétrica como podemos perceber abaixo:

> Agora, um entrave que esperamos para este ano a solução é a energia elétrica. Nós já fizemos vários projetos para cá...e eles seguram, seguram... Coisa mesmos de morosidade, falta de vontade... Mas agora, a Energisa entrou em contato comigo semana passada e me mandaram uma carta informando que vão fazer um levantamento para se colocar a energia elétrica. A energia vai ajudar bastante a vida em nossa Comunidade. Esta bandeira de luta da energia já esteve em diversos órgãos, Defensoria, Ministério Público porque está sem energia é por falta de interesse...porque aqui na praia ...aqui do lado... tem energia elétrica. (FÁTIMA, 2017).

Como expresso na fala de Fátima a demanda da energia elétrica sempre esteve e estará na pauta do dia até que uma solução seja encontrada. Várias parcerias e lutas foram travadas a fim de que a energia elétrica esteja presente nesta Comunidade e estes moradores possam usufruir de melhores condições de vida e de subsistência. Foi-se perceptível em nossas visitas que tratativas e mais tratativas serão realizadas para que este recurso faça parte da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, pois trata melhores condições de vida para estes sujeitos que ali residem.

O dado acima problematizado se coaduna com as análises no tocante à falta de infraestrutura como vimos na Seção anterior, principalmente a questão da energia elétrica, que não é presente em muitas comunidades quilombolas. Não se trata de uma questão de capricho, e sim, uma necessidade básica e primordial que todos os cidadãos aspiram em suas casas.

Salientar sobre a especulação fundiária em torno da Ilha São Vicente é um dado a contextualizado uma vez que estamos tratando de desafios da vida cotidiana, e em torno disso,

os moradores da Comunidade são esclarecidos e explicam às pessoas que procuram um lote para se comprar na Ilha, vejamos isto na fala de nossa entrevistada:

> Agora, nós não compactuamos com a especulação fundiária, porque aqui todos sabem que desde o ano 2000 este território está em litígio... em disputa... E uma pessoa vier comprar um pedaço de terra aqui por 300 ou 400 reais sabe que está agindo de má fé e elas não serão indenizadas. Apesar de tudo... nós achamos que o nosso processo segue um fluxo contínuo... temos as notificações entregues... quem contestou... contestou... E a gente está caminhando.... lógico que estamos em uma mudança de governo que não é muito favorável à legalização dos territórios... mas a gente continua tendo fé e esperança e que este território irá pertencer à nossa família e as nossas novas gerações. (FÁTIMA, 2017).

O título para os quilombolas da Ilha São Vicente representará o ponto final em torno da especulação fundiária na Ilha São Vicente. A garantia, a paz e o sossego estará na base desta Comunidade quando o Estado garantir condições de permanência e de dignidade a estes sujeitos que ali habitam. O patriarca da Comunidade é esclarecido quanto à problemática aqui esboçada, nestes termos temos que:

> Nós quilombolas não temos que dar nada a estes fazendeiros, porque eles que invadiram as nossas terras, as nossas vidas e, sim, cabe ao governo federal ressarcir somente o que eles construíram aqui. Nós nunca fizemos nada de ilegal neste território e nós temos como comprovar isso, a justiça é demorada, é morosa e talvez alguns de nossos ancestrais não chegue a ver essa titulação e a nossa ocupação definitiva nesta Ilha e isso dói muito na gente. (SALVADOR, 2017).

Como visto na fala do entrevistado, estes quilombolas tem a noção de que eles não invadiram nada e que o território a que ocupam é produto de uma herança histórica dos escravos que ali chegaram. A defesa da cidadania desta Comunidade perpassa pelo ideário da cidadania deste povo negro que através da sua identidade étnica busca se auto-afirmar e defender os seus territórios. Até o ponto final do Título desta Ilha, estes quilombolas sabem que a luta vai ser árdua, sabem da omissão do Estado brasileiro para com os seus direitos, mas a resistência identitária e cultural sempre irá prevalecer sobre a mercantilização presente nesta sociedade capitalista.

O título definitivo para este quilombolas representará a reconstrução da memória, da vida, da cultura, dos sonhos e aspirações dos escravos que aqui chegaram e com o passar do tempo deixaram estes remanescentes que contam-nos esta história. Fernandes (2002), diz que olhar para as possibilidades dos sujeitos é sempre um desafio quando discute-se aspectos da vida cotidiana. Lançar-se é uma proposta de superação, mergulhar em um mar de desafios e de percalços é uma tarefa que exige um posicionamento crítico e que possamos sair de uma esfera de comodismo em que um indivíduo possa estar.

O acesso à justiça e à assistência jurídica foi outro item problematizado junto a nossa entrevistada Fátima. Acerca da temática territorial e dos direitos dos quilombolas, estes sujeitos

reconhecessem que não são todos os profissionais com aptidão suficiente para atendê-los e direcionarem um atendimento de qualidade e com eficácia. Neste meio, acerca da questão jurídica, a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é atendida por um advogado participante do Movimento Quilombola Estadual, como podemos observar na fala abaixo de nossa entrevistada.

> Aqui no quilombo, hoje, o Movimento Quilombola Estadual conseguiu um recurso para a assistência jurídica, aí se conseguiu um advogado para acompanhar a questão quilombola. Mas ainda assim, ele é somente um advogado para várias comunidades. Aí a gente, em particular, nós temos que ficar em cima de nosso processo 24hs, ora ou outra, nós entramos no sistema para ver o andamento de nosso processo, porque este processo foi o que provocou o despejo do Tio Salvador e ele não foi finalizado ainda. (FÁTIMA, 2017).

Em suma, aqui tentamos situar alguns aspectos de cotidianidade junto à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente e o destaque é valido na medida em que estes sujeitos procuram alcançar os seus direitos e buscam a sua visibilidade a todo instante. Das falas extraídas temos que a luta pela justiça está na ordem do dia para estes quilombolas que lutam pela defesa de seu território e por conseguinte pela valorização de sua cultura. Corroboramos com Fernandes (2002, p. 57) quando diz que:

> A história de nossa sociedade será escrita por cada um de nós, na medida em que a consciência do ser é a consciência do ser com o mundo, no mundo e para um mundo mutante, inacabado. Consciência de que o tom das relações sociais é dado por cada um de nós [...] Na dialética da vida é preciso apostar no ser social e, como o artista, poder fazer da 'estranha mania de ter fé na vida', o norte para superar nosso tempo histórico e não perder o trem da existência humana.

Desta forma, temos que, as características que buscamos apresentar aqui sobre a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente dizem respeito às suas particularidades humanas de se viver e de estar inserida em um complexo social. O sujeito do cotidiano da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é único, é ímpar, é singular, é plural, é cultural, é um sujeito dotado de sonhos e de projetos de vidas que não baixa a cabeça frente às adversidades que presenciamos em nossa atual conjuntura societária.

Os horizontes são vastos e amplos como podemos perceber. O que aqui nos cabe assinalar é que os moradores da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, conforme nossas visitas, são sujeitos perseverantes e que lutam por suas cidadanias e por seus direitos cotidianamente. A luta dos quilombolas é cotidiana e recorrente em seus espaços de sociabilidade.

Por fim, esta subseção dedicou-se à problematização de desafios e perspectivas do cotidiano na Ilha São Vicente, quais sejam: cultivo; modos e meios de subsistência; atividade econômica e comercialização; políticas públicas e a ação do Estado; aspectos educacionais; e

projetos coletivos e retomada total do território. A seguir, apresentaremos as nossas considerações finais acerca do objeto de estudo que procuramos contemplar ao longo desta Dissertação de Mestrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida quilombola carrega consigo uma identidade e uma cultura que os diferencia dos demais grupos humanos. Os quilombos ergueram-se em nosso País no período da escravidão e desenvolveram com o passar dos tempos uma história e um conjunto de simbologias que se expressam em seus modos de vida e que refletem em suas relações sociais. A vida coletiva e o uso diferenciado do espaço que ocupam são elementos centrais de como as relações sociais são construídas de forma a visar o bem comum de todos e a garantir o sentimento de pertencimento ao lugar.

Neste sentido, temos que a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é o retrato fiel de que estes sujeitos são remanescentes de quilombos e que as suas histórias de vida, hoje, são produto de uma herança histórica dos escravos que vieram para esta localidade de Araguatins-TO, antes Arraial de São Vicente.

O Laudo Antropológico da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente (2014) é a prova de materialidade de que estamos falando de uma comunidade quilombola sim. Quilombolas que se instalaram na Ilha São Vicente e quilombolas que sofrem cotidianamente pela defesa de seu território total na respectiva Ilha.

A cultura é um elemento e um dado constituinte de modos de vida. A cultura está presente no nosso cotidiano e revela aspectos de singularidade e de diversidade que muito dita sobre a nossa identidade e repercute em nossas relações sociais. Dessa forma, temos que a cultura tomada em sua diversidade possibilita ampliar os nossos horizontes quando discutimos uma comunidade quilombola, onde estes são sujeitos dotado de ancestralidade própria e trajetórias específicas e uma política pública ao direcionar atendimento a estes sujeitos deve levar os aspectos culturais em consideração.

Os estudos acerca da temática quilombola ganharam grande evidencia e eloqüência a partir da Constituição Federal de 1988. Nesta, cabe ao Estado a identificação, a titulação e a demarcação das terras quilombolas. Este procedimento ganhou visibilidade e destaque no âmbito das ciência sociais a fim de que um atendimento correto e o direcionamento destas demandas quilombolas ocorressem realmente de forma a garantir os seus direitos.

Hoje, a frente do Movimento Quilombola luta pela direito à terra, pelo acesso às políticas públicas como um todo, por uma educação emancipadora e acima de tudo que o título das terras quilombolas seja um processo mais célere e sem tantos entraves administrativos. O sonho do título definitivo é o grande desejo de uma comunidade quilombola, e este dado é uma realidade junto à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

A identidade da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente é histórica, é cultural, é fundada na ancestralidade dos escravos que aqui vieram e isso é a marca de um povo que necessita e que luta por seu reconhecimento. A identidade é descortinada no dia-a-dia, nas interações com o grupo e na sua relação com o território em que ocupam. O território é onde se dá a gestão da vida, da produção e dos costumes dos quilombolas, e neste sentido, o território não é sinônimo de espaço físico e nem geográfico.

O sentido da territorialidade é fundado nas tradições e nos costumes e isso faz dos quilombolas seres únicos na sua interação com outros homens e para com a natureza. Os quilombolas são seres únicos e que necessitam de respeito e de amparo por parte do Estado e das políticas públicas.

Desafios e perspectivas são imensuráveis quando discutimos uma comunidade quilombola. A conjuntura política brasileira, seja através de políticas públicas ou não, não leva em consideração as singularidades dos quilombolas que são pessoas que carregam marcas de subjetividade estigmatizas frente ao processo histórico em que sofreram. Temos um Estado omisso quanto à efetivação de direitos sociais; e, um Estado presente para o setor do desenvolvimentismo que não leva em consideração os direitos e os costumes dos povos tradicionais.

Em nossas considerações acerca do papel do Estado na sociedade temos que muitas vezes este não vem ao encontro das minorias sociais e o seu modelo de desenvolvimento atravessa os interesses coletivos e sustentáveis dos povos e das comunidades tradicionais. No tocante às políticas públicas as percebemos como focalizadoras e redistribuitivas destinada a atender as mazelas sociais de forma imediatista e sem atender a uma perspectiva de totalidade social.

A configuração de nossas políticas sociais de cunho social, em sua grande maioria, não são suficientes em contribuir com o empoderamento dos sujeitos e isso rebate diretamente nas relações sociais de forma negativa na medida em que o sujeito não é atendido de forma solucionar suas demandas e sim em minimizá-las.

A política de assistência social esteve, por muitas décadas, atrelada à lógica do favor, da benesse e da filantropia. A ação estatal era focalizada e tinha a intenção de controlar as classes sociais subalternas pela via de repassasses de benefícios e, neste primeiro momento, não se tinha o ideário de direitos sociais e, sim, a lógica paternalista e filantrópica que o estado brasileiro buscava desenvolver.

No entanto, a partir de 1988 com a Constituição Federal, a Política de Assistência Social se insere na órbita de direito social e não de favor. Os usuários são pessoas que se encontram

em situação de vulnerabilidade social e econômica e a referida Política, através de seus princípios e diretrizes, busca contemplar as mais diversas situações e os mais variados grupos sociais. Em decorrência disso, que procuramos analisar de que forma os sujeitos quilombolas estão tendo atendimento junto à referida Política.

A ponderação a ser feita é a de que a Assistência Social apesar de conceber legalmente atendimento aos quilombolas isso ocorre de forma muito esporádica e sem acompanhamento contínuo e sistemático para o nosso objeto em estudo- a Comunidade Quilombola Ilha São Vicente. A cultura é elemento que merece ser evidenciado ao se discutir uma comunidade quilombola, pois para estes sujeitos tudo é cultura, ou seja, a cultura é o modo diferenciado que eles gerem a vida social e estabelecem contato com o restante da sociedade.

Inferimos que a política de assistência social vem concebendo e procurando direcionar atendimento a estes grupos sociais, mas reconhecemos que ainda muito precisa ser feito. Avançar no entendimento de cultura, identidade e territorialidade é uma necessidade quando nos pautamos a prestar e a direcionar atendimento a uma Comunidade Quilombola, somado a isso temos que vivemos em País de grande dimensão territorial e um atendimento de qualidade pode vir ou não a chegar em todas as localidades.

Frente a isso, há de se ressaltar sobre as dificuldades de localização de uma comunidade quilombola. A Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, em meio ao Rio Araguaia, onde o acesso se dá somente de barco. A ausência do poder público é máxima, pois como discutimos o nosso Estado é polarizado por interesses de pequenos grupos e não concebe cidadania a todos os segmentos populacionais.

Outro ponto de crítica, que deve ser destacado, é sobre a atuação do Estado brasileiro frente aos direitos dos quilombolas. O modelo de desenvolvimento não atende as especificidades desses povos e muitas vezes estes sofrem diretamente as consequências do desenvolvimento desenfreado e a busca de valorização do capital é uma premissa que não se encontra no ideário de uma comunidade quilombola.

As visitas à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente permitiram identificar aspectos da vida cotidiana destes sujeitos e sobre como as relações sociais lá são estabelecidas. A organização quilombola, na Ilha São Vicente, possui diferenciais na medida em que a produção e a gestão da vida se dá de forma coletiva, conjunta e a preservação da natureza e dos costumes são elementos a serem seguidos pelos quilombolas que ali residem.

O que é válido considerar aqui é que a referida Política de Assistência Social busca a ampliação de seu público de atendimento e é neste contexto que ocorre a aproximação da temática quilombola com o que a política busca, a efetivação de direitos e garantias sociais.

Este fim é uma realidade que as comunidades quilombolas necessitam e que sempre haverá a necessidade de ampliação deste público sendo alvo desta política. Quando discutimos a Política de Assistência Social não a fazemos de forma romantizada, e, sim de forma crítica. Os quilombolas da Ilha de São Vicente necessitam serem atendidos sim pela referida de forma mais sistemática a fim de situações de vulnerabilidade social possam ser evitadas.

Consideramos ímpar a discussão de cultura junto aos quilombolas em estudo, ao passo que, os mesmos externalizam os seus desejos e com as vozes de coragem buscam se autoafirmar enquanto cidadãos e dizem: “Eu sou quilombola, eu me orgulho de ser quilombola, sim, sou descendente de escravos”. É emocionante a garra destes sujeitos que buscam a inserção com o contexto geral da sociedade e o modo de organização da vida coletiva é o que os distinguem de demais grupos humanos.

A efetivação de direitos sociais, a afirmação de políticas públicas, a crítica à sociedade capitalista, a ultrapassagem fenomênica dos fatos, descortinar a ação do Estado frente aos mais diversos grupos populacionais de nosso País são princípios a serem seguidos para termos uma sociedade mais justa, democrática e que valores mais emancipadores estejam em nossas bases de relações sociais. Por fim, nossa temática de estudo certamente servirá de base para outras pesquisas e para outras produções de conhecimentos que venham a alargar o raio de temas que podem ser discutidos junto à Comunidade Quilombola Ilha São Vicente em Araguatins- TO.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quilombos e as Novas Etnias.** UEA Edições. Manaus, 2011. 196 p.

ANUNCIAÇÃO, Diana. **Da migração a permanência:** o projeto pedagógico da Escola Família Agrícola do Sertão como fator de intervenção e transformação da lógica de reprodução da família camponesa nordestina. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA,2008. p. 137.

ATTA, Dilza. A Roda de São Gonçalo na Região do Médio São Francisco, na Bahia. **Revista Sitien Tibus.** Feira de Santana, 1983. Disponível em: <http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/2/a_roda_de_sao_goncalo.pdf>. Acesso em 02 fev. 2017.

BAKTHIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006. Disponível em:< www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DALINGUAGEM.pdf>. Acesso em 02 jan. 2017.

BARBOSA, Maria Betanha Cardoso; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Manejo e uso dos recursos naturais em populações quilombolas no Vale do Rio Capim. **In: Novos Cadernos NAEA**. v. 13, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 17 out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 4.887/2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em 11 set. 2015.

BRASIL. Resolução nº 08 de 20 de dezembro de 2012. **Dispõe sobre as Diretrizes educacionais quilombolas.** Disponível em <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/diretrizes-curriculares>. Acesso em 30 jan. 2017.

BRASIL. **Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.** Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/arquivos-pdf/guia-pbq>. Acesso em 22 set. 2015.

BRASIL. **Fundação Palmares**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em 11 set. 2015.

BRASIL**.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Avaliação Diagnostica: acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS**. Brasília, 2009. Disponível em:<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/PainelPEI/Publicacoes/Avalia%C3%A7%C3%A3o%20Diagn%C3%B3stica20Acesso%20das%20Comunidades%20Quilombolas%20aos%20Programas%20do%20MDS.pdf>. Acesso em 17 nov. 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Cadernos de Estudos – Desenvolvimento Social em Debate. Quilombos do Brasil: Segurança Alimentar e Nutricional em Territórios Titulados**. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernos_de_estudos20.pdf>. Acesso em 16 nov. 2016.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade Étnica e poder: os quilombos nas políticas Públicas brasileiras. **Revista Katálysis**. Florianópolis, 2010, p. 133-139. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802010000100016/12744>. Acesso em 16 nov. 2016.

CAMPOMORI, Maurício José Laguardia. O que é avançado em cultura. In: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org.). **A República dos Saberes: arte, ciência, universidade e outras fronteiras**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 2008, p. 73-80.

CARDOSO, Marcos Antônio. **O Movimento Negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CARDOSO, Lourenço; GOMES, Lilian. Movimento Social Negro e Movimento Quilombola: para uma teoria da tradução. Salvador, 2011. **Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais.** Disponível em: <http://www.observatoriodonegro.org.br/pdf/movimento-

social-negro-e-vimentoquilombola-para-teoria-da-traducao-por-lourenco-cardoso-e-lilian-gomes.pdf>. Acesso em 16 nov. 2016.

CARDOSO, Alainaldo Onofre. A Temática Quilombola no Banco De Teses Da Capes: Mapeamento Preliminar. **Laboratório de Antropologia dos Processos de Formação – LapfDepartamento de Educação / PUC-Rio** Disponível em: <http://lapf-puc-rio.blogspot.com.br/2010/09/bibliografia-selecionada-sobre.html>. Acesso em 12 nov. 2016.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Tradução Klaus BrandiniGerhardt. Editora Paz e terra, São Paulo, 2010, vol. II.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política.** 11ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COLARES, Maria do Socorro Pereira. **Comunidades Remanescentes de Quilombos em Macapá:** Mapeamento dos resultados da política de assistência social. 2010, 120 f. Dissertação, Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2010.

COLL, Augustí Nicolau. **Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização.** São Paulo: Instituto Pólis, 2002. 124 p.

COSTA, Ivan Rodrigues. **CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas.** Disponível em: <http://www.institutobuzios.org.br/documentos/CONAQ_UM%20MOVIMENTO%20NACIONAL%20DOS%20QUILOMBOLAS.pdf>. Acesso em 30 jan. 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Etnicidade: da cultura residual, mas irredutível. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97-108.

DUARTE, Leônidas Gonçalves. **De São Vicente a Araguatins.** Marabá: J.C. Rocha Editor, 1970.

EAGLETON, Terry. **A Ideia de Cultura**. Lisboa: Temas e Debates- Actividades Editoriais Ltda, 2003. 171 p.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

FERNANDES, Idília. A dialética dos grupos e das relações cotidianas. In: GUIMARÃES, Glendy Terezinha Duro. **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva.** Porto Alegre: EDPUCRS, 2002, p. 37-57. Disponível em: < http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-316-X.pdf>. Acesso em 02 fev. 2017.

FIGUEIREDO, Kit e OLIVEIRA, Gabriel. **Tambor de Crioula do Maranhão**. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=yhtHsZniy IE. Acesso em 06.01.2017.

FONTELES, Lidianny Vidal. **Da Invisibilidade ao Reconhecimento:** Regularização Fundiária e a questão quilombola no Ceará. 2009, 146 f. Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2009.

FURTADO, Marcella Brasil; PEDROZA, Regina Lúcia Sucupira; ALVES, Cândida Beatriz. Cultura, Identidade e Subjetividade Quilombola: uma Leitura a partir da Psicologia Cultural. **Psicologia e Sociedade**. 26 (1), p. 106-115. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/12.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

FRAGA, Sara Ferreira. **Resistência e Invisibilidade:** Um Estudo Sobre Políticas Públicas e Comunidades Quilombolas. 2015, 179 f. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, Minas Gerais, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A Interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação- Revista do Centro de Educação e Letras**. v. 10, nº 1, p. 41-62, 2008.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GODOY. Arilda Schimidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas,** n. 3 v. 35. São Paulo: 1995, p. 20-29. Disponível em:< http://www.producao.ufrgs.br/arquivos/disciplinas/392_pesquisa_qualitativa_godoy2.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2017.

GUIMARÃES, Glendy Terezinha Duro. Cotidiano e Cotidianidade: limite tênue entre os reflexos da teoria e senso comum. In: GUIMARÃES, Glendy Terezinha Duro. **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva.** Porto Alegre: EDPUCRS, 2002, p. 27-35. Disponível em: < http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-316-X.pdf>. Acesso em 02 fev. 2017.

GUIMARÃES, Glendy Terezinha Duro. O não cotidiano do cotidiano. In: GUIMARÃES, Glendy Terezinha Duro. **Aspectos da Teoria do Cotidiano: Agnes Heller em Perspectiva.** Porto Alegre: EDPUCRS, 2002, p. 11-24. Disponível em: < http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-316-X.pdf>. Acesso em 02 fev. 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. Ed. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 22ª Ed. São Paulo: Cortez; CELATS, 2008.

_____ **Renovação e conservadorismo no serviço social:** ensaios críticos. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____ **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Cientifica**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LEITE, Ilka Boaventura. O PROJETO POLÍTICO QUILOMBOLA: DESAFIOS, CONQUISTAS E IMPASSES ATUAIS. **Revista de Estudos Feministas.** Florianópolis. Set./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189>. Acesso em 19 out. 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. "Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas". **Etnográfica**, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em:

<http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em 19 out. 2016.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 1º ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade. **Série Antropologia**. Brasília, 2002. Disponível em: < http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf >. Acesso em 30 jan. 2017.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. **Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente**. Universidade Federal do Tocantins, Outubro, 2014. Disponibilidade em: < http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/521320/RESPOSTA_PEDIDO_RTID_ILHA_DE_SO_VICENTE_TO.pdf>. Acesso em 03 mar. 2016.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Identidade Quilombola e Território.** Disponível em: < http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/120.pdf>. Acesso em 02 fev. 2017.

MARIN, Rosa Acevedo. Visão Histórica da Região do Rio Xingu: Economia e diversidade étnica. **In: Papers do NAEA Nº 276.** Belém, 2010. Disponível em: < http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/paper/374>. Acesso em 30 jan. 2017.

MELLO**,** Marcelo, M. *Caminhos criativos da história:* territórios da memória em uma comunidade negra rural. (Dissertação de mestrado). Unicamp: Campinas, 2008.

MINAYO, M. C. De S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4ºed. São Paulo, 1996. 269p.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia Alemã**: Feuerbach, a oposição entre as concepções materialista e idealista. Traduzido por Frank Muller. São Paulo: Editora Martin Claret, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos Económico-Filosóficos**. Tradução de Artur Morão. Textos filosóficos, edições 70, 1964.

QUARESMA, Silvia Jurema Leone. **O Estado e Dominação nos Pressupostos de Marx, Weber e Durkheim.** Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/42/silvia_jurema_42.pdf>. Acesso em 09 mai. 2016.

NETO, João Augusto de Andrade. Comunidades quilombolas: luta pela terra, luta jurídica e luta simbólica. IN: ____.**Direitos Territoriais de Povos e Comunidades Tradicionais em Situação de Conflitos Socioambientais.** Brasília, 2015. Disponível em: <https://ipdms.files.wordpress.com/2015/10/livro-direitos-territoriais.pdf>. Acesso em 12 set 2016.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Heloisa Maria Jose. **Cultura Política e Assistência Social: uma análise das orientações de gestores estaduais**. São Paulo: Cortez, 2003.

O'Dwyer. Eliana Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de janeiro: Editora FGV, 2002. 296 p.

PATTO, Maria Helena Souza. O Conceito de Cotidianidade em Agnes Heller e a Pesquisa em Educação. **Revista Perspectivas**. São Paulo: 1990, p. 119-141. Disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/images/stories/MH/o_conceito_de_cotidianidade.pdf. Acesso em 02 fev. 2017.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP, 1997, p. 141-186.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010, 198p.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática.** 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REIS, J. J.; GOMES, F. dos S. (Org.). ***Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ROCHA, Maristela. Patrimônio Imaterial: O Tambor De Crioula. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**. Três Corações, v. 12, n. 1, p. 373-380, jan./jul. 2014 Disponível em:

<file:///C:/Users/jean.bs/Downloads/Dialnet-PatrimonioImaterial-4901369.pdf>. Acesso em 03 fev. 2017.

SANTANA, Jussara Manuela Santos de. **Territorialidade Quilombola**: um olhar sobre o papel feminino em Caiana dos Criolos, Alagoa Grande, PB. 2011, 99 f. Dissertação, Mestrado em Geografia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2011.

SANTOS, Simone Ritta dos. **Comunidades Quilombolas:** As lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. 2012. 197 f. Tese, Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Cientifico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Jaqueline de Oliveira e. **Quilombo, Cultura e Política:** uma etnografia das políticas culturais na comunidade de Castainho, PE. 2014, 198 f. Dissertação, Mestrado em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2014.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. Quilombos Brasileiros: Alguns Aspectos da Trajetória do Negro no Brasil. **Revista Mosaico.** V. 7. Jun./dez. 2014. Disponível em: <http://seer.ucg.br/index.php/mosaico/article/viewFile/4120/2352>. Acesso em 19 out. 2016.

SODRÉ, Raimunda Conceição**.** Territorialidade versus identidade – Ser quilombola na Comunidade Remanescente de quilombo Narcisa - ACORQUIN. **Anais da IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste**. 04 a 07 de agosto de 2013, Fortaleza- CE. Disponível em: < http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/25_trabalho_000592_1373853165.pdf>. Acesso em 30 jan. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: Uma Revisão de Literatura. **Sociologias**. Porto Alegre: 2006, p. 20-45. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 30 jan. 2017.

SPOSATI, Aldaíza. **Assistência na Trajetória das Políticas Sociais no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, Edward P. Senhores e caçadores. A origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1ºed. São Paulo: Atlas, 2008.

TRINDADE, Joseline Simone Barreto. Territorialidade, Conflito e Autonomia no Território Quilombola do Curiaú. **30º Reunião Brasileira de Antropologia**. João Pessoa. 2016 Disponível em: <file:///C:/Users/jean.bs/Downloads/ARTIGOABA2016com%20bibliografia%20(1).pdf>. Acesso em 17 out. 2016.

TRINDADE, Joseline S. Barreto; MORAES, Irislane Pereira de. Quilombolas, territórios tradicionais e regularização fundiária: os impasses e desafios vivenciados no Estado do Amapá**.** In: **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1402020514_ARQUIVO_TRINDADEMORAES2014GTQUILOMBOS.pdf>. Acesso em 15 set 2016.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o Capitalismo: A Renovação do Materialismo Histórico**. São Paulo: Bomtempo Editora, 2010.

APENDICÊ A- MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A pesquisa de Mestrado tem como tema: A Cultura Quilombola mediada pela política pública de Assistência Social.

E por objeto de pesquisa: Considerando os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente, procura-se entender em que medida a Política Pública de Assistência Social remete-se à cultura Quilombola.

Por objetivo geral: Compreender as intenções ideológicas que subjazem na Política de Assistência Social para o atendimento das Comunidades Quilombolas, levando-se em conta os aspectos socioculturais e territoriais da Comunidade Quilombola Ilha São Vicente.

Metodologia: Análises documentais e entrevistas com os quilombolas da Ilha São Vicente.

Instituição de Ensino: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará- Campus de Marabá.

Programa de Mestrado: Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia.

Pesquisador: Jean Bezerra da Silva

Orientador: Alexandre Silva dos Santos Filho

Garantia de Esclarecimento: Você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios. O(s) pesquisador(es) irá(ão) tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e respeitada a voluntariedade da utilização de seus nomes reais uma vez que trata-se de afirmação de uma identidade política.

Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

_____

Local, Data e Assinatura